ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
VENDAS NOVAS

SESSÃO ORDINÁRIA
DE SETEMBRO

ATA N.º 6/2019

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS

Ata n.º 6/2019

1. Aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano dois mil e dezanove, no Salão do Sporting Clube de Landeira, em Landeira, teve lugar uma Sessão Ordinária de setembro da Assembleia Municipal de Vendas Novas, com início às 21 horas e 05 minutos.

2. Foi posta a circular uma folha de presenças para recolha de assinaturas dos membros presentes na sessão.

3. Estiveram presentes os seguintes membros: Hermínia Maria Viegas Henriques (Presidente da Assembleia Municipal), Hugo Miguel Serôdio Mendes (1.º Secretário), Valentino Salgado Cunha, João Pedro Jorge Martins, Ana Rita de Oliveira Lança, Ricardo João Dias Mateus, João Diogo Penha Marmeleira, Paulo Jorge Piteira Campino, Sophie Veiga Fontes, Gonçalo Nuno Balão Cegonha, Catarina de Jesus Mendes Serrudo, Rúben Alexandre dos Anjos Alves, Maria Clara Cardoso Pereira, Vítor Dias Serrano, Paula Maria S. Guerreiro Rocharte Valentim (PS), Clarisse da Conceição da Fonseca Fernandes, Tiago André Hortelão Aldeias, José Lino Queiroz dos Santos, Maria João Abrantes B. de Almeida e Silva Luz, José Manuel Batista Leitão, Paulo Alexandre Valentim Caçoilas (CDU); Custódio Manuel Aldinhas Vale de Gato, Ricardo Manuel Coelho Videira (PSD).

4. Em representação da Câmara Municipal estiveram presentes: o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Luís Dias e pelos Vereadores Bruno Gomes, Susana Gonçalves, Teresa Ribeiro e Emília Paulino.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

5. A **Presidente da Assembleia Municipal, Hermínia Maria Viegas Henriques,** verificando a existência de condições para o começo dos trabalhos, saudou todos os presentes e agradeceu à Freguesia da Landeira por ter recebido a Assembleia Municipal por mais um ano e também à pessoa do Sr. Filipe Diogo, por ter disponibilizado o salão do Sporting Clube da Landeira.

6. Como na presente sessão, falta uma pessoa da Mesa, que é a 2.ª Secretária, Cátia Silva, propõe que se junte à Mesa o Membro João Martins, perguntando se algum dos Membros se opõe à referida proposta.

7. Não havendo oposição à sua proposta, convida o Membro João Martins a juntar-se à Mesa.

8. De seguida, deu início ao Período Antes da Ordem do Dia, colocando à apreciação, o **Projeto de Ata n.º 5/2019,** perguntando se algum membro tem alguma proposta de alteração ao referido Projeto de Ata.

9. O **Membro José Leitão,** saúda todos os presentes e informa que a Bancada da CDU, da leitura que fez ao Projeto em causa, tem alguns apontamentos que gostaria de referir, nomeadamente no parágrafo 12.º diz: "O Membro José Leitão refere que, parecendo que os Membros do PS não leram a Ata, arrisca-se a dizer que no parágrafo 29.º diz "O Membro Paulo Campino informa que a Bancada do PS não alinha em visionismos históricos…" e parece-lhe que pretendia dizer: "revisionismos históricos"".

10. Passando ao parágrafo 13.º, o mesmo diz: "Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, colocou à votação…", ou seja, se se for atrás ao 7.º parágrafo, quando também faz uma correção, a Presidente da Assembleia diz: "A Presidente da Assembleia informa que

irá verificar e corrigir", afirmando que em relação ao parágrafo 29.º já nada é dito, parecendo que andou a "falar para o boneco", porque o que está em questão é se realmente se concordou ou não com o que disse e isso não se encontra explícito.

11. Além do mais, o Membro da Bancada do PS na altura disse que era isso que pretendia dizer, mas também não consta no documento essa mesma nota.

12. Em segundo lugar, tem a ver com o parágrafo 29.º, que vem na sequência de um pedido feito pela Bancada da CDU à Presidente da Assembleia Municipal sobre o transporte criado pela Câmara, sobre os custos, receitas e número de pessoas que o utilizam e até à data não tiveram qualquer informação sobre essa matéria.

13. Receberam a cópia de outro material, nomeadamente o estudo sobre o insucesso escolar, mas em relação ao pedido sobre o transporte, até à data não lhes foi dada a informação e gostariam de saber, porque não aparece o balanço sobre os autocarros, nem na Informação à Assembleia Municipal, nem no relatório, no princípio do ano sobre o ano anterior

14. A Bancada da CDU solicitou essa informação, mas até à data nada lhes foi dado.

15. Depois a determinada altura, no parágrafo 97.º é dito: "nomeadamente a alteração com *psin-off*.", afirmando que não deverá ser *psin-off* e sim *spin-off*, sendo que o Sr. Presidente quis dar uma de erudito estrangeirado e depois complica as coisas.

16. Ainda no paragrafo 186.º, diz: "Portanto, a Câmara Municipal está a gerir com "pinças", um assunto que é sensível, sendo que os trabalhos continuam a ser devolvidos...", referindo que certamente não será o que o Sr. Presidente quis dizer, deverá ser que os trabalhos continuam a ser desenvolvidos.

17. Informa ainda que foi com curiosidade, porque depois na Assembleia com o "calor" da discussão não se apercebem, que o que foi referenciado pelo Presidente da Câmara, que consta do parágrafo 115.º a 117.º, que tem a ver com o transporte a pedido, que está a ser elaborado na CCDR, um trabalho sobre esta matéria e que já esta a ser aplicado já em alguns Municípios, nomeadamente um no Alentejo.

18. A verdade é que conseguiu saber qual é o Município, que é Reguengos e também conseguiu saber que não se está a fazer nada e a informação que teve é que nem sabem o que é isso.

19. Aproveita para pedir, se o Sr. Presidente depois lhes fazia chegar a documentação, via Assembleia Municipal, sobre a referida matéria, para poderem saber de que se trata o referido assunto.

20. Questiona se será a UBER, a concorrência aos táxis, ou será uma outra coisa.

21. Assim, fica o pedido feito pela Bancada da CDU à Presidente da Assembleia, no sentido da Câmara lhes fornecer mais informações sobre a referida questão, porque poderá ser alguma coisa que seja pioneira e que seja interessante, não se colocando em questão o interesse desta medida.

22. Em relação às alterações propostas pelo Membro José Leitão, a **Presidente da Assembleia** informa que a gravação foi ouvida e procedeu às correções conforme foi solicitado e agradece.

23. Relativamente ao requerimento do + Perto, informa que tem na sua posse a resposta que foi enviada e tem quase a certeza que também foi enviada para a CDU, perguntando se a mesma não foi recebida.

24. Se a resposta não foi recebida por parte da CDU, terá de se ver o que se passou porque tem a certeza absoluta que assinou o ofício e que foi enviado.

25. Afirma que tinha quase a certeza que tinha tudo fechado.

26. O **Membro José Leitão,** interrompe afirmando que a questão aqui é só nesta ata não estar nada a dizer que foi corrigido, porque a Presidente na altura disse que iria proceder à correção da mesma e mesmo o próprio Membro do PS disse que estava de acordo e que era aquilo que queria dizer e isso não se encontra refletido no documento.

27. A **Presidente da Assembleia Municipal,** afirma que não está refletido, mas foi feito.

28. Refere que as atas da Assembleia Municipal são muito complexas e quem as faz, passa horas e horas e pessoalmente também passa horas e horas de volta das mesmas, tal como a 2.ª Secretária.

29. As Atas são lidas e relidas, sendo normal que quem lê uma e duas vezes deixe passar, na mesma, pequenas coisas e quando ficam dúvidas, passa horas a ouvir as gravações e se falha alguma coisa, não é por desmazelo.

30. Agradece o facto de se os Membros da Assembleia verificarem que algo não está bem, que digam para que à posteriori se proceda às alterações.

31. O **Membro Valentino Cunha** saúda todos os presentes e informa que gostaria de fazer uma correção.

32. No parágrafo 131 em que mais para o final diz: "presume que tenha passado da Câmara receber em maio, em vez de em junho" afirmando que o que disse foi em junho em vez de maio.

33. A **Presidente da Assembleia Municipal** informa que os pontos referidos novamente irão ser corrigidos.

34. Não havendo mais intervenções, colocou à votação o referido documento, tendo sido **aprovado,** por **unanimidade,** (não participaram na votação, por não terem estado presentes na sessão em causa os Membros Vítor Serrano, Ricardo Mateus, Clarisse Fernandes, José Lino dos Santos, Maria João Luz e Ricardo Videira) o **Projeto de Ata n.º 5/2019,** referente à sessão realizada no dia 19 de junho de 2019.

35. O **Membro Valentino Cunha** apresenta uma **"Moção de Saudação ao 7 de Setembro"**, entregando alguns exemplares que deverão ser distribuídos pelas outras Bancadas. (Anexo 11/19)

36. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca a referida Moção à discussão, perguntando se algum dos Membros pretende intervir.

37. Em relação à moção apresentada pelo PS, o **Membro José Leitão** refere que, se de uma forma geral lhes parece correta, tem depois alguns aspetos que eram perfeitamente desnecessários, e a Bancada da CDU não irá pedir para alterar, nem irá votar contra.

38. Se a Bancada do PS quisesse que a Bancada da CDU votasse esta Moção, não tinham incluído alguns apontamentos que constam do documento, mas a Moção é da Bancada do PS e não da CDU.

39. Refere que hoje estão num figurino, e isso é transversal a todo o país, de realização de grandes festivais.

40. O figurino da CDU, enquanto esteve à frente da Câmara, foi de comemorar datas que mereciam, e que consideravam que deviam comemorar e por isso o tipo de festas que faziam não tinham o aspeto que hoje têm, apesar de nos últimos anos terem vindo a alterar-se, no caso do 7 de Setembro, mas ao longo do ano tinham diversas comemorações, como o 8 de Março, o 25 de Abril, o 1.º de Maio, o 20 de Maio, de elevação de Vendas Novas a cidade.

41. Consequentemente, as disponibilidades da CDU para fazer o tipo de festa comemorativa do Concelho, era diferente do que é agora, quando o próprio Partido Socialista, estando no executivo da Câmara, faz a concentração da sua atividade, em termos de festas, no 7 de Setembro e infelizmente sem dar conhecimento a ninguém, mesmo inclusivamente aos restantes membros do executivo da Câmara, nomeadamente os da CDU.

42. Afirma que se tratam de questões que são opções, ou seja, ou se faz atividade cultural e se fazem festas e comemoram-se variados dias, ou se concentram numa única festa, tratando-se de opções, não dizendo que é bom ou mau.

43. Trata-se de uma opção do PS, é legitima, referindo que quando veio para Vendas Novas, o 7 de Setembro tinha uma configuração.

44. Nos últimos anos também já tinha "barraquinhas", entre outras coisas, tratando-se de opções.

45. Agora, em relação a alguma parte do texto que se encontra no documento apresentado, afirma que a Bancada da CDU está frontalmente contra, como devem calcular.

46. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à votação a referida Moção, tendo sido **aprovada**, por **maioria**, com 17 votos a favor (15 do PS e 2 do PSD) e 6 votos contra (CDU), a **"Moção de Saudação ao 7 de Setembro"**, apresentada pela Bancada do PS. **(Anexo 11/19)**

47. O **Membro Custódio Vale de Gato** saúda, em primeiro lugar, as pessoas da Landeira, a instituição que acolhe a presente Assembleia e os seus órgãos sociais da referida instituição por proporcionarem este espaço para se poder fazer no espaço, os trabalhos de um órgão, que será o órgão por excelência do Concelho.

48. Refere ainda que se sente duplamente bem no presente espaço, porque se encontra numa instituição que não só nasceu num ano excelente, como também representa uma coletividade que lhe diz bastante.

49. Regozija-se por se encontrarem no presente dia, neste ato de descentralização, de resto respondendo a um apelo que é repetidamente feito pelo PSD, para que se façam Assembleias de uma forma cada vez mais frequente, fora da sede de Concelho.

50. Mas não só as Assembleias, também outros atos, que reclamam que sejam realizados fora da sede do Concelho, que será uma forma de inclusão destas populações, que têm mais dificuldades e que o seu afastamento da sede do Concelho já é uma dificuldade, incumbindo aos órgãos autárquicos tentar reduzir esse afastamento logístico, físico e temporal relativamente a estas populações.

51. Dito isto, passa a ler e entrega cópias, para distribuir pelas restantes Bancadas, da **Recomendação "7 de Setembro na Landeira"**. (Anexo 12/19)

52. Não havendo intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à votação a referida Recomendação, tendo sido **aprovada**, por **unanimidade**, a **Recomendação "7 de Setembro na Landeira"**, apresentada pela Bancada do PSD. **(Anexo 12/19)**

53. O **Membro Paulo Campino** apresenta, em nome da Bancada do PS, a **Recomendação à Câmara Municipal "Demografia – um dos maiores desafios para o futuro do Concelho de Vendas Novas"**, solicitando também a distribuição de cópias pelas restantes Bancadas. (Anexo 13/19)

54. O **Membro Ricardo Videira** saúda todos os presentes, referindo que é com muita satisfação que são recebidos, no presente dia, na Freguesia da Landeira, tendo também a possibilidade de abordar temáticas desta Freguesia, que tão importante é para o nosso Concelho.

55. Começa por dizer que obviamente subscrevem o documento apresentado pela Bancada do PS, ou não fosse um resumo do discurso que foi feito pelo PSD na última sessão solene do 7 de Setembro, relativamente, precisamente, às questões relacionadas com a natalidade e a atratividade do Concelho.

56. Refere que iria até um pouco mais longe, considera que as questões da atratividade e da natalidade passam, não só por emprego e emprego qualificado, a criação de riqueza e a fixação das empresas, a geração de valor agregado, que é um conceito um pouco mais profundo do que aquele que se encontra plasmado no documento, a melhoria das condições de mobilidade e a saúde, sendo este um fator muito importante e que faz com que muitas pessoas se afastem, do Concelho de Vendas Novas.

57. Refere que o PSD subscreve e talvez até complementasse a Moção apresentada, mas também a sua expetativa, que tratando-se de um executivo socialista, obviamente não se está a aperceber disso neste momento, e que todas as políticas que estarão em curso estarão naturalmente a visar combater este tipo de situação que é a redução demográfica do Concelho de Vendas Novas, que aliás já se consubstanciará nas próximas eleições autárquicas, com a redução do número de eleitores e a redução do número de Vereadores e Membros da Assembleia Municipal.

58. Relativamente à Moção, o **Membro José Leitão** considera que faltou dizer que, no próximo ato eleitoral, ou seja, no dia 6 de outubro irá ter-se 9983 eleitores, o que quer dizer que se tem menos eleitores do que há 22 anos atrás, ou seja, antes do final do século e que no saco da Landeira, o número de eleitores é inferior ao ano de 1985, considerando que isso deveria ser referido, para não existirem dúvidas.

59. Diz também que, no 3.º parágrafo é referido: "O ritmo de vida que temos, a questão do decréscimo da taxa de natalidade, os ciclos emigratórios, típicos dos períodos de recessão económica, levaram…", afirmando que falta uma coisa fundamental, que é politicas que levem à fixação das populações no interior do país e, infelizmente, desde que se entrou para a União Europeia, todas as políticas que têm sido desenvolvidas, têm sido no sentido da litoralização do país, com a agravante de não havendo regionalização, esta situação ser muito mais difícil de conter do que seria, caso houvesse a regionalização.

60. Lembra-se de, nos seus tempos de estudante, ler um livrinho de economia de um célebre professor da Fundação Calouste Gulbenkian, que era o Simões Lopes, em que dizia que Portugal só devia entrar na União Europeia depois de apresentar um plano de desenvolvimento regional que levasse a que não existisse esta litoralização, referindo que na altura alguns deviam ter lido, mas possivelmente não lhe deram grande importância.

61. Depois, no 5.º parágrafo, é dito que: "Sabemos e reconhecemos que o trabalho feito pelo executivo municipal nos últimos anos para a criação de emprego, a requalificação e regeneração do nosso Concelho", afirmando que tem muitas dúvidas sobre isso, porque se continua e se tem um decréscimo de população, pelo que as políticas não estão corretas e há qualquer coisa que está mal.

62. Afirma que a população continua a fugir do Concelho e depois diz-se que as políticas são estas e que está tudo bem, não lhe parecendo que esteja correto.

63. No final é dito: "… contribuem de forma decisiva para o aumento da qualidade de vida das nossas populações …", o que não coloca em dúvida, apesar de ser discutível, nomeadamente agora com os cheiros da Etar na zona de Bombel, que parece estar um bocado miserável.

64. De seguida é referido: "… para o sentimento de bem-estar …", dizendo que tudo bem, e: "… e a atração de novas populações …", afirmando que isso é que lhe parece abusivo, está a "dar uma no cravo e outra na ferradura".

65. Ou seja, está a ser dito que há decréscimo e depois referem a atração de novas populações, afirmando que estão a pensar numa coisa, que se tem vindo a constatar que é precisamente o contrário.

66. Relativamente à realização do estudo e da situação demográfica atual, "dá de barato", porque se irá ter censos em 2021, faltam 2 anos, por isso não sabe se haverá razão, mas tudo bem.

67. Quando se diz: "O incentivo à natalidade das nossas famílias", não sabe o que se pretende com isso, perguntando se é 500 euros por cada filho, que é como se faz no norte, referindo que se acabam os 500 euros e depois fica-se com um problema, que é a criança e depois não se sabe o que há-de fazer porque não se tem emprego, não há creches, não há serviços de saúde, entre outras coisas.

68. Depois é dito: "A adequação dos programas municipais, que conferem benefícios sociais, apenas aos contribuintes de Vendas Novas, ou seja, a quem é eleitor em Vendas Novas, valorizando e apoiando aqueles que detenham morada fiscal no Concelho…", afirmando que é bom que saibam que os benefícios obrigam a que as pessoas vão à Junta de Freguesia atestarem em como cá têm a residência e como tal, sendo assim e tendo a pessoa a residência no Concelho, é evidente que será eleitor aqui, por isso não faz sentido.

69. "A continuidade na atração de empresas que gerem mais emprego", afirma que o que se tem visto é muito pouco, sendo evidente que percebe que esta situação não é só a Câmara só por si que irá agora dizer que "somos os melhores do mundo e venham para aqui..".

70. Percebe isso e não se está aqui com um discurso populista.

71. Não é isso, porque também se sabe que houve empresas que tinham alguma quantidade de trabalhadores e que fecharam e que não surgiram alternativas.

72. Têm surgido empresas, mas a necessitar de menos mão-de-obra, apesar, de neste momento, haver uma carência muito grande de mão-de-obra no Concelho.

73. Depois, "O estabelecimento de contactos para atração de investidores no setor imobiliário, que leve à construção de mais habitações disponíveis …", referindo que não sabe se se tem a realidade, afirmando que aqui é que valia a pena fazer o estudo sobre o número de habitações que estão fechadas neste Concelho e degradadas a precisarem de ser recuperadas.

74. Considera que isso é que valia a pena.

75. Não é andar-se a construir e depois acontece como o que se verificou há uns anos, em que visitou Castelo de Vide, e tinha lá ido quando era miúdo, e depara-se com uma terra que tem construções novas à sua volta e o centro está todo a cair, perguntando se é isso que se considera desenvolvimento, afirmando que não considera isso.

76. Ou seja, considera que deverá ser feito um estudo para ver quais são os fogos e qual é a sua situação, para se poder recuperar e intervir e não para virem construtores para construir mais habitação, achando que isso não terá nenhum interesse face à realidade que se vê, que são várias casas fechadas no Concelho.

77. Em resposta à Bancada do PSD, o **Membro Paulo Campino** informa que também compartilha dessa preocupação em relação ao desemprego qualificado, mas também todos sabem que Vendas Novas é uma cidade pequena que orbita em volta de Lisboa, como quase todas as cidades que aqui estão nas imediações e é muito complicado conseguir reter aqui, por exemplo, os jovens de Vendas Novas que acabam um curso.

78. É muito complicado, em primeiro lugar, porque muito possivelmente algumas empresas não devem querer vir para esta cidade, porque têm outras oportunidades em Lisboa.

79. Poderá falar de uma área que até tem algum conhecimento e só sabe de um caso de uma empresa dessa que se deslocou para o interior, que foi a KX Mini, em relação à parte da informática.

80. Afirma que é muito complicado conseguir tirar-se alguma dessas empresas da região de Lisboa, sendo a KX Mini uma empresa, que se recorda, que fez um polo em Évora e mesmo assim é complicado.

81. E uma cidade como Évora não está a conseguir reter aquelas pessoas e conhecendo alguns rapazes que lá trabalham, um dos principais problemas é não terem habitação acessível em Évora, por exemplo, e trata-se de uma cidade muito maior do que Vendas Novas.

82. Portanto, os problemas que a nossa cidade atravessa em relação à questão de desemprego qualificado ainda vão ser mais gravosos do que numa cidade maior, como Évora que é capital de distrito.

83. Mas esta é uma situação em que a Bancada do PS também partilha da referida preocupação e o Município também tem vindo a desenvolver algumas medidas nesse sentido, para tentar reter alguma mão-de-obra qualificada, estando a referir-se a uma mão de obra com curso superior, considerando que a StartUp Alentejo até poderá ser um bom começo nessa situação em que se está a atrair empreendedores e espera que o executivo dê continuidade, não só à StartUp mas também a outras iniciativas do género.

84. Em relação à intervenção do Membro José Leitão, refere que a mesma foi tão extensa e um exercício de divagação, que quase não conseguia anotar metade das coisas de forma a poder dar alguma resposta.

85. Mas daquilo que reteve, pareceu-lhe um cenário tão negro, que lhe parece que isso só estava bem se o executivo municipal ainda fosse governado pela CDU e nesse caso, quase que de certeza que mesmo verificando-se um cenário semelhante, não seria referido, nem se calhar metade dos pontos, apenas um ou dois.

86. Relativamente à parte demográfica, agradece desde já todo o input que obteve da parte do Membro José Leitão sobre a recomendação, referindo que tem de facto algumas ideias sobre esta situação.

87. Admira-se é como é que o referido Membro não se lembrou de fazer uma proposta semelhante ao executivo municipal da CDU à época.

88. Refere que a maior parte da análise do Membro José Leitão a esta recomendação, foi feita analisando três ou quatro palavras e passou à frente, repetidamente e tudo basicamente fora do contexto.

89. No que diz respeito à parte do estudo demográfico e que até foi referida de algum modo jocoso, considera que sem o estudo não se fica a saber nada, afirmando que o conhecimento se obtém, não nasce com a pessoa.

90. Por isso, se se pretende estudar esta situação de uma forma séria, considera que a primeira parte é começar-se com um estudo e não a falar de suposições sobre isto ou sobre aquilo.

91. Em relação à quebra demográfica, refere que não entrou com números, porque também não tem acesso à maior parte dos dados estatísticos, mas com certeza a recomendação que está a ser efetuada ao executivo e quando o Presidente tiver oportunidade de falar, presume que possa ter alguns dados estatísticos, que não lhe estejam acessíveis a si.

92. No entanto, o decréscimo demográfico em Vendas Novas começou há muito tempo e não somente agora em 2013.

93. Afirma que já se tem vindo a verificar há muito tempo e em vários mandatos da CDU.

94. Por acaso, dado que o Membro José Leitão tem várias opiniões e várias sugestões para essa matéria, lamenta é que não as tenha passado aos executivos anteriores, porque a tendência de decrescer a população de Vendas Novas continuou sempre.

95. Segundo uma conversa informal, que vale o que vale, agora está-se a verificar uma pequena inversão, ou seja, continua a decrescer a população, mas não a um ritmo tão grande como anteriormente e por isso, porque continua a haver, daí haver esta recomendação para que seja analisada e votada pela Assembleia.

96. O **Membro Custódio Vale de Gato** refere que a moção apresentada é uma moção bem-intencionada e como o seu colega de bancada já referiu e já tinha expressado publicamente esta linha de raciocínio e esta preocupação de resto, estes temas têm de ser tratados de uma forma muito séria e profunda, porque se são tratados pela "rama", corre-se o risco de se ficar na mesma ou pior.

97. Os seja, este é um problema nacional e sendo um problema nacional tem dois atores fundamentais, um deles tem a ver com a política do Governo a nível nacional, que interfere com a maior ou menor apetência que os casais têm de ter filhos e, portanto, inverter este processo de redução da população e isso não é por uma "varinha mágica", tem de ser por um apelo e os casais têm de ter políticas de natureza social, de habitação, da saúde, da logística, da facilidade de implementação.

98. As pessoas têm de se sentir bem, para poderem constituir as suas famílias e quererem que essas famílias cresçam.

99. Se essas políticas não forem assertivas, não forem acertadas, naturalmente que tudo isto "cai por terra".

100. Depois, tem-se a outra face do problema e naturalmente é essa que cabe a cada um dos Municípios: tornar-se atrativo por forma a competir com aqueles que lhe estão mais perto, no sentido de disputar a localização aqui num movimento migratório.

101. Ou seja, se o défice de população existe, há uma luta, uma competência enorme de cada uma das regiões, para captação, para atrair pessoas que venham para esses Municípios, para essas regiões.

102. Naturalmente que as pessoas vão para os sítios onde lhes são proporcionadas melhores condições e dentro daquela mesma linha que disse a nível nacional.

103. Afirma que o problema é sempre o mesmo.

104. Se não houver uma política de habitação, uma política social, uma política de saúde, uma política de educação, em que as pessoas possam ter creches, escolas, hospitais, infantários, etc, em condições, naturalmente que quem melhor tiver essa capacidade de atratividade, parece-lhe uma forma evidente, não vai conseguir competir com aqueles Concelhos que lhe são próximos.

105. Afirma que aqui já se trata de uma política mais local.

106. Portanto, dentro das ferramentas que os Municípios têm, é aqui que se "jogam" as estratégias mais ou menos acertadas por cada um dos Municípios, para se poder tornar de facto, um Município atrativo para captação da população.

107. Portanto, afirma que é aqui o apelo, referindo que, infelizmente não têm responsabilidades de governação, nem num, nem no outro, porque acham que têm ideias e acham que têm algumas propostas acertadas para ajudar a inverter esse estado de coisas, porque isso leva décadas e as políticas, não podem ser políticas de avanços e recuos, têm de ser políticas consistentes.

108. Atrevia-se a dizer que este é um problema que os une e não um problema que os separa, porque se trata de um problema que atravessa todos os estilos de governação, e portanto, as políticas têm de ser muito bem pensadas e concertadas de forma a que não venha um e faça de uma maneira e venha outro e inverta e destrua.

109. Se há matérias em que devem fazer pactos de regime, esta é uma delas que é decisiva e a par daquilo que hoje se fala, do ambiente e muita gente até fala de ambiente sem saber nada de ambiente, mas está na moda, atrevia-se a dizer que a par de mais um ou outro problema, este é dos problemas mais graves, dos desafios que se põem às nossas populações.

110. Especialmente para a geração da Bancada do PS, que é uma Bancada jovem e já não será tanto para si, mas para os seus filhos e para os seus netos, esses problemas vão-se agudizar, porque o problema já não está só no litoral, como disse o Membro José Leitão, e isso é que é grave.

111. Atrevia-se a dizer que já não há grande necessidade de fazer os estudos, porque as coisas estão feitas e inventariadas.

112. O INE tem todos os dados, portanto é só ir buscar as estatísticas.

113. Afirma que o problema que se está a passar é que já é, à volta de região de Lisboa, à volta da região do Porto e um pouco à volta de Coimbra e de Aveiro, onde existe uma densidade populacional em condições, o resto já começa também a ficar desertificado.

114. Portanto, vejamos qual é a dimensão do problema que se começa a ter.

115. Em relação à atratividade, relativamente à mão-de-obra qualificada, refere que infelizmente o problema já não é só com a mão-de-obra qualificada, o problema já é com a mão-de-obra e sem a mesma dificilmente se tem valor acrescentado.

116. Afirma que são desafios que se põem e insiste, uma vez mais, que este tipo de problemas exige uma concertação de todos para que se possa chegar a um fim feliz.

117. O **Membro Tiago Aldeias** saúda todos os presentes e refere, em primeiro lugar, que valoriza a realização da Assembleia Municipal na Landeira, perguntando se a população da Landeira tem conhecimento que a Assembleia Municipal é na referida localidade ou só sabem os Membros da Assembleia Municipal.

118. Afirma que essa é uma questão importante porque se só sabem os Membros e não se procura chegar à população com essa informação para que esta participe.

119. Refere que o Presidente aponta para o público, mas a verdade é que nas Assembleias de Freguesia está mais público do que o que se encontra no presente dia na Assembleia Municipal porque já tem vindo às Assembleias de Freguesia da Landeira e sabe que isso é verdade.

120. Apenas pretendia deixar esta nota.

121. Não basta fazer, é preciso fazer chegar às pessoas a mensagem daquilo que se faz porque apenas fazer não resolve os problemas da necessidade da participação das populações nestas iniciativas.

122. Em relação à recomendação, refere que realmente é necessário haver uma política concertada e tem havido ao longo dos anos e estão presentes dos partidos PS e PSD que têm, concertadamente ao longo dos anos, contribuído para o afastamento das pessoas do interior, para o encerramento de serviços públicos no nosso Concelho, escolas, postos médicos, para a criação dos agrupamentos de escolas, para a privatização dos CTT, etc.

123. Afirma que, na presente sessão, se encontram os dois maiores partidos responsáveis, no nosso Concelho e no país, para que as pessoas cá não vivam, para que saiam do nosso Concelho, para que saiam do interior e vão para o litoral.

124. Considera que até é engraçado, ver estes dois partidos a defender agora uma política concertada e a necessidade de tomar medidas para que as pessoas vivam e trabalhem no Concelho, quando, na realidade têm sido os dois principais partidos a contribuir não vivam no Concelho e nem sequer trabalhem no país, quando em tempos passados apelavam à emigração, quando contribuem para a desregulação dos horários de trabalho, quando aumentam a precariedade.

125. Porque tudo isso são incentivos para que não se fique no nosso Concelho, onde as condições de trabalho são sempre piores às do litoral, assim como o encerramento dos serviços públicos, pelos quais repete, é o PS e o PSD, não existindo cá o CDS, os principais responsáveis, no Concelho e no país, pelo encerramento de escolas no nosso Concelho, pelo encerramento de postos médicos, pela privatização dos CTT e de outros serviços públicos necessários às populações.

126. Isto sem falar do SAP, pela tentativa do Partido Socialista de encerramento do SAP, que é fundamental às populações, para que se mantenham no Concelho e sem falar na necessidade da criação de um serviço de assistência básico no Centro de Saúde de Vendas Novas.

127. O **Membro José Leitão** refere que tinha dito que isto era uma leitura na diagonal e não uma leitura aprofundada, pois apenas na presente sessão teve conhecimento do documento e, como tal, não poderá fazer uma leitura aprofundada sobre o mesmo.

128. Se depois só "apanhou" três dicas, pede desculpa, mas disse mais coisas do que as três dicas, mas pronto.

129. Afirma também que é mau sinal, apesar de dizer que neste momento se está numa situação de inversão, que em quatro meses e meio, o número de eleitores a menos no Concelho de Vendas Novas, são em contas redondas, quase 200 eleitores, reafirmando que é mau sinal, porque se esta é a inversão e se esta inversão se mantiver, então estamos muito mal.

130. Por fim, não sendo já na linha dos comentários, refere que quanto à CDU, os seus Membros têm posições definidas há muitos anos em relação ao que é necessário para as pessoas se fixarem, nomeadamente, empresas, emprego, salários atrativos, serviços públicos, as autarquias terem dinheiro para dar resposta às necessidades das populações, o que no caso de Vendas Novas, para dar o exemplo, de 2011 a 2019, a autarquia, do Orçamento de Estado, recebeu menos 5 milhões de euros daquilo que deveria ter recebido, a implantação das regiões administrativas, o respeito pela autonomia do Poder Local, afirmando que são coisas concretas e os Membros da CDU têm a noção de que implementando estas medidas, as autarquias, poderão conter este desaguar de pessoas para o litoral, que depois numa situação de má memoria, levou a que montes de pessoas imigrassem, parecendo que se estava novamente nos anos 60.

131. Felizmente, nesta última legislatura, conseguiu-se conter essa saída, com uma caraterística de que se estava a assistir a uma emigração de pessoas sem qualificações, mas de pessoas qualificadas e sabe-se de quem era a responsabilidade.

132. Por isso, refere que a CDU, na sua política e na sua proposta, para as eleições de 6 de outubro, tem medidas para inverter esta situação.

133. Agora, infelizmente, o Partido Socialista, em matérias que poderiam levar à contenção desta litoralização do país, não tem alinhado com a CDU e tem alinhado sim com os partidos à sua direita, com o PSD e com o CDS, nomeadamente numa coisa tão básica que é a regionalização e o reforço do Poder Local, em vez da sua descaracterização, por exemplo.

134. Falando também um pouco de política nacional, o **Membro Paulo Campino** refere que concorda que é necessária uma política de concertação entre todos os partidos políticos porque o tema da natalidade e a questão demográfica é a bandeira eleitoral de todos os partidos que se submetem a eleições e no fim do período eleitoral volta tudo à mesma normalidade.

135. Por isso, concorda que tem de ser uma questão de concertação nacional, daí a que também da parte dos "pequeninos", como os presentes, que fazem parte de um concelho, fazer pressão sobre os seus executivos, para que estes façam pressão junto dos Governos, para que haja alguma mudança nesse sentido.

136. Acha que todos os presentes também estão em representação dos partidos e apresenta a sugestão de que todos passem a palavra, neste caso, aos seus representantes nacionais, no sentido de afirmar que "Basta!", o tema da natalidade ser uma promessa em todas as eleições, mas a situação está a degradar-se.

137. Considera que será muito mais importante para a estabilidade do país, renovar-se a nossa população com os que já estão em Portugal do que abrir-se vagas de migração, pessoas que por ventura podem não ter a nossa cultura.

138. Vai haver um choque cultural ao início e não se irão adaptar tão bem, pois temos uma população capaz de se renovar a ela própria e, neste momento, não se tem capacidade de renovar.

139. Pensa que se tudo continuar assim, por volta de 2050, a população de Portugal seria de 6 milhões e acha que isso é gravíssimo.

140. Em relação à mão-de-obra qualificada, refere que é complicado retê-la em Portugal.

141. No entanto, a referida recomendação ao Município é também nesse sentido de desenvolver todos os esforços para se conseguir reter, pelo menos alguns dos jovens que são naturais de Vendas Novas e que se têm de deslocar para um centro urbano de maiores dimensões para ali poderem efetuar e concluir os seus estudos superiores, para que eles também tenham oportunidade de se fixarem em Vendas Novas e não sejam obrigados a ir para Setúbal, para Lisboa, para o Porto ou até para outro país.

142. Relativamente à parte referida pelo Membro Custódio Vale de Gato sobre a mão-de-obra não qualificada, refere que em Vendas Novas em relação aos dados do Concelho presume que se possa refletir um pouco do panorama nacional: há falta de mão-de-obra não qualificada.

143. No entanto, em Vendas Novas o desemprego é muito baixo, daí a que possa ser também um dos constrangimentos para os empregadores do Concelho conseguirem obter essa mão-de-obra, não só aqui, mas a nível nacional.

144. Depois também entra uma parte muito importante nisto tudo que são as leis do mercado, a lei da oferta e da procura.

145. Refere que ainda no presente dia viu uma notícia sobre o setor do turismo, que é também um setor de mão-de-obra barata, em que não há mão-de-obra qualificada, sendo a lei do mercado, tem de funcionar.

146. O mercado, por vezes, só funciona é para baixar o salário quando há, como neste caso, excesso de procura, afirmando que o mercado nacional também vai ter de se adaptar um bocado a isso, dado que os números do desemprego, não só no nosso Concelho, mas a nível nacional estão em valores muito baixos.

147. Se houver um aumento de salários nessas áreas de atividade, possivelmente não haverá a falta de mão-de-obra não qualificada.

148. Em relação ao que foi referido pelo Membro Tiago Aldeias, esclarece que o PS nunca apelou à emigração.

149. Em relação ao Membro José Leitão, refere que a receita da CDU para resolver todos os problemas, a criação de mais emprego, mais empresas, isso é quase um slogan publicitário, afirmando que todos os partidos que se submetem a eleições em Portugal utilizam esse slogan.

150. O que se precisa é ver atos e ações, não é só dizer que se tem a receita e vai-se resolver tudo, pois isso toda a gente promete.

151. Em relação a medidas em particular, aí sim, isto é uma medida em particular, afirma que se trata de uma recomendação ao executivo municipal para adoção de medidas.

152. Refere que da parte da Bancada do Partido Socialista já foi adotada uma medida em particular, não falaram apenas, mas tomaram uma ação e agora está na mão da Assembleia aprovar ou não a recomendação em causa e, caso a mesma seja aprovada, depois também nas mãos do Município a opção poderá ser executá-la ou não, mas da parte da Bancada do PS está feita a sensibilização para um tema muito importante, não só do nosso Concelho, mas também do nosso país.

153. Tem ouvido constantemente mais empresas, mais emprego.

154. Refere que a Bancada do PS também quer mais empresas e mais emprego, mas não basta apenas pedi-lo, é preciso também criar as condições e conta com o Município nesse sentido.

155. Pela sua experiência anterior, não viu muita criação de emprego além de um Parque Industrial, pelo menos no seu tempo de vida.

156. Houve um Parque Industrial, houve a atração de alguma empresas, mas depois, em 40 anos de governação CDU, também não vê grandes medidas para a criação de emprego e para essa forma milagrosa referida pelo Membro José Leitão.

157. O referido Membro também culpou, uma vez mais, a União Europeia por todos os problemas de Portugal e todas as políticas regionais.

158. Aproveita para responder, se o livro que o Membro José Leitão estava a referir há pouco era o livro "Desenvolvimento Regional", se não está em erro, de A.J. Simões Lopes.

159. Tem esse livro, é da Gulbenkian, pois teve uma cadeira chamada "Geografia Económica" e esse é um dos livros da referida cadeira.

160. Afirma que, obviamente, nem o Simões Lopes tem a receita para isto tudo.

161. Este referiu todos os problemas, apontou algumas soluções.

162. No entanto, trata-se de um livro de muita seminação e até à data não viu muito em prática, por parte de nenhum dos partidos em Portugal, de algumas das promessas.

163. Voltando à parte da União Europeia, refere que o Membro José Leitão falou da União Europeia como quase todos os problemas do nosso Concelho e do nosso país, mas se se for ver toda a obra da CDU muitas vezes referida nas Assembleias, muita dessa obra só foi feita com os fundos da União Europeia.

164. Pode falar-se de questões de saneamento, de escolas, de estradas, perguntando como é que tudo isso teria sido feito sem os fundos da União Europeia.

165. Considera que se deverá ponderar um pouco quando se aponta o dedo à União Europeia em tudo, afirmando que os fundos que de lá vieram também ajudaram a construir este Concelho.

166. Não nos deveremos esquecer disso, especialmente quando o partido do referido Membro estava no poder nessa altura.

167. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à votação o prolongamento do período antes da ordem do dia em 60 minutos.

168. **Foi aprovado**, por **unanimidade**, o prolongamento do período antes da ordem do dia em 60 minutos.

169. O **Membro Ricardo Videira** começa por dizer que é com alguma satisfação, por um lado, e não é surpresa por outro, que vê que afinal querem meter todos no mesmo "saco", pois no Governo estão todos no mesmo "saco" e isso é um bocado esquisito e ver a CDU a criticar as opções políticas dos últimos quatro anos quando viabilizou os últimos quatro orçamentos, juntamente com o Partido Socialista.

170. Portanto, se essas medidas de fundo eram tão importantes na perspetiva da CDU, esta deveria ter incutido essas mesmas medidas e essas políticas.

171. Independentemente de tudo, está a falar-se de questões de fundo, de questões que devem unir todos os partidos, afirmando que o problema é mais do que migratório, porque se se tiver um pouco de sensibilidade em relação a todo o país e não exclusivamente ao Concelho de Vendas Novas, sendo obviamente este que diz respeito aos Membros da presente Assembleia, mas o facto é que o problema é nacional, tendo também os seus efeitos no plano local.

172. Refere que Vendas Novas tem um índice de envelhecimento muito elevado e um dado estatístico que citou no seu discurso, no dia 7 de Setembro, foi precisamente que, em 2017, em Vendas Novas existiam 222 idosos para cada 100 jovens.

173. Ou seja, 222 pessoas com mais de 65 anos para cada 100 pessoas com menos de 15 anos e isso não é responsabilidade da governação autárquica do PS com o PSD durante quatro anos, nem do PS sozinho, sendo esta uma estatística que vem de traz e que nos precede, começa com a CDU mas é obviamente um problema nacional.

174. Portanto, não se deve escamotear a responsabilidade de ninguém, nem atribuir responsabilidades exclusivas a ninguém, pois trata-se de um problema que deve unir todos, devendo ser um desígnio comum.

175. Aliás, foi por essa razão que o PSD escolheu esse tema para o 7 de Setembro, porque é um momento de união, um momento em que se deve ressaltar aquilo que é ser-se vendasnovense e aqueles que são os objetivos para o nosso Concelho.

176. Refere que existem várias propostas que têm sido colocadas em cima da mesa e o PSD viabilizará sempre que elas tiverem a ver com este tipo de medidas, que são importantes e que são aquelas que poderão diferenciar Vendas Novas, não só o resto do país, mas no cenário global em que se vive hoje em dia.

177. Outras questões que lhe parecem importantes, a mobilidade que não foi referida, dizendo ao Membro Paulo Campino que este é um fator importante que permite muitas vezes colmatar a falta do emprego qualificado.

178. A mobilidade permite que as pessoas não trabalhem em Vendas Novas, mas que se desloquem para trabalhar e um bom exemplo, que é a Landeira, que está muito perto de Setúbal e que as pessoas poderão ir e vir, caso tenham condições fáceis para o fazer e criam-se condições para que as pessoas se fixem, tenham acesso à saúde e para que consigam também ter acesso à educação.

179. Considera que é importante que haja também a valorização do apoio familiar, do acesso à saúde, a valorização da classe média, que nem sempre é bem tratada pelo nosso país.

180. Refere que o exercício de começar pela Landeira é um desafio importante e o exercício de pensar a classe média e não só as classes sociais mais baixas também é importante para o PSD.

181. De alguma forma, a classe média sofreu muito ao longo dos últimos anos, com a crise financeira que existiu e ainda continua a pagar essa fatura quando de alguma forma se começou a aliviar as classes sociais mais baixas.

182. Afirma que chegou a hora de se começar a pensar um pouco diferente e na totalidade, a solução passa, na opinião do PSD, também um pouco por aí.

183. De qualquer forma, reitera a intenção dos Membros do PSD de votar favoravelmente a recomendação apresentada e também reiterar que as posições do PSD em relação a temas como este, serão sempre favoráveis, quer nas questões mais de fundo, quer nas questões executivas.

184. Apenas para complementar algumas ideias que foram transmitidas, o **Membro Valentino Cunha** refere em primeiro lugar, que se a estatística referida dos 200 eleitores em quatro meses, é uma estatística que é falaciosa, porque se está a comparar eleições que têm um eleitorado que é constituído por diferentes pessoas, na medida em que há pessoas que podem votar nas eleições europeias, que não podem votar nas eleições legislativas e outras que podem votar nas autárquicas e não podem votar nas legislativas e vice-versa.

185. Ou seja, estão a ser comparadas eleições diferentes com eleitorados diferentes e a tirar uma conclusão que supostamente no verão, Vendas Novas perdeu 200 eleitores, que provavelmente se "piraram" antes das Festas do Concelho, já que as temos.

186. Considera importante dizer que há um conjunto de questões que têm a resposta já dada pela maior obra literária e por várias investigações no meio académico.

187. Refere que o problema de implementação dessas políticas de resolução dos problemas demográficos é que todo o país está em crise demográfica, toda a Europa ocidental está em crise demográfica e grande parte dos países desenvolvidos do mundo estão em crise demográfica, consequência dos fatores que brevemente foram enunciados na recomendação da Bancada do PS.

188. Portanto, quando se pensa que sozinhos, ou com o Governo, Vendas Novas consegue liderar esta luta contra esta crise demográfica e concorrer com 308 Concelhos, para ter mais gente num país que tem cada vez menos gente, é um desafio hercúleo que não sabe até que ponto é que se conseguirá ter sucesso nessa caminhada.

189. Obviamente que não se devem baixar os braços.

190. Devemos continuar a investir em serviços públicos, algo que se tem feito nos tais quatro orçamentos, que os nossos partidos votaram e que, diga-se de passagem, foram melhor que os doze anteriores, que a direita votou.

191. É também importante que se pare com a "sangria" que houve durante muitos anos, de jovens e adultos qualificados que procuraram outros países para viver e para trabalhar, muitos dos quais, inclusivamente, seus amigos.

192. Obviamente que isto se faz através de políticas de rendimentos, não se pode esperar, e como também disse o Membro José Leitão, que basta dar um cheque por cada criança que nasce, numa política existencialista que, pelo menos a si, pouco lhe diz, e esperar que as famílias, de um momento para o outro, tenham vontade de ter filhos, à espera que o cheque "caia" na conta bancária.

193. Tem de se ter um conjunto de políticas a nível nacional, provavelmente a nível europeu e obviamente a nível local, que permita que cada família sinta a liberdade e a folga económica, não para ter a necessidade ou o luxo de ter mais um filho, mas sim para ter a vontade e cumprir essa vontade de ter mais um filho e de constituir família.

194. E enquanto nós, enquanto país e também enquanto União Europeia não conseguirmos desenvolver essas políticas transversais, que afetam vários países e não só Portugal e não só Vendas Novas, crê que vamos estar em esforços que apenas mitigam o problema e não o resolvem.

195. Portanto, também traçar esta relação de causalidade entre entrarmos na União Europeia e ter sido o descalabro no interior do país.

196. Considera que é um pouco leviano, na medida em que por o pico de população em muitos concelhos se ter dado nos anos de 70 e 80, prévio à entrada na Comunidade Económica Europeia e a partir daí a população no interior do país ter começado a decrescer, isso não significa que a culpa seja da União Europeia.

197. Aliás, poderia até traçar uma relação de causalidade diabólica dizendo que também foi a partir do 25 de Abril, que se começou a assistir à decadência populacional em muitos Concelhos do interior, porque existe essa relação, que não é de causalidade, mas é um facto que até ao 25 de Abril muitos Concelhos do interior tiveram o seu pico populacional.

198. A partir do 25 de Abril deixaram de o ter e não é por isso que traça essa relação de causalidade e também considera que não deve ser traçada com a entrada na União Europeia, a não ser que queira entrar numa culpabilização diabólica daquilo que é, talvez um dos maiores fatores de desenvolvimento que o país assistiu nos últimos anos, a União Europeia.

199. Nesse sentido, para finalizar e ser mais sucinto, refere que foi dito que os problemas também passavam por creches, passavam por escolas, no sentido em que a Câmara também poderia ter algum papel nisso.

200. Apenas pedia que houvesse alguma coerência porque durante muitos anos, quando o PS iniciou a oferta dos manuais escolares, a questão passou sempre por não se tratar de uma competência da Câmara, pelo que não percebe porque razão não deve ser feito, embora concorde que pode e deve ser feito pelo Governo central, como tem sido feito nos quatro orçamentos aprovados pela presente Assembleia.

201. A verdade é que quando as coisas não existem, a Câmara pode, na medida das suas possibilidades, substituir-se ao Governo central e a um eventual Governo regional.

202. Se se mantiver a coerência, temos de aceitar ambos os princípios, tanto para os manuais escolares, como para o apoio às creches.

203. Afirma ainda que no ponto quatro, quando o Membro criticou que os benefícios sociais devem ser aplicados apenas a residentes, que têm de ir à Junta de Freguesia, depende do que se fale de benefícios fiscais, pois para si possivelmente, a oferta de manuais escolares, ou neste caso das fichas de exercícios é um benefício social que se está a dar às crianças que estudam no nosso Concelho e que não é aplicado exclusivamente aos residentes.

204. Portanto, nesse sentido importa perceber em que âmbito é que se está a falar de benefícios sociais.

205. A **Presidente da Assembleia Municipal** relembra que já se está há muito neste ponto.

206. É bom o debate, mas já se está a andar à "roda" do assunto.

207. Seguindo o conselho da Sr.ª Presidente, o **Membro José Leitão** informa que irá ser muito breve e irá apenas dar um exemplo do que é o decréscimo e o que é a evolução e quais as consequências dos aumentos salariais, por exemplo e da estabilidade da vida das pessoas.

208. Refere que, há uns anos a Associação 25 de Abril teve de despedir dois trabalhadores por decréscimo do número de crianças na referida Associação, ou seja, na época de crise.

209. Neste momento, a referida Associação voltou a abrir uma sala, porque as pessoas têm salário, as pessoas têm dinheiro, as pessoas têm estabilidade, por isso têm confiança e, consequentemente, têm mais disponibilidade para poderem assumir responsabilidades, que numa altura de crise não assumem de certeza e para si, isso parece-lhe claro.

210. Sobre ter sido dito que é um dos maiores fatores de desenvolvimento dos últimos anos, afirma que não corrobora desta opinião porque, além do mais, acha que a União Europeia desvirtuou o que eram as políticas de desenvolvimento nacional, em favor de uma desindustrialização e de criação de uma dependência e de uma submissão às imposições da União Europeia e é conhecida a posição da CDU, sendo por isso fácil.

211. Dá o exemplo, na sua opinião pessoal, não subscrevendo aqui a CDU, acha que das piores coisas que aconteceram às autarquias foram os fundos europeus porque deixaram de ter orçamentos pensados com o orçamento que se tem, para ter orçamentos pensados com fundos comunitários que vão surgir e então vamos fazer o que for passível de candidatar, referindo o caso, na altura, das rotundas, por exemplo e outros desse estilo, como ciclovias.

212. Ou seja, aquilo que é a política de uma autarquia é completamente desvirtuada e isso foi dito e escrito por um antigo Presidente da Câmara de Loures, que é o Demétrio Alves, que subscreve sem dúvida nenhuma.

213. Dando ainda mais um fator de desenvolvimento sobre a União Europeia, diz também que só se considera desenvolvimento, passar de ser um país, que éramos um dos países, senão o país mais atrasado, em termos de quilómetros de autoestrada, para o país da União Europeia que mais autoestradas tem, só se é isso, mas para si, isso não é desenvolvimento.

214. Sendo muito sucinto, por fim diz ao Membro Paulo Campino, que hoje já conseguiu ganhar a noite.

215. O referido Membro anteriormente disse: "os partidos prometem tudo nas eleições e depois volta tudo ao mesmo", refere que se é isso que o referido Membro pensa do seu partido, está à vontade.

216. Pessoalmente, não pensa assim do seu partido.

217. Continua a dizer que a CDU e no caso o PCP, em coerência, promete, aponta no seu programa aquilo que deve ser executado e defende-o.

218. Por exemplo, a questão dos manuais escolares "tem barbas", a questão dos passes sociais, que agora anda tudo a falar deles, "tem barbas" por proposta da CDU na Assembleia da República, com os votos contra dos restantes partidos e agora todos se põem em "bicos de pés", todos podem ver se quiserem.

219. O **Membro Paulo Campino** dado que há pouco foi referida a mobilidade, afirma que o executivo também tem desenvolvido esforços nesse sentido, especialmente junto da CIMAC, onde funciona o polo dinamizador dessa ação, para que nos passes sociais também seja incluído o Intercidades.

220. Em relação à Freguesia da Landeira, o Município tem estado a trabalhar nas alternativas de transporte, mas neste caso depende da iniciativa privada que assegura as rotas de transporte.

221. Relativamente à CP é um bocado mais fácil, porque neste momento já não é privado.

222. No entanto, presume que o Município também esteja a desenvolver esforços, não só de interligar com a empresa de transporte rodoviário, no sentido também de facilitar o acesso da população da Landeira às cidades mais próximas.

223. Em relação ao Membro José Leitão, informa que o que tinha referido anteriormente sobre os partidos e as promessas não é o que pensa.

224. Trata-se apenas de uma questão analítica, são factos, é o que tem acontecido e o que acontece.

225. Refere que até ao momento, em relação à política da natalidade, tem sido demagogia repartilhada por todos e não tem qualquer receio de esconder isso.

226. Apesar de ser parte integrante de um partido político, ainda é um indivíduo e ainda pensa.

227. Afirma que o seu partido é um exercício democrático, existem várias vozes e não apenas uma.

228. Em relação a essa parte é apenas um dado analítico, afirmando que os Governos e os partidos não têm feito o suficiente e aponta esse mesmo erro ao seu e a todos os que passaram pelo Governo e sinceramente espera que mude.

229. Os dois temas que referiu anteriormente estão muito em voga, a parte da natalidade é focalizada no mundo ocidental e em particular nos países desenvolvidos, porque não se trata só de um problema do mundo ocidental.

230. Pode falar-se também do Japão, que é um país que tem um grande problema demográfico e não faz parte do mundo ocidental.

231. Refere que qualquer país desenvolvido tem este problema e considera que é importante, ao nível do clima e do ambiente.

232. São duas situações que estão em voga hoje em dia e espera que o partido que ganhe as próximas eleições em Portugal, que desenvolva alguns esforços nesse sentido.

233. Não havendo intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à votação a referida Recomendação, tendo sido **aprovada**, por **maioria,** com 17 votos a favor (15 do PS e 2 do PSD) e 6 votos contra (CDU), a **Recomendação à Câmara Municipal "Demografia – um dos maiores desafios para o futuro do Concelho de Vendas Novas"**, apresentada pela Bancada do PS. **(Anexo 13/19)**

234. O **Membro Ricardo Mateus** saúda todos os presentes e apresenta, em nome da Bancada do PS, um Voto de Confiança intitulado **"Diálogo, Compromisso e Oportunidade – A aposta na educação veio para ficar"** (Anexo 14/19), entregando cópias para que sejam distribuídas pela Mesa e pelas restantes Bancadas.

235. O **Membro Ricardo Videira** confessa que os Membros da Bancada do PSD ficaram surpreendidos com o teor da moção e naturalmente com o tentar escamotear o facto de terem votado contra uma moção só por fazer recentemente obras na escola da Landeira.

236. Afirma que, o Governo a que se referem, o Governo do PSD e do CDS, que geriu os destinos do país entre 2011 e 2015, herdou um país falido, um país desmoralizado e quem sabe até roubado, o que ainda está por provar e essa herança tem um dono.

237. Teve de se "apertar o cinto", sendo que a forma pode não ter sido o mais consensual, mas foi aquela que foi possível para gerir um país no estado em que acabou de descrever.

238. O facto é que Vendas Novas não foi diferente do resto do país e teve as suas vicissitudes e, obviamente, teve um executivo municipal que, na sua habilidade, ou com falta dela, conseguiu negociar as obras que conseguiu a nível central.

239. Relativamente às obras na escola básica e secundária e voltarão a este assunto com a participação do Sr. Presidente da Câmara, porque também lhes interessa debater este assunto com ele mais à frente.

240. São referidas as substituições das coberturas das escolas, que não está a ser feita na totalidade, como foi dito e bem, ao contrário daquilo que foi prometido pelo Governo do Partido Socialista no ofício que consta dos documentos que estão presentes na presente sessão e irão querer ver qual vai ser a posição do Partido Socialista em relação ao seu Governo, que não vai cumprir com a Câmara Municipal na substituição da cobertura da Escola Básica n.º 1 de Vendas Novas.

241. Refere que as escolas carecem de obras de infraestruturas, que não são só as coberturas.

242. Informa que os Membros da Bancada do PSD estiveram esta semana na Escola Básica n.º 1 e na Escola Secundária e têm as infraestruturas desportivas deterioradas, têm computadores com menor capacidade do que os telemóveis que os Membros têm em cima das suas mesas, têm equipamentos com mais de 20 anos, bancos partidos.

243. Resumindo, o nível de estruturas está muito degradado.

244. Diria que parece que não passaram quatro anos de governação socialista, quando se apresenta uma moção a falar do tempo de Passos Coelho.

245. Passa-se um lápis ou uma borracha sobre aquilo que se passou durante os últimos quatro anos e escamoteia-se a responsabilidade.

246. Falando sobre Vendas Novas em particular, refere que no seguimento de uma visita à Escola Básica da Landeira, o PSD apresentou, em fevereiro, esta recomendação, que tinha como proposta a promoção de obras de requalificação da Escola Básica da Landeira, conferindo-lhe melhores condições para melhor cumprimento do projeto educativo e os Membros da Bancada do PS votaram contra.

247. Não se abstiveram, não apresentaram proposta de alteração de redação, simplesmente votaram contra a proposta apresentada pelo PSD, que não definia um horizonte temporal para o fazer.

248. E mais, nesta mesma Assembleia Municipal, o Partido Social Democrata apresentou um requerimento, em que pediu à Câmara Municipal o diagnóstico das obras das escolas e os projetos que tinha de intervenções para essas mesmas escolas.

249. Para a Escola Básica da Landeira, até 2021, a Câmara Municipal tinha as seguintes propostas: requalificação das casas de banho; restauro/tratamento do pavimento de madeira; restauro das portas

exteriores; avaliação da cobertura e não troca; pintura; pavimentação de algumas zonas exteriores de acesso ao edifício.

250. Diria que, são intervenções importantes, que conferem dignidade e beneficiam as infraestruturas, mas existem muitas outras intervenções que podem ser feitas para melhorar a competitividade das nossas escolas, no sentido de preparar melhor os alunos para o mundo global que vão enfrentar no futuro e não são aquelas que foram referidas, sendo eventualmente essas que se começam agora a defender com o apoio de fundos comunitários.

251. Mas em março de 2019, a Câmara Municipal de Vendas Novas respondeu que tinha estas intervenções previstas e em fevereiro, esta Assembleia Municipal votou contra, obras na Escola Básica da Landeira.

252. Afirma que não é uma moção agora apresentada, visando o Governo Passos Coelho ou a Bancada do Partido Social Democrata, que apresentou uma moção que foi votada contra, que escamoteia a responsabilidade da Bancada do PS e a responsabilidade desta Assembleia Municipal, de ter votado contra, fazer obras na Escola da Landeira e na referida moção o único partido que votou contra foi o Partido Socialista.

253. Sobre o voto de confiança apresentado, o **Membro José Leitão** refere que se está a tentar puxar pela atividade do Partido Socialista, como se este tivesse dado início a tudo o que vem de bom.

254. Quando no primeiro parágrafo se diz: "há uns anos atrás nem todas as escolas dispunham de um espaço para os almoços", refere que é verdade e a Bancada da CDU tem consciência disso.

255. Mas também é verdade que a CDU foi responsável pela construção da Escola C+S, da Escola Secundária, do Centro Educativo e é evidente que isso eram situações que também iriam ser resolvidas, ou seja, é como se não houvesse passado e há um passado.

256. Por isso, parece-lhe bastante deselegante a forma como está escrito, esquecendo tudo o que está para trás.

257. Depois aparecem também os projetos, projetos esses que hoje mudaram de nome, mas que já existiam no tempo da CDU, referindo que a natação já existia e a atividade física com as crianças já existia.

258. Ou seja, mudou-se o nome, mas muito do que se está a fazer não é mais do que mudar-lhe a "roupagem", porque já se fazia anteriormente.

259. Assim, em relação ao voto apresentado, considera que o mesmo é uma tentativa de sobrevalorizar a atividade do Partido Socialista nesta área, quando, nem de longe, nem de perto ela tem sido uma atividade que se diga "por aí, além".

260. Sobre a intervenção do Membro Ricardo Videira, o **Membro Ricardo Mateus** faz uma pequena nota, referindo que o Membro, na sua intervenção, disse que o PS votou contra as obras na escola da Landeira, mas na verdade não foi isso que o PS fez.

261. Afirma que o PS votou contra uma moção do PSD e não contra as obras da Escola da Landeira.

262. Refere que as referidas obras estavam planeadas para serem feitas e segundo a informação que lhe chegou por parte do executivo, mas poderá pedir-se a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para se poder esclarecer esta questão, é que essas obras estão previstas começar durante o próximo ano e, neste momento, já existem fundos comunitários atribuídos.

263. Se está a cometer alguma incorreção pede desculpa, mas é a informação que tem, podendo depois ser confirmado na Atividade Municipal.

264. As obras que foram feitas na Escola Secundária e na Escola C+S, tanto quanto sabe, foi ou está a ser feita a substituição de parte da cobertura.

265. Informa que o PS sempre esteve e sempre estará na defesa daquilo que são os interesses dos munícipes e tem a certeza que a presente Assembleia e o executivo municipal farão o papel de exigir junto do Governo, aquilo que são as promessas que foram feitas.

266. Afirma que mesmo assim já conseguiu um pouco de mais intervenção do que o Vereador do PSD conseguiu junto do Governo do PSD durante o tempo que esteve no último executivo municipal.

267. Tem sido sempre o papel da Câmara Municipal, tentar junto do Governo, conseguir fazer algumas obras.

268. Também todos sabem a condição difícil que o país teve, todos estão recordados disso e foram feitas as obras que foi possível fazer neste momento.

269. Refere que o PS não esconde os problemas que existem nas escolas de Vendas Novas.

270. Não vai estar a "pintar" um cenário bonito a dizer que as escolas estão em ótimo estado, porque pelo menos a Escola C+S e a Escola Secundária precisam verdadeiramente de intervenção, intervenção essa que a Câmara não tem capacidade de fazer por si só.

271. Acha que todos reconhecem que o nível de intervenção que é necessário ser feito nessas duas escolas, não é a Câmara, com o seu orçamento e com a sua capacidade financeira, que se consiga substituir ao Estado, de fazer aquilo que neste caso é competência do Estado.

272. Informa que existem outras competências do Estado Central que a Câmara pode tentar substituir e já o tem feito em alguns cenários, tendo inclusivamente feito, no mandato anterior, na atribuição dos manuais escolares, junto dos alunos do nosso Concelho, embora sendo atribuídos pelo Governo.

273. Neste caso concreto, tendo em conta aquele que é o volume de obras que é necessário e a intervenção que é necessário fazer nas escolas, a Câmara não pode sobrepor-se ao Estado.

274. Tem-se estado também na fase de negociação dos Fundos Comunitários e muitas das obras que têm sido financiadas pelos referidos fundos estiveram paradas e isto é algo que não é só de Vendas Novas, é transversal ao país e agora neste último ano e provavelmente nos próximos anos iremos ver então com a entrada do novo Quadro Comunitário de Apoio e certamente muito mais obras irão arrancar e muitas mais intervenções irão estar disponíveis, algo que é normal acontecer e é o ciclo normal das intervenções comunitárias, como todos devem concordar.

275. Respondendo também ao Membro José Leitão da Bancada da CDU, afirma que ninguém na Assembleia está a esconder aquele que foi o trabalho da CDU, nos anos de governação da nossa Câmara Municipal.

276. Como é obvio, a CDU esteve muitos anos na Câmara Municipal, fez um conjunto de obras significativas, mas mal seria, se durante todos os anos que esteve à frente dos desígnios do nosso Município e tendo em conta a quantidade de Fundos Comunitários que vieram para Vendas Novas e o volume de dinheiro que chegou ao nosso Concelho, seria de estranhar se não houvesse obra feita, por parte do nosso Município, durante esse tempo.

277. O **Membro Vítor Serrano** saúda todos os presentes e considera que tinha de intervier na parte da Escola da Landeira, por uma circunstância que acha que a veracidade dos factos tem de ser defendida.

278. Afirma que a Bancada do PS votou contra uma recomendação do PSD, quando foi explicado pelo Sr. Presidente da Câmara, o que é que se iria fazer na Escola da Landeira e o que é que estava planeado de Fundos Comunitários e informa o Membro José Leitão que aqui, se não fossemos da Comunidade Europeia, a Escola da Landeira lá ficaria outra vez, tal e qual como ficou entre 2009 e 2013, em que alertaram muitas vezes o executivo da altura e que nada fez, lembrando que a Escola da Landeira agora está no tema mais alto.

279. Lembra também que entre 2013 e 2017, tivemos um Vereador do PSD no executivo, que era das obras e que também falaram da referida escola.

280. Na altura, o Governo era PSD, chegaram a ser feitas algumas recomendações ao Governo da altura, para a Escola da Landeira e foi "bola", nem atendidos foram.

281. Afirma que o seu interesse como Presidente de Junta, e que é inerente ao cargo que está como Membro da Assembleia Municipal, o que pretende é que a Escola da Landeira seja arranjada e seja modernizada, por qualquer Governo ou por qualquer partido que seja.

282. Mas, pelo menos, a população da Landeira deve conhecer a veracidade dos factos, que é o que está em causa.

283. O **Membro Ricardo Videira** informa que confidenciava com o seu colega de Bancada que talvez fosse bom não fazer mais nenhuma intervenção sobre o assunto, mas as duas últimas intervenções pedem uma resposta da parte da sua Bancada.

284. Primeiro, porque o Presidente da Junta da Landeira fez uma intervenção, que saúdam, referindo que o referido Membro tenha talvez falado mais no presente dia, do que nos últimos dois anos de Assembleia Municipal e reflete precisamente que montaram aqui um "palco" e estão a fazer um teatro para justificar à população da Landeira porque é que votaram contra as obras na Escola Primária e não passa disso.

285. Afirma que a moção apresentada serve para escamotear a responsabilidade da Bancada do PS, ao ter votado contra e inclusive o Presidente da Junta de Freguesia de Landeira, sendo isso um facto e contra factos não há argumentos.

286. Se quiserem, poderá ler novamente a recomendação inteira, afirmando que não tem nenhuma observação acintosa para a Câmara Municipal, nem para a Junta de Freguesia, antes pelo contrário, chamava a atenção para as fragilidades da Escola da Landeira.

287. E diz ainda mais, as intervenções e a escolha onde se gasta o dinheiro são opções políticas e o Sr. Presidente da Junta de Landeira devia ser o provedor dos munícipes da Landeira e devia estar aqui, com o PSD, a pedir as obras na Escola da sua freguesia e não o contrário, porque as Escolas de Vendas Novas tiveram obras, que estão feitas e estão prontas, mas a Escola da Landeira não as teve.

288. Considera que se deveria ter aqui uma posição de força, perante a Câmara Municipal, a pedir e a reivindicar que a Freguesia da Landeira também tivesse essas obras.

289. Diz ao Membro Ricardo Mateus que se a Câmara Municipal tinha as obras previstas, porque é que não as colocou na resposta ao requerimento do PSD, de março de 2019, perguntando se a Câmara Municipal faltou à verdade, o que não crê.

290. Refere que a Câmara Municipal respondeu as obras que tinha previstas.

291. Se, entretanto, surgiram possibilidades e outras, muito bem, mas que o assumam porque foi feito depois.

292. No momento em que votaram contra as obras na Escola Básica da Landeira, não estavam previstas obras que não fossem as que estão respondidas no referido requerimento de março de 2019.

293. Portanto, pede que não lhes "mandem areia para os olhos", não "mandem areia para os olhos" dos munícipes, porque os Membros da Bancada do PS votaram contra e essa justificação e esse ónus irão carregá-lo ao longo de todo o mandato.

294. O **Membro Vítor Serrano** informa o Membro Ricardo Videira que a situação de falar hoje mais do que nos dois anos, mas faz parte desde 2009 e não se ausentou quatro anos, no programa do PSD de imigração e fez parte e acompanhou cumpre os trabalhos da Assembleia Municipal.

295. Não venham agora, ao fim de dois anos, tentar escamotear.

296. Afirma que ninguém carrega nada.

297. Ninguém faz nada e o PSD não descobriu agora a Landeira como diz, a Landeira sempre existiu, mas há vezes que os factos acontecem uma vez no espaço geográfico, não quer dizer que aconteçam sempre e não irá acontecer aos Membros da Bancada do PSD.

298. Então pede que sejam verdadeiros no que dizem.

299. Refere que façam políticas construtivas e não tentam "mandar areia para os olhos", não valendo a pena.

300. Afirma que há um tema e há uma construção como se faz agora e como a Bancada do PSD está a fazer política, que é no sentido de primeiro ter acesso aos documentos, saber o que irá ser feito e depois fazer a recomendação.

301. É claro que os Membros da Bancada do PS, pelo menos honestamente, não irão acatar uma recomendação, quando já sabem e já foram informados, bem como os Membros do PSD, que nos Documentos Previsionais vai ser feita a obra.

302. Refere que isso é tal e qual como, agora provavelmente irão fazer o Aeroporto no Montijo e agora o PSD vai recomendar ao Governo que faça um Aeroporto no Montijo.

303. O **Membro José Leitão,** tendo em conta que foi visado na questão dos Fundos Comunitários e se calhar explicou-se mal, informa que a sua posição em relação aos Fundos Comunitários, no dia de hoje, é que é evidente que qualquer entidade deve aproveitar os referidos Fundos, sobre o risco de não ter dinheiro para fazer seja o que for e isso, para si, é claro.

304. O que disse foi uma coisa diferente, foi que os Fundos Comunitários e o dinheiro comunitário têm vindo a servir para desvirtuar as políticas que os eleitos deviam assumir e que, devido à falta de dinheiro, ficam sujeitos à abertura de concursos nas datas em que existem, para poderem realizar seja o que for, afirmando que foi isso que disse.

305. Porque para si era muito mais razoável que a Câmara Municipal tivesse o dobro ou o triplo do orçamento e o respetivo dinheiro, do que andar a fazer candidaturas à CCDRA, aos tais ditos Fundos Comunitários, podendo os Membros então saber o que é que a Câmara Municipal se propunha fazer no próximo ano e acabam sempre por não saber.

306. Porque, se a meio do caminho, abre um programa qualquer comunitário, para uma determinada atividade, para um determinado fim, é evidente que, muitas vezes, a tendência dos autarcas é irem candidatar-se a essa iniciativa e isso desvirtua aquela que é a definição da linha programática dos autarcas, afirmando que foi isso que quis dizer e pensa que ficou esclarecido.

307. Depois há uma coisa que estranha, perguntando ao Membro Ricardo Mateus porque é que o Partido Socialista precisa de um voto de confiança, questionando se estão desconfiados.

308. O **Membro Custódio Vale de Gato** refere que irá tentar ser breve, porque a discussão já vai longa.

309. Informa que a primeira ideia que pretendia reafirmar, para que ficasse bem claro, porque acha que estão todos com uma tendência para a amnésia, é que se refere muito o período de governação do PSD, que precedeu este Governo e, mais uma vez, considera importante que se diga que o PSD e o CDS herdaram um país falido, com intervenção da TROIKA, à beira da bancarrota, que foi da responsabilidade de um Governo Socialista.

310. Portanto, não vamos aqui estar a iludir a questão.

311. Em segundo lugar, refere que é extremamente deselegante os Membros da Bancada do PS virem evocar que teve o apoio da "moleta" de um Vereador do PSD e virem aqui com toda a ingratidão, acusar o Vereador do PSD de ter sido incompetente, afirmando que muito do sucesso da governação da Câmara, no período em que o PSD fez parte da Vereação, se dever ao Vereador do PSD.

312. Portanto, acha deselegante, injusto e desacertado fazerem essa referência ao Vereador do PSD, referindo que o mesmo não se encontra presente para se defender, mas em defesa da honra dele é importante que se diga isto: o PSD tem orgulho em ter participado e colaborado nessa Governação e teve sempre com lealdade na mesma.

313. Informa ainda o Membro Vítor Serrano, que relativamente à informação das escolas, se há ou não há obras previstas na Landeira, elas não estão explícitas na resposta que a Câmara deu ao PSD e reafirma aquilo que foi dito pelo seu colega de Bancada: das duas uma, ou se esqueceram ou não colocaram lá.

314. Portanto, ou foi por intenção, ou foi por omissão.

315. E se o Membro Vítor Serrano teve acesso a essa informação, que diz que é pública, que foi generalizada e não o foi, afirma que terá sido por outros canais de privilégio, que não os da Assembleia Municipal, que esses é que deviam ser os canais universais para todos receberem a informação.

316. Julga que a única informação que o PSD pode considerar como verdadeira e como válida, é aquela que recebeu oficialmente da Assembleia Municipal.

317. Portanto, insiste que, se o Membro Vítor Serrano teve uma informação de privilégio, devia tê-la partilhado ou alguém a devia ter partilhado antecipadamente com os outros Membros da Assembleia Municipal.

318. A **Presidente da Assembleia Municipal** refere que os Membros da Assembleia não têm condições para esclarecer sobre a questão das obras colocada pelo Membro Custódio Vale de Gato.

319. Quem tem essas condições é o executivo.

320. Das duas uma, ou pede ao Presidente para que esclareça agora, ou vai esclarecer no período da Atividade Municipal ou no Ponto 7.

321. O **Membro Custódio Vale de Gato** informa que os Membros da Bancada do PSD prescindem das explicações do Sr. Presidente, pois têm tudo isto muito claro e não têm dúvidas.

322. A **Presidente da Assembleia Municipal** afirma que a Assembleia está com dúvidas.

323. O **Membro Valentino Cunha** refere que já se percebeu que temos um novo Cavaco nesta Assembleia, que não tem dúvidas, mas considera sempre pertinente que seja dado qualquer complemento à informação e ao debate político que tem vindo a decorrer, por quem tenha mais informação, até porque também se pode voltar a ler as atas da Assembleia Municipal, que foram mencionadas para se voltar a esclarecer o assunto.

324. Informa que a Bancada do PS votou contra uma recomendação do PSD, o que não quer dizer que esteja contra as obras.

325. Tratam-se de duas coisas distintas e já por várias vezes falaram que o PSD se habituou a montar este "circo mediático" em que as coisas já estão planeadas e então faz "os cartazes" como se fosse ideia e como se fosse crítica.

326. Considera importante que sejam feitos dois esclarecimentos sobre o que foi dito porque há muito o hábito de pegarem em algumas palavras do que é dito, deturpam, dão-lhe o molde que pretendem e voltam a "chutá-las" para a boca dos Membros da Bancada do PS e vai deixar duas coisas muito claras.

327. Em primeiro lugar, refere que qualquer Membro da Bancada do PS intervém nas Assembleias Municipais que assim deseja, sobre os temas que acha oportuno que estejam em debate, ou na Assembleia Municipal questiona livremente o Presidente da Câmara sobre os assuntos que pretende.

328. Portanto, qualquer Membro da Bancada do PS faz as intervenções que quiser sem que tenha jocosamente de receber lições de moral da Bancada do PSD.

329. Compreendem que sejam apenas duas pessoas na Bancada do PSD, jogam ping-pong entre si, os Membros da Bancada do PS jogam sete contra sete e um é o árbitro.

330. Em segundo lugar, deixa explícito que os Membros da Bancada do PS não acusam de incompetência um Vereador do PSD, que foi seu aliado durante quatro anos de executivo municipal.

331. Reconhecem todo o trabalho que esse Vereador desempenhou, no final do mandato e no local apropriado fizeram o agradecimento e estão ainda solidários com o referido Vereador, que, diria pessoalmente, infelizmente não foi eleito para o executivo municipal, mas que colaborou, durante quatro anos, de modo profissional e muitas das vezes esquecendo barreiras, possivelmente partidárias, que pudessem ter vindo a existir, se a relação não fosse tão boa e honesta.

332. Portanto, dizer que os Membros da Bancada do PS culpam o Vereador do PSD de incompetência, é algo no qual não se revêm, podendo ser esse talvez um pensamento que ocorra na cabeça do PSD, não sabe, mas na cabeça do PS não ocorre.

333. Por fim, afirma que por mais que o Vereador do PSD tenha insistido, junto de locais apropriados, para a realização de reuniões, ou de visitas, de membros do Governo ou de direções regionais, às escolas do nosso Concelho, não é por não ter conseguido que o trabalho desse Vereador deva ser menos ou mais valorizado.

334. Refere que possivelmente o problema não estava no interlocutor, enquanto Município e na altura enquanto coligação.

335. Se calhar o problema estava no interlocutor do outro lado, que não estava minimamente preocupado com os problemas que as escolas de Vendas Novas atravessavam.

336. O **Membro Custódio Vale de Gato** responde apenas ao Membro Valentino Cunha que, primeiro que tudo e até por uma questão de respeito que devem ter uns pelos outros, não lhe admite que o

compare com quem quer que seja, ainda que, comparando-o com o Professor Cavaco, não é nenhum demérito.

337. Mas é quem é e não admite que sejam feitas esse tipo de comparações, afirmando que nunca o fez ao Membro Valentino Cunha, nem o fez com ninguém e considera que foi excessivo e abusivo naquilo que fez, pelo respeito que se merecem.

338. Em segundo lugar, refere que as insinuações do Membro Valentino Cunha, que não irá enfatizar para não lhes dar mais relevo, também não são de elevação.

339. Portanto, aquilo que são os trabalhos, as avaliações e a vida interna dos partidos, dizem respeito a cada um dos partidos.

340. Afirma que o referido Membro também não ouve os Membros da Bancada do PSD fazerem insinuações relativamente ao funcionamento do Partido Socialista, pelo que não lhe admite, e agradecia que o referido Membro se retratasse, relativamente ao tipo de insinuações que fez na relação do PSD com o Vereador Joaquim Soeiro.

341. Repete, não é da conta do referido Membro.

342. O **Membro Vítor Serrano** chama a atenção, afirmando que não falou mal do trabalho, nem desprestigiou todo o trabalho que o Vereador Joaquim Soeiro fez e que trabalhou consigo.

343. Esclarece que o que quis dizer foi que, sendo um Governo PSD e existindo um Vereador do PSD, pensavam que era mais facilitado o acesso a conseguir-se alguma coisa.

344. O **Membro Valentino Cunha,** refere que os Membros da Bancada do PS passarão a esperar o mesmo respeito por intervenções e por Membros da sua Bancada, que lhes exigem.

345. A **Presidente da Assembleia Municipal** sugere à Bancada do PS que não faça um voto de confiança porque o regimento não abrange votos de confiança e faça uma moção para que fique tudo em conforme.

346. De seguida e não havendo mais intervenções, coloca a moção em causa à votação, tendo a sido **aprovada**, por **maioria,** com 15 votos a favor (PS) e 8 votos contra (6 da CDU e 2 do PSD), a **Moção "Diálogo, Compromisso e Oportunidade – A aposta na educação veio para ficar"**, apresentada pela Bancada do PS. **(Anexo 14/19)**

347. Coloca novamente à votação o prolongamento do período antes da ordem, tendo sido **aprovado,** por **unanimidade**, o **prolongamento do período antes da ordem do dia em 30 minutos**.

348. O **Membro Ricardo Videira** solicita aos serviços que distribuam cópias da **Recomendação "Parques Infantis Inclusivos"** (Anexo 15/19), que apresenta em nome da Bancada do PSD, informando que a mesma foi elaborada com o objetivo real de ser aprovada e de ser implementada, porque entende que é um caminho importante que o Município e que o país deve seguir.

349. O **Membro Tiago Aldeias** refere que há pouco tinham estado a discutir se era o PSD através de um Vereador que tinha mais facilidade de ligações a um Governo do PSD, ou se era o PS, através dos seus Vereadores que tinha mais facilidade de ligação a um Governo do PS, afirmando que isso diz muito sobre o que é a dificuldade de intervenção das Câmaras de maioria CDU, tendo-lhe uma colega chamado a atenção para isso.

350. A verdade é que como nunca se tem um Governo da CDU, têm sempre muita dificuldade de se chegar aos Governos e terem essa ligação às autarquias que o PS e o PSD têm, mas se isso for usado para fazer bom trabalho, parabéns.

351. O que é pena é que nem sempre é assim.

352. Isto para dizer que a moção apresentada realmente levanta uma questão que é importante, com a qual a CDU concorda, mas também é preciso chamar a atenção para uma coisa, é que no Distrito de Évora, a Associação Portuguesa de Deficientes, da Delegação Distrital de Évora tem desenvolvido iniciativas, há algum tempo atrás até com alguma colaboração da Junta de Freguesia, que chegou a emprestar transportes, mas o feedback que têm tido é que a Câmara Municipal sendo convidada para participar e se fazer representar nessas iniciativas e de lá poder trazer conhecimentos e ferramentas para intervir no nosso concelho, não tem participado e algumas das vezes nem apresenta resposta à Associação Portuguesa de Deficientes, dizendo que não se irá fazer representar e consideram que isso é uma preocupação e que é algo que não deveria acontecer, inclusivamente a CDU já fez uma moção sobre essa questão na presente Assembleia, há dois anos.

353. Não havendo intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à votação a referida Recomendação, tendo sido **aprovada**, por **unanimidade,** a **Recomendação "Parques Infantis Inclusivos"**, apresentada pela Bancada do PSD. **(Anexo 15/19)**

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1.º Ponto – RELATÓRIO DO 1.º SEMESTRE DE 2019 DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO E CONSOLIDAÇÃO ORÇAMENTAL DO MUNICÍPIO DE VENDAS NOVAS

354. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 1.º ponto da ordem de trabalhos, dando a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para fazer a respetiva introdução.

355. O **Presidente da Câmara Municipal, Luís Carlos Piteira Dias,** saúda todos os presentes, felicitando, em primeiro lugar, a escolha da Landeira para a realização da presente sessão, referindo que se trata de uma tradição que só falhou no ano anterior, se bem se recorda, mas considera que daqui para a frente deveria ser mantida, porque de facto é um trabalho de promoção de democracia, que os órgãos deveriam ter como preocupação.

356. Se a Sr.ª Presidente da Assembleia assim o permitir, abordaria já os dois primeiros pontos porque são consequentes, embora obrigações legais contíguas, mas diferentes.

357. O primeiro trata-se do relatório interno da Câmara Municipal relativo ao comportamento financeiro e orçamental da Câmara Municipal no primeiro semestre do ano 2019.

358. Segundo, um relatório externo da revisora oficial de contas, do Município, obrigação essa que advém da legislação geral e que, de alguma forma tem um carater vinculativo àquilo que é o comportamento do Município.

359. A destacar destes dois documentos um padrão comum, o Município de Vendas Novas cumpre todas as suas obrigações legais, em matéria de gestão orçamental, a Câmara Municipal apresenta, anos após ano, uma saúde financeira melhor e a verdade é que, tratando-se de um relatório do 1.º semestre, não é ainda conclusivo para todo o ano, mas os indicadores apontam para o cumprimento de todas as metas e exigências legais em vigor.

360. Destaca o cumprimento da Lei dos Compromissos, também dos Fundos Disponíveis, igualmente do endividamento, todos aqueles que são os indicadores mais importantes, bem como o cumprimento do prazo médio de pagamentos, que tem vindo a ser reduzido ano após ano.

361. Portanto, afirma que esta é uma Câmara Municipal que se apresenta perante os fornecedores, os seus *Stakeholders,* perante aqueles que trabalham com a Câmara Municipal, com a "cara lavada", sendo uma postura que todos têm pessoalmente e, portanto, transita das suas pessoas o exercício de gestão que fazem. E uma Câmara Municipal com as contas em dia, é obviamente uma Câmara Municipal em melhores condições para encarar o futuro.

362. Refere que ambos os relatórios apontam isso e apontam também a necessidade, sobretudo o relatório da revisora oficial de contas, para se continuar um conjunto de trabalhos iniciados há seis anos atrás, tendendo a dar mais sustentabilidade ao Município, nomeadamente ao nível do património.

363. Tem sido feito um trabalho muito grande, para se registar todo o património do Município que não se encontrava registado, não tinha existência, em termos de registo na Conservatória e nas Finanças. Este é um trabalho que se iniciou há seis anos, que está longe de estar concluídos, com processos que hoje em dia são morosos, mas é uma daquelas recomendações que é constante, relatório após relatório, porque é um trabalho que não está terminado e que é muito importante.

364. De resto, não tem muito mais a acrescentar.

365. Os relatórios apontam isso mesmo, há um caminho que com oscilações mais positivas ou mais negativas, é todo ele de crescimento em matéria de equilíbrio e de gestão orçamental, e é isso que se encontra espelhado nos documentos.

366. Refere que a continuar assim, o exercício de 2019 será novamente marcado, no final do ano, pelo cumprimento de todos estes parâmetros legais, que são também, obviamente, um exemplo e de alguma forma um seguimento de uma estratégia de rigor na gestão das contas públicas, que o executivo quer fazer, sem, obviamente, deixar de fazer investimentos.

367. A **Presidente da Assembleia Municipal** esclarece que, apesar do Sr. Presidente ter apresentado os dois pontos em conjunto, os mesmos irão ser tratados em separado, começando pelo 1.º Ponto.

368. O **Membro José Leitão** realça aquilo que é hábito, que o presente Plano de Saneamento Financeiro e Consolidação Orçamental do Município de Vendas Novas, foi um documento ainda construído no tempo da CDU e que por sinal, todas as forças políticas presentes votaram contra o mesmo, inclusivamente o senhor Presidente da Câmara, mas ainda bem que está a seguir o bom caminho, pois é sinal que a CDU deixou um bom documento para saneamento financeiro da Câmara e não a outra opção que o atual Presidente da Câmara queria e que, ao que sabem, tem sido abandonado rapidamente por todas as Câmaras, por todas as razões que todos conhecem.

369. Em resposta ao Membro José Leitão, o **Membro Valentino Cunha** informa que a resposta do PS está nas atas de todas as vezes que o presente relatório vem às sessões da Assembleia Municipal.

370. O **Membro Ricardo Mateus** refere que estava na Assembleia Municipal quando estes documentos vinham à Assembleia, trazidos pela Bancada da CDU e afirma que o problema não era o documento em si, era muitas vezes a falta de informação que esse documento continha.

371. O **Membro José Leitão** diz ao Membro Ricardo Mateus que discutiram este plano e todos tiveram acesso ao mesmo, pois o mesmo foi enviado e tem o em casa, com a data dessa altura e com todos os dados que tem.

372. Por isso, o referido Membro não pode dizer que tinha falta de informação, afirmando que isso não está correto.

373. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à votação o 1.º Ponto da Ordem de Trabalhos, tendo sido **deliberado,** por **maioria,** com 21 votos a favor (15 do PS e

6 da CDU) e 2 abstenções (PSD), **aprovar o Relatório do 1.º semestre de 2019 do Plano de Saneamento Financeiro e Consolidação Orçamental do Município de Vendas Novas.**

2.º Ponto - RELATÓRIO DE REVISÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO MUNICÍPIO DE VENDAS NOVAS DO 1.º SEMESTRE DE 2019

374. **A Assembleia Municipal tomou conhecimento do relatório de revisão às demonstrações financeiras do Município de Vendas Novas, do 1.º Semestre de 2019, apresentado pelo Revisor Oficial de Contas.**

3.º Ponto - SUBSCRIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA AGDA, SA., PELA AMGAP – ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PARA A GESTÃO DA ÁGUA PÚBLICA NO ALENTEJO

375. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 3.º ponto da ordem de trabalhos, solicitando ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, que fizesse a respetiva introdução.

376. Em relação ao 3.º Ponto, sendo o documento bem explícito, o **Presidente da Câmara Municipal** destaca apenas que o que está em cima da mesa é a assunção de um compromisso plurianual.

377. Refere que o compromisso estava assumido, para o quinquénio de gestão da AMGAP com todos os Municípios, sendo que o reforço do capital social da empresa que gere as nossas águas, em alta, era uma obrigatoriedade legal, foi assumido para o quinquénio que vai até 2021.

378. Por negociação dos Municípios com o parceiro "Águas de Portugal", foi solicitado que o capital social a constituir este ano, fosse dividido em dois anos, para não sobrecarregar as tesourarias dos Municípios e desta forma aligeirar o peso deste reforço do capital social.

379. Portanto, a proposta que está presente na sessão é a que referiu, o pagamento, no caso de Vendas Novas, de sensivelmente 23.000 € em 2019 e 23.000 € e, 2020, sendo que a Assembleia Municipal tem de se pronunciar sobre a assunção de um compromisso plurianual.

380. Não quer dizer que fosse mesmo obrigatório, porque o compromisso já era plurianual para os cinco anos, mas por uma questão de clarificação legal, de conhecimento da Assembleia e também de valorização da Assembleia Municipal, o executivo julga conveniente que o órgão se pronuncie sobre estas matérias.

381. O **Membro Tiago Aldeias** refere que tem uma questão para o Sr. Presidente, não sabe se este será o ponto onde deve ser colocada, mas se não for, colocará a mesma num outro ponto.

382. A questão que tem a colocar, tem a ver com o movimento de autarcas do Partido Socialista e do Partido Social Democrata, principalmente do Baixo Alentejo, numa iniciativa sobre a gestão da água em baixa, a criação de uma empresa com o objetivo de privatização da gestão da água em baixa.

383. E teve conhecimento que o Sr. Presidente da Câmara foi contatado e interveio no início da dinamização desse projeto, sobre o qual não tem muita informação, razão pela qual coloca a questão, para que possam ser esclarecidos, tendo em conta que a CDU é totalmente contra a privatização da água e no Baixo Alentejo, as Assembleias Municipais onde isso foi colocado pelos Presidentes de Câmara, a CDU votou contra.

384. O **Presidente da Câmara Municipal** refere que não sabe concretamente a que movimento de privatização é que o Membro Tiago Aldeias teve acesso.

385. Aliás, afirma que não conhece nenhum movimento de privatização de água, neste momento, no Alentejo.

386. Portanto, claramente que o que vai falar é daquilo que sabe e também porque assume a qualidade de Presidente da Associação de Municípios para a Gestão da Água Pública, ou seja, a AMGAP e nesse parâmetro concreto, é para a água pública e nunca poderia ser privatizada, até porque os Municípios têm uma participação muito grande, são 20 Municípios, independentemente das cores partidárias, que pensa ser o menos importante neste capítulo.

387. Assim, o que pode dizer é que foi feito, em 2017, antes das eleições, um estudo com todos os Municípios da CDU e do PS, para criação de um sistema de gestão da água em baixa, sendo na altura a AMGAP presidida pela CDU, pelo atual Presidente da Câmara Municipal de Alcácer do Sal.

388. Foi feito esse estudo para que todos os Municípios integrassem, como fazem para as altas, em que criaram uma Associação de Municípios, para a gestão das águas em alta, ou seja, da captação dos furos até aos depósitos, e para que fosse feito o mesmo movimento de manutenção, em regime público, do sistema de gestão das águas em baixa, do depósito até à casa de cada um de nós.

389. Informa que, na altura o estudo imputava, aos Municípios e aos contribuintes, custos de tal ordem significativos, que o Município de Vendas Novas não entrou, por decisão, na altura, do executivo que liderava, do PS e do PSD, na Câmara Municipal de Vendas Novas.

390. Voltou a ser feito um novo estudo e, desta feita, os Municípios não entraram todos no referido estudo e aquilo que pode dizer é que esse estudo veio a apontar um modelo de gestão também público, em que o resultado era obviamente o mesmo, um aumento muito significativo do custo da água para os contribuintes, ou para as Câmaras se estas se quisessem substituir a essa fatura, daí o caráter público, obviamente com ganhos de aumento de eficiência da gestão da água, que no futuro tem de ser pensada.

391. Afirma que nunca, em qualquer momento, se falou sequer em privatização, nem no estudo do mandato anterior, nem neste.

392. Seriam sempre os Municípios a ter a palavra final naquele que era o sistema, mas informa que Vendas Novas decidiu, à partida, não entrar no sistema.

393. Portanto, não sabe do que o Membro Tiago Aldeias está a falar, referindo que foi um sistema que foi equacionado, mas atendendo aos custos que trazia para as pessoas, o executivo não considerou que neste momento fosse viável.

394. O **Membro Tiago Aldeias** afirma que até ficou orgulhoso pelo facto da sua Câmara Municipal não ter acedido a continuar no referido projeto e também sabe que não se falava em privatização, mas também sabe que já o Engenheiro Sócrates a defendia, só que não se pode dizer, depois concretiza-se mais à frente, a vida levará a esse caminho, sendo óbvio que não se pode dizer porque se sabe que a população assim não o defende.

395. Reafirma que ficou satisfeito de saber que a sua Câmara Municipal resolveu não estar envolvida no referido projeto.

396. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à votação o 3.º Ponto da Ordem de Trabalhos, tendo sido **deliberado,** por **maioria**, com 21 votos a favor (15 do PS e 6 da CDU) e 2 abstenções (PSD), **aprovar o compromisso plurianual correspondente à subscrição do capital social da AGDA, SA, através da AMGAP, no montante de 23.211,40 € em 2019 e 23.211,40 € em 2020.**

4.º Ponto - PROPOSTA DE REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DE APOIO E ANIMAÇÃO À FAMÍLIA (AAAF)

397. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 4.º ponto da ordem de trabalhos, dando a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para que este faça a respetiva introdução.

398. Abordando o 4.º e o 5.º Pontos, o **Presidente da Câmara Municipal** e de acordo com a informação presente, esclarece que a Câmara Municipal não tinha regulamentos de gestão destas duas matérias, apenas tinha normativos internos que nem sequer vinham à Assembleia Municipal, como todos sabem, e o executivo entendeu que não era correto que uma matéria desta importância não tivesse de vir à Assembleia Municipal.

399. Portanto, refere que foi a transformação dos normativos em regulamentos, com os corretivos legais, para a lei atualizada de hoje, informando que não há alterações de fundo, nem de conteúdo, sendo meramente formais e tornar este normativo, num regulamento coloca-o também sobre uma chancela política que o executivo entende ser a mais correta, que é perante a Assembleia Municipal e também com uma publicação formal em Diário da República, para que seja do conhecimento de todos.

400. A **Presidente da Assembleia Municipal** refere que, como aconteceu anteriormente os dois pontos foram apresentados em conjunto, mas serão discutidos e votados em separado, pelo que pergunta se existe alguma intervenção relativamente ao 4.º Ponto.

401. O **Membro José Leitão** refere que poderá estar a fazer confusão, mas pensa que anteriormente haviam normas internas porque as atividades eram realizadas de forma gratuita e estas são pagas, ou seja, os pais vão ter de pagar para as crianças participarem nas atividades de animação de apoio à família e anteriormente isso não acontecia, porque a Câmara Municipal nunca assumiu estas competências.

402. Afirma que a Câmara nunca teve as AEC's, tinha a natação, tinha a educação física e os pais não pagavam nada para esse efeito e por isso, daí a não ter vindo à Assembleia, o que é uma outra questão.

403. O **Presidente da Câmara Municipal** afirma que o Membro José Leitão está a fazer confusão, porque não tem a ver com as AEC's e sim com as atividades de apoio à família, as AAAF, que o Município tem desde sempre, sendo uma competência dos Municípios há muitos anos e que desde sempre são pagas.

404. Aliás, refere que foi uma discussão que o executivo teve na reunião de Câmara, quando o valor foi revisto no início do mandato.

405. Normalmente, o valor era revisto no início de cada mandato, foi revisto em 2013 e agora em 2017, tendo sido alvo na Assembleia Municipal de uma declaração, salvo erro, do PSD sobre essa matéria.

406. Afirma que as AAAF sempre foram pagas, as AEC é que constituem um projeto novo e financiado pelo Ministério da Educação, não sendo pago, é gratuito para as famílias.

407. A presente questão já existia, era um normativo interno e o que o executivo entendeu é que, tratando-se de uma regulamentação interna que tem eficácia externa, a forma mais correta é a de regulamento e não normativo.

408. A questão foi vista até juridicamente porque a partir do momento em que há obrigações externas em qualquer documento, eles têm de ter a forma de regulamento, ser alvo de chancela pela Câmara, discussão pública, que já ocorreu, já voltou à Câmara Municipal e agora vem à Assembleia, antes de ir para publicação.

409. Refere que se trata de um trâmite normal para este tipo de processos, que não tem a ver com mais nada do que com isso, afirmando que o executivo apenas considerou que não era claro este capítulo, sendo uma reversão da lei nas duas matérias, quer nos transportes, quer nas AAAF, mas que não existia como regulamento e não era correto e não sendo correto, o executivo pretende normalizar isso.

410. O **Membro Ricardo Videira** confirma que o PSD teve um diferendo acerca de um ano, relativamente ao valor das comparticipações.

411. Diz apenas, e é uma precisão que lhe parece importante que, enquanto os Membros da Bancada do PSD preparavam a Assembleia Municipal, recorreram às atas de reunião da Câmara Municipal e informa que a ata que foi lavrada no momento da aprovação do valor das comparticipações no ano anterior, a mesma refere exclusivamente o ano letivo 2018/2019 e não o período total.

412. Refere que se trata de uma pergunta que poderia ser feita no período da Atividade Municipal, ou poderá seguir para reunião de Câmara, de quais são as taxas que irão ser aplicadas durante o presente ano, porque o que está lavrado em ata é só para o ano letivo que terminou.

413. Obviamente, reitera a posição da Bancada do PSD que se se pretendem políticas de natalidade, é óbvio que as famílias têm de ser apoiadas e então estes valores deviam ser muito mais baixos.

414. O **Presidente da Câmara Municipal** informa que, vindo a esta Assembleia e indo para prorrogação, obviamente que os valores se irão manter, e é intenção do executivo que os mesmos se mantenham até ao final do mandato, tal como foi assumido na Câmara Municipal quando foram revistas estas taxas das AAAF, sendo um hábito do executivo fazê-lo apenas uma vez por mandato, atualizando de acordo com a legislação, pelo que não vão haver alterações.

415. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à votação o 4.º Ponto da Ordem de Trabalhos, tendo sido **deliberado, por maioria**, com 21 votos a favor (15 do PS e 6 da CDU) e 2 abstenções (PSD), **aprovar a proposta de Regulamento do Funcionamento das AAAF.**

5.º Ponto - PROPOSTA DE REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO E FUNCIONAMENTO DO TRANSPORTE ESCOLAR

416. Tendo em conta que o 5.º Ponto já foi apresentado anteriormente, a **Presidente da Assembleia Municipal,** coloca-o à discussão e não havendo intervenções coloca o mesmo à votação, tendo sido **deliberado, por maioria,** com 21 votos a favor (15 do PS e 6 da CDU) e 2 abstenções (PSD), **aprovar a proposta de Regulamento de Atribuição e Funcionamento do Transporte Escolar.**

6.º Ponto - PROPOSTA PARA DESIGNAÇÃO DOS JÚRIS DOS PROCEDIMENTOS PARA PROVIMENTO DOS CARGOS DE CHEFE DA DIVISÃO OPERACIONAL, CHEFE DA DIVISÃO DE AMBIENTE E PLANEAMENTO E CHEFE DA DIVISÃO DE INVESTIMENTO NO DESENVOLVIMENTO HUMANO

417. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 6.º ponto, dando a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para que este faça a respetiva introdução.

418. O **Presidente da Câmara Municipal** informa que tal como foi falado na Assembleia Municipal em que foi aprovada a alteração orgânica do Município, o executivo tinha dito que não havia impacto financeiro para este ano, porque não se iria provir os lugares de chefe de divisão, só iria ocorrer no ano que vem e para que isso seja possível, os concursos levam imenso tempo, como se tem verificado, referindo que a proposta que vem à presente sessão é a competência direta da Assembleia, que é a nomeação do júri para os concursos de chefia.

419. Como é hábito na Câmara Municipal também desde a gestão do presente executivo e já desde o mandato anterior, já ocorreu duas vezes, as comissões de serviços são por 3 anos e os júris dos concursos devem ser, na ótica do executivo, imbuídos com pessoas externas ao Município, para que a transparência não fique comprometida e sobretudo porque o Município não tem chefias suficientes para formar o júri.

420. Neste momento, a Câmara Municipal tem um chefe de divisão administrativa e financeira, em comissão de serviço permanente, um chefe de divisão interino para a divisão operacional, interino porque cessou funções quando foi revisto o regulamento, era na altura chefe de divisão da divisão operacional de planeamento e ambiente e agora com o *spin-off* das duas divisões, está em interino até novo concurso.

421. Portanto, a proposta do executivo é que, além de um único chefe de divisão que o Município tem, se peçam elementos para o júri a outras Câmaras Municipais e também à CCDR, tendo sido esta a proposta que foi aprovada na Câmara Municipal e que agora é feita à Assembleia.

422. Não havendo intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o 6.º ponto à votação, tendo sido **deliberado, por maioria**, com 15 votos a favor (PS) e 8 abstenções (6 da CDU e 2 PSD), **aprovar a designação dos júris para os provimentos dos cargos de Chefe da Divisão Operacional, Chefe da Divisão de Ambiente e Planeamento e Chefe da Divisão de Investimento no Desenvolvimento Humano, conforme proposta do Presidente da Câmara Municipal.**

7.º Ponto - INTERVENÇÕES NAS ESCOLAS SECUNDÁRIA E BÁSICA N.º 1 DE VENDAS NOVAS – INFORMAÇÃO

423. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 7.º ponto da ordem de trabalhos, dando a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para fazer a respetiva introdução.

424. Antes de entrar no ponto em análise, o **Presidente da Câmara Municipal,** faz um enquadramento que se exige sobretudo para quem não acompanha assiduamente as reuniões e que, de alguma forma não lê as atas, não tomando conhecimento daquilo que foi assumido perante esta Assembleia, por si e pelo executivo municipal.

425. Informa que o executivo nos anos de 2016/2017, trouxe a Vendas Novas a Sr.ª Secretária de Estado da Educação, Alexandra Leitão, depois de várias tentativas e com algum infortúnio com o anterior executivo nacional, liderado pelo PSD e pelo CDS, mas independentemente disso o executivo não desistiu de requalificar as escolas do Concelho, porque de facto o trabalho que fizeram na altura, em coligação, é o mesmo que faz hoje, porque o objetivo prático que tem é o mesmo, a melhoria das condições das pessoas que servem e que juraram servir e isso pensa que não é diferente em nenhuma das bancadas, ou membro da Assembleia Municipal.

426. No fundo, todos querem o mesmo, apenas fazem as coisas de forma diferente.

427. Afirma, que no mandato 2013/2017 assumiu fisicamente que, independentemente dos partidos que estariam à frente de governos nacionais, o executivo lutaria e defenderia sempre, com uma postura de compromisso e de diálogo, aquilo que eram os interesses dos vendasnovenses e não foi feito diferente disso.

428. Afirma, que depois da visita da Sr.ª Secretária de Estado, o executivo conseguiu chegar a um compromisso, por parte do Governo que, perante a presente Assembleia, disseram que iriam fiscalizar e, de alguma forma, iriam não deixar esquecer.

429. O documento que está presente nesta sessão é de facto isso mesmo, é um solicitar de informação ao Gabinete da Secretária de Estado, feito em julho, porque havia um compromisso de requalificação das coberturas das escolas, que já foi falado perante esta Assembleia, e a resposta da Secretária de Estado, sendo que recorda a última sessão em que esta questão foi referida, em abril, havia o compromisso de priorizar a intervenção na escola secundária.

430. Refere que no presente pedido de informação surge a escola secundária e já surge também a intervenção num dos polos da Escola C+S, como é mais conhecida, ou Escola Básica n.º 1, que é o

nome oficial da escola, priorizada, quantificada, porque ao executivo interessava dar essa informação à Assembleia, porque assumiu esse compromisso.

431. Portanto, o executivo foi junto do Governo perguntar para quando é, para quando está prevista a intervenção e receberam a informação e de facto, chegou-se a setembro com a cobertura de toda a Escola Secundária requalificada e espera que para breve, estamos na semana das eleições e não sabe como é que a coisa está, nem se arrisca a perguntar para não dizerem que é eleitoralismo, mas a verdade é que há um compromisso, há uma dotação financeira e há um concurso, pelo que, chegando a esse ponto, o executivo está mais descansado com o compromisso que foi assumido.

432. Destaca também que obtiveram informação da DGESTE, de que a cobertura da Escola C+S, Escola Básica n.º 1, tinha sido intervencionada há alguns anos atrás.

433. Um dos pólos não, mas a restante tinha sido intervencionada e segundo a DGESTE e os engenheiros que vieram ao terreno, a mesma não aparentava a necessidade de intervenções.

434. Destaca ainda, e por último porque é o mais importante, que após este período eleitoral o executivo "voltará à carga".

435. As escolas tiveram uma primeira intervenção, foram mais de 200 mil euros e neste momento e mais do que alguma vez foi feito por aquelas escolas, que precisam há muitos anos e está muito longe de estar como o executivo quer.

436. Refere que as competências passam para as Câmaras em 2021, sabem e muito bem que os edifícios não passarão, a não ser com acordos programa, ou seja, com dinheiro para fazer intervenções, mas o executivo não irá esperar até 2021.

437. As eleições são no presente ano, daqui a seis ou sete dias e assim que o novo Governo tome posse, seja ele qual for e de que partido for, o executivo irá logo fazer aquilo que lhe compete, que é defender os vendasnovenses e insistir na requalificação de escolas é seguir uma linha que o próprio executivo tem investido e aplicado no Município, requalificando todo o seu parque escolar, dando condições às suas crianças, apostando obviamente no futuro.

438. Portanto, o compromisso é renovado na Assembleia Municipal do presente dia, aqui na Landeira.

439. Independentemente da cor do executivo Governamental, o executivo da Câmara Municipal irá voltar a pressionar e a defender os interesses das populações, porque já o fez de 2013 a 2015, já o fez de 2015 a 2019 e fá-lo-á até ao final do seu mandato que termina em 2021.

440. Começando pelo fim, o **Membro Ricardo Videira** informa que os Membros da Bancada do PSD estarão naturalmente solidários com a referida reivindicação, afirmando que, qualquer que seja o Governo, o executivo poderá contar, quer com os eleitos, quer com a estrutura do PSD para ajudar a reivindicar essas obras, que como o Sr. Presidente sabe, também têm vindo patrocinando.

441. No entanto, refere que para a Bancada do PSD a informação que agora foi prestada está meio incompleta.

442. Incompleta porque, o Município de Vendas Novas no dia 1 de outubro de 2018 produziu esta informação que foi prestada à população, que no título dizia: "Governo assume compromisso que o Município substitui cobertura das escolas Secundária e Básica n.º 2".

443. Refere que o nome da escola está errado, porém deduz-se daqui, que seria a substituição integral das coberturas.

444. Deduz-se também, da informação que é prestada à Assembleia Municipal, nos documentos que vêm em anexo, e como disse anteriormente, que a substituição que está prevista é a totalidade da cobertura das escolas, o que, como o Sr. Presidente sabe, não é o que se vai verificar e acabou de o referir.

445. A questão que colocam e, sabendo-se que parte da cobertura da Escola Básica n.º 1, continuará a ser com amianto e havendo uma intervenção, consideram que seria importante resolver tudo de uma vez, pelo que a questão que gostariam de colocar é, se se mantém aquilo que o Sr. Presidente disse nesta Assembleia Municipal, em 2018, em que disse que "há um compromisso do Governo durante o presente ano letivo e cá estaremos todos para os lembrar".

446. Refere que o Governo cessa funções dentro de pouco tempo e entendem que não deve ser para o próximo Governo, deve ser relembrado o atual Governo, porque este é que é responsável pela obra que está em curso.

447. Portanto, a questão que coloca é se o Sr. Presidente vai ou não relembrar o atual Governo de que a obra não vai ser concluída conforme o Governo prometeu e conforme o Presidente, na altura com os dados que tinha, informou a população de Vendas Novas.

448. O **Presidente da Câmara Municipal,** informa o Membro Ricardo Videira que a informação que lhe deu foi a mais precisa, séria e responsável possível.

449. Veio à presente Assembleia Municipal um compromisso, do Governo, de intervencionar as coberturas das escolas, com prioridade para a Escola Secundária.

450. Refere que, na verdade, o compromisso pessoal assumido em reunião, consigo e com a Vereadora da Educação, foi apenas a cobertura da Escola Secundária, afirmando que não ficaram satisfeitos, disseram que a C+S, ou Básica n.º 1 também precisava.

451. Portanto, o executivo conseguiu o compromisso, ou um recompromisso de intervenção nas duas coberturas, sendo certo, que a primeira informação oficial, que veio do Ministério, era com prioridade para a Escola secundária, porque era o concurso que estava já lançado, para a substituição da cobertura da Escola Secundária.

452. Portanto, afirma que o compromisso fica efetivado no momento em que há documentos oficiais, em que há o lançamento de um concurso público para a intervenção.

453. Se se perguntar se isso chega para o executivo, não chega.

454. Se se perguntar se este Governo já fez mais do que qualquer outro, afirma que sim e não tem dúvidas.

455. Refere que nenhum outro Governo, em tantos anos se lembrou que as Escolas, Secundária e C+S precisavam de intervenções, nunca foi sequer tema em Vendas Novas e todos os que lá estudaram reconhecem que já na altura eram precisas obras.

456. Portanto, afirma que depois de tantos contatos, da parte do executivo com dois Governos distintos, há que reconhecer, e isso pensa que é sério, que tiveram posturas recetivas diferentes.

457. Na altura, lembra-se que aqui, na Assembleia Municipal, ainda na oposição, se tocou alguma vez no assunto das escolas, até porque a Bancada da CDU exigia, reivindicava a requalificação e julga que foi intervencionada uma única vez, nos mandatos em que esteve na oposição.

458. Afirma que a postura do atual executivo não é tão ríspida, este executivo senta-se à mesa, seja com que partido for, para resolver o problema e, portanto, negociou e acha que a postura de abertura e de negociação gerou os primeiros frutos, que não são os necessários.

459. Afirma que todos pretendem o mesmo, os eleitos do PS, os eleitos da CDU e os eleitos do PSD e não tem dúvida disso.

460. Se perguntarem a cada um dos presentes se concordam com a requalificação das escolas, por parte do Governo, todos concordam e até diz, por parte do Governo porque assim estão mesmo todos de acordo.

461. Diria mais, se o Governo garantisse a Vendas Novas aquilo que ofereceu a Évora, o executivo que tem a honra de liderar diria sim.

462. Se o Governo colocasse um milhão e meio nas mãos da Câmara Municipal, com uma comparticipação, nacional de sete e meio por cento, o executivo estaria lá e diria que sim.

463. O **Membro Ricardo Videira** refere que obviamente que estão todos de acordo, as obras são importantes, estarão de acordo em reclamá-las no futuro, as formas podem ser diferentes de o fazer, os momentos também o ditarão, quem estará no Governo e quem estará na oposição.

464. Mas há a questão de fundo que é o presente e o presente é que não vai ser feita a totalidade da obra e a questão que colocou foi muito objetiva, se o Presidente vai reclamar ou não, junto do Governo conforme se comprometeu ainda neste mandato.

465. E há a questão da informação, referindo que a informação que foi dada à população é uma informação que neste momento se encontra desatualizada e a pergunta que faz é se o Presidente vai atualizar a população, dizendo que foi concluída a obra na escola, porém não a totalidade conforme previsto no dia 1 de outubro de 2018, sendo essa a sua pergunta.

466. O **Presidente da Câmara Municipal,** informa o Membro Ricardo Videira que a resposta que o executivo obteve por parte do Gabinete da Sr.ª Secretária de Estado não é conclusiva, perspetiva-se que ocorra em setembro.

467. Afirma que, obviamente, que neste momento não irá emitir nenhuma informação à população a dizer que o Governo já requalificou a cobertura da Escola Secundária, senão o PSD iria acusar a Câmara Municipal de estar a fazer campanha num momento eleitoral, pelo que não o irão fazer, até porque a Lei eleitoral não lhes permite.

468. **A Assembleia Municipal tomou conhecimento da informação sobre as intervenções nas escolas secundária e básica n.º 1 de Vendas Novas.**

8.º Ponto - PROGRAMA DE APOIO À REDUÇÃO DO TARIFÁRIO DOS TRANSPORTES PÚBLICOS (TRANSPORTE FERROVIÁRIO) E JULGADOS DE PAZ – PONTO DE SITUAÇÃO

469. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 8.º ponto da ordem de trabalhos, pedindo ao Presidente da Câmara Municipal que fizesse a respetiva introdução.

470. O **Presidente da Câmara Municipal,** informa que se tratam de mais duas matérias de importância extrema e que o executivo também tem tido o cuidado de envolver a Assembleia Municipal, embora não seja competência da mesma.

471. Em relação à questão da redução do tarifário dos transportes públicos, dá em primeiro lugar a informação de que por decisão das Câmaras Municipais do Distrito de Évora, da nossa CIM, aumentou-se o valor da comparticipação dos passes de autocarro para 60 %.

472. Qualquer munícipe/freguês, da Landeira ou de Vendas Novas que utilize o autocarro e que detenha passe, neste momento a Câmara e a CIM assumem 60 % do custo do passe.

473. Portanto, reduziram o custo dos passes em 60 %.

474. Em breve, aplicarão esta redução também ao transporte escolar, porque se aperceberam, que já são as Câmaras que pagam o transporte escolar.

475. Pelo que faz sentido, que havendo uma ferramenta destas, havendo já, inclusive, parecer favorável para a aplicação, o executivo irá avançar já também para o transporte escolar.

476. A segunda matéria e aquela que mais preocupou o executivo logo desde o início da discussão em relação ao PART, tinha a ver com ferrovia.

477. Vendas Novas é um Concelho de comboios, é um Concelho de ferrovia e de ferroviários e deixar de fora o Intercidades, enquanto única oferta que se tem em termos ferroviários, era de facto um contrassenso.

478. Refere que se levantou a questão logo quando o PART foi aplicado na nossa CIM e o executivo teve oportunidade de manifestar o seu desagrado, felizmente em conjunto com a Câmara Municipal de Évora e estão Juntos neste "barco" e desde o início de todo o procedimento que se debatem pela aplicação.

479. Até junho e de acordo com a informação que pensa que a Assembleia tem, porque tem vindo a público, a resposta da CP foi sempre a mesma.

480. O PART não se aplica a Intercidades, serve para serviços regionais ou urbanos.

481. Ou seja, refere que no nosso país temos a aplicação do PART, a redução dos passes, a urbanos ou regionais e a verdade é que Vendas Novas não tem regional, nem urbano.

482. Tem Intercidades, uma tipologia que ficava de fora desta aplicação legal, criada pelo Governo do PS e aplicada pelo PCP, Verdes e Bloco de Esquerda.

483. Portanto, afirma que neste momento aquilo que preocupou o executivo foi não desistir e fez um pedido, via CIMAC, de reunião com a nova administração da CP que tomou posse em julho.

484. Tendo sido nomeada uma nova administração, o executivo vai tentar.

485. E em relação ao PART, o que vem à Assembleia, as conclusões e a informação que pode dar neste momento à Assembleia Municipal é que ficou assumido o compromisso, perante o Presidente da Câmara Municipal de Évora e a Vice-Presidente da Câmara Municipal de Vendas Novas, de ser a CP, no mês de outubro a enviar um compromisso, acordo, protocolo, para aplicação do PART ao Intercidades.

486. Afirma que chegaram ao patamar mais importante: ao compromisso da aplicação.

487. Se demorar muito o executivo estará lá, irá exigir que a aplicação seja o mais breve possível.

488. As aulas começaram, os nossos estudantes estão a ir para Lisboa e os nossos trabalhadores e idosos que se deslocam diariamente precisam urgentemente de não pagam mais duzentos por mês.

489. E os eborenses que o fazem também merecem não pagar os trezentos e tal e, neste momento, Vendas Novas não tem serviços regionais e a CP aceitou, porque é uma exceção, aplicá-lo ao Intercidades.

490. Portanto, informa que se irá ter aplicação do PART aos utilizadores do comboio em Vendas Novas e obviamente com o objetivo de aumentar os utilizadores do comboio de Vendas Novas e para Vendas

Novas e também de reduzir as emissões de CO2, porque é isso que este programa também visa porque é financiado pelo Fundo Ambiental.

491. Pelo que, para o executivo, dar esta informação é um exercício de transparência, porque assumiu um compromisso de também não desistir desta matéria e, desde o início que a trabalham, não se lembraram apenas agora, não andaram a dormir, como já se insinua.

492. Desde o primeiro momento que estão neste "barco", ou melhor neste comboio, mas pretendem pagar menos.

493. Em relação aos Julgados da Paz, refere que a área da justiça é uma área de extrema importância para o desenvolvimento das comunidades e há pouco falava-se de demografia, de serviços públicos.

494. Apesar de terem conseguido que nenhum serviço público encerrasse, e aliás veio a Vendas Novas o Secretário de Estado garantir que as finanças não encerrariam, como foi a bandeira catastrófica de alguns.

495. Afirma que a verdade é que o executivo quer mais.

496. Quer mais serviços públicos, quer mais serviços de qualidade e a área da justiça, apesar de vários protocolos que temos e que garantem, a prestação de serviços às populações na Câmara Municipal de Vendas Novas.

497. Refere que já há mediação na Câmara Municipal de Vendas Novas, familiar, laboral, por acordos assinados com a Direção Geral de Políticas de Justiça, afirmando que agora é altura de avançar com os Julgados da Paz.

498. Portanto, a situação é a mesma, o executivo teve reunião para garantir isso mesmo e foram apresentados dois modelos de funcionamento.

499. Neste caso, o Presidente da CIM, Carlos Pinto Sá e a Vice-Presidente da Câmara Municipal de Vendas Novas pegaram naquele que é o modelo que mais favorece a nossa região, que é o modelo do oeste, em que os Municípios que não têm comarca, têm Julgado da Paz.

500. Numa das tipologias, porque há três diferentes, mas neste momento isso ficou, de um lado a Direção Geral, que da mesma forma que irá apresentar uma proposta concreta ao executivo, com custos e com a possibilidade da criação do Julgado da Paz, que é, obviamente, um compromisso que o executivo quer garantir e assumir.

501. Portanto, dá conhecimento destas duas reuniões, da situação de desenvolvimento em relação a uma nova pasta, a um novo serviço público na área da justiça, mas também a aplicação do PART aos utilizadores de Vendas Novas que diariamente utilizam o comboio.

502. Pensa que é uma matéria que a Assembleia devia ter conhecimento, pelo que vem para conhecimento da mesma.

503. Começando pelo fim, em relação aos Julgados da Paz, o **Membro José Leitão** refere que os Membros da Bancada da CDU consideram que é uma questão importante e é uma coisa já antiga, já no tempo da CDU era reivindicada, ou a existência de um Tribunal, ou a existência de um Julgado de Paz.

504. Acha que um dos primeiros a ser instalados no país, foi o do Seixal e a CDU sempre fez uma forte pressão para que isto fosse uma solução para Vendas Novas, além, do mais porque tinham a consciência de que a maior parte dos processos existentes na Comarca do Tribunal de Montemor

eram, em grande parte, de Vendas Novas e, consequentemente, durante largos anos fizeram pressão nesse sentido, para além das exigências, com contatos com Membros do Governo.

505. Em relação ao tarifário dos transportes públicos, refere que não sabe se o Sr. Presidente tem conhecimento, mas o Deputado da CDU na Assembleia da República, o João Oliveira, já interviu no sentido do Governo resolver esta situação.

506. No entanto, o Governo infelizmente acabou por não subscrever as hipóteses apresentadas pela CDU na Assembleia da República, porque a CP não é uma empresa privada e consequentemente quem a gere, há um Conselho de Administração, mas por trás é tutelado pelo Governo e, por isso, este poderia ser um caminho.

507. Infelizmente, isso não aconteceu.

508. A solução está a passar possivelmente, e vai passar pela CIM, o que é bom, afirmando que o que interessa é resolver esta situação, porque não faz sentido as pessoas que vivem em Évora ou que vivem em Vendas Novas e que trabalham em Lisboa, sejam prejudicadas e tenham que pagar muito mais dinheiro para chegar ao seu local de trabalho.

509. Estamos a falar de uma hora de distância em comboio.

510. Quem vier, por exemplo, do Cacém, ou de Sintra para Lisboa é o mesmo tempo.

511. O **Membro Ricardo Videira** considera que, até em termos de organização, até fosse importante debatê-los em separado, porque são pontos que são importantes para Vendas Novas e são pontos que têm vindo à Assembleia Municipal com alguma frequência, afirmando que irá ser uma intervenção um pouco mais longa, mas preferia fazê-la em separado.

512. Começando pela questão do PART, refere que efetivamente o PSD disse que a Câmara Municipal finalmente acordou e irá dizer porquê.

513. Para explicar irá traçar uma breve cronologia dos factos relativamente à aplicação deste programa de redução de tarifário.

514. Refere que o despacho que aprovou este programa foi publicado no dia 4 de fevereiro de 2019 e o programa entrou em vigor no dia 1 de abril.

515. Portanto, a partir do dia 1 de abril, grande percentagem da população portuguesa passou a usufruir de descontos nos passes, sejam eles rodoviário, sejam de metropolitano, sejam de comboios regionais, seja daquilo que for, afirmando que tinham conhecimento das vicissitudes desta aprovação e daquilo que era o domínio de aplicabilidade.

516. Dia 30 de abril, a Assembleia Municipal de Vendas Novas tomou uma posição, unânime, de apoio à aplicação do PART no transporte ferroviário em Vendas Novas.

517. No dia 28 de maio, o PSD apresentou uma moção na Assembleia Intermunicipal da CIMAC, para aplicação do PART ao transporte ferroviário, sendo que, na altura, o Secretário da CIMAC nem sabia que haviam passes ferroviários.

518. Foi o PSD que os informou porque eles desconheciam a existência do flexipass que vem referido pelo Secretariado da CIMAC.

519. No dia 22 de julho, quase passados seis meses, finalmente o Sr. Presidente tomou uma posição de força, a posição que se exigia desde o início.

520. Afirma que aquilo que os Membros do PSD reclamaram e quando dizem que a Câmara Municipal esteve a "dormir" foi porque perdeu muito tempo a reagir e durante todo esse tempo os munícipes de Vendas Novas continuam a pagar o passe de valor elevado.

521. Continuando a cronologia, refere que dia 27 de agosto, a CIMAC finalmente reúne com a CP e há predisposição para negociar, esta predisposição que o Sr. Presidente diz de outubro.

522. E no presente dia, sexta feira, 27 de setembro de 2019, está-se perto do fim do mês, dezenas de vendasnovenses preparam-se mais uma vez para pagar 201,20 €, para o passe para Lisboa e 133,80 € para o passe para Évora.

523. Aquilo que pretendem dizer ao Sr. Presidente quando dizem que a Câmara Municipal esteve a "dormir" foi porque demorou muito tempo para tomar uma posição veemente, reconhecendo-lha em julho, mas devia tê-lo feito desde o início

524. Afirmando que é aí a falha que apontam e é a falha que dizem "olhos nos olhos" na Assembleia Municipal.

525. Relativamente aos Julgados de Paz, afirma que a Câmara Municipal insiste, ou continua a ignorar a recomendação do PSD para estudar uma solução alternativa, que não passa só pela CIMAC.

526. O PSD recomenda que se estude também a viabilidade da solução Setúbal e Palmela, referindo que o Presidente poderá intervir e responder se assim o entender, e a consequência é continuar a atrasar-se este processo.

527. Informa o Sr. Presidente que os Membros da Bancada do PSD têm boa memória e em junho de 2018 o Sr. Presidente, numa entrevista que concedeu à Rádio Granada, no seguimento de uma proposta do PSD nesta Assembleia Municipal para se estudar a criação dos Julgados de Paz, dizia com algum desdém que a Ministra da Justiça do então Governo do PSD, quando no mandato anterior tentou criar os Julgados de Paz, se recusou a receber a Câmara Municipal de Vendas Novas e encaminhou para a Direção Regional de Política de Justiça.

528. Pelo que lê no documento enviado em anexo, foi também agora recebido pela Direção Regional de Política de Justiça, nem o Sr. Presidente, nem a Sr.ª Vice-Presidente.

529. A pergunta que faz, e pelo tom depreciativo com que falou do PSD, acusando-os de oportunismo político, pergunta se a sensação de entrar pela porta da Direção Regional de Política de Justiça, em 2016, quando entrou pela primeira vez com um Governo do PSD, é diferente da que tem agora, com um Governo do PS.

530. Em relação à questão do Membro Ricardo Videira, o **Presidente da Câmara Municipal** refere que irá responder por partes.

531. Relativamente ao PART, informa que a Câmara acordou, em primeiro lugar, está e estará sempre na vida política para defender o interesse público, aquela que é a sua conduta pessoal.

532. Portanto, não considera nem justo, nem verdadeiro, nem sério, essa acusação, porque o executivo não anda a "dormir", anda a trabalhar pelas pessoas e fazem parte de órgãos que trabalham estas matérias e, muitas vezes, não são face visível para todos os eleitos, mas estão lá a fazer alguma coisa.

533. Portanto, não aceita, nem admite que o Membro Ricardo Videira questione a sua efetividade de serviço em defesa de Vendas Novas, porque cada vez que vai à CIMAC, vai lá fazê-lo e a sua voz na CIMAC é uma voz ativa, participativa, não estando lá encostado a nenhum celeuma partidário ou ideológico, afirmando que não aceita que o referido Membro diga que o executivo andou a "dormir" durante dois meses porque não andaram.

534. Andaram a tentar discutir e negociar porque foi sempre a postura do executivo, inclusive, conseguindo primeiro, que não existia, um consenso na própria CIMAC, porque dos catorze Municípios deste Distrito, dois têm comboios e quem pagará esses comboios e esses descontos são os catorze, porque o "bolo" da CIMAC é um único.

535. E não é fácil negociar com catorze Câmaras e convencer doze Presidentes de Câmara a dizer "sim senhor, isto é importante para Vendas Novas e para Évora", afirmando que provavelmente isso é desconhecido.

536. Portanto, vir para fora, causar celeumas ou atacar colegas, afirma que não faz.

537. Defende os interesses dos vendasnovenses, sempre, desde o momento em que acorda, ao momento em que se deita e às vezes durante a noite, porque é essa a sua missão e foi isso que jurou fazer.

538. Portanto, refere que há partes que o Membro Ricardo Videira não conhece e deveria ter a humildade de reconhecer que não sabe tudo, afirmando que não é justo, nem verdade, nem sério que diga que o executivo andou a "dormir".

539. Não andaram, andaram a negociar com os seus colegas, aquilo que eles também vão ter de pagar para Vendas Novas e para Évora.

540. Quando chegaram a acordo e tomaram uma deliberação foi por unanimidade e registe-se, um trabalho de negociação entre todos para conseguir uma unanimidade para que os munícipes contribuintes de Borba paguem o desconto do passe de comboio de Vendas Novas e de Évora.

541. Portanto, pediram e apelaram à solidariedade, afirmando que isso não é feito num mês pois os Municípios fazem contas e o Município de Vendas Novas também as faz.

542. Porque os Municípios pagam uma parte e a CIMAC paga outra parte.

543. Reafirma que, neste capítulo não aceita essa lição de moral e a aceitá-lo seria de uma forma jocosa de política/politiquice em que já disse que não entra, referindo que não há tutelas da verdade e neste caso o PSD não sabe tudo.

544. Como apontamento refere que gosta muito de ver o PSD de Vendas Novas e agora até, em campanha eleitoral, a defender medidas do Governo PS, promovidas pela "geringonça", afirmando que, de facto, é algo que aprecia porque no parlamento não foi sempre assim e neste momento tem de valorizar isso porque isso é defender as pessoas, é defender Vendas Novas.

545. Portanto, um voto de louvor à posição que o PSD de Vendas Novas assumiu.

546. Em relação aos Julgados da Paz, refere que a sensação não é diferente, mas a postura e a abertura é, mas desta vez não esteve na reunião tendo sido a Vice-Presidente, pelo que não pode dizer, só lá entrou uma vez.

547. E tem boa memória e não precisa de tirar notas ou ter assessores a fazer esse levantamento cronológico e lembra-se de cabeça da referida ata da referida Assembleia Municipal, em que o membro Ricardo Videira dizia que nem conhecia a Direção Geral de Políticas de Justiça, que segundo ele não existia, afirmando que afinal existe e é quem tutela os Julgados de Paz.

548. Pede que o referido Membro, de alguma forma, recorde aquilo que foi discutido, sem tentativas de branquear o que quer que seja, afirmando que o executivo está a trabalhar por isso e obviamente não descura nenhuma hipótese e na sua intervenção inicial disse que haviam duas possibilidades em cima da mesa, aquela que tende a ser aplicada ou adotada é uma simbiose da do oeste.

549. A segunda que esteve equacionada era obviamente a integração de Vendas Novas na Margem Sul, na rede dos Julgados de Paz da Margem Sul, que foi automaticamente descartada pela sobrecarga que existe, segundo o Sr. Diretor.

550. Refere que, neste momento, se está num ponto em que se deu mais um passo para uma conquista, de um novo serviço e de mais direitos para os vendasnovenses, que é ter-se uma rede de Julgados de Paz, seja lá como for.

551. Pede desculpa, mas é muito pragmático na execução de políticas, referindo que as pessoas de Vendas Novas, os nossos munícipes, não querem saber se se integra uma rede da Margem Sul, ou uma rede da nossa CIM, querem é o Julgado de Paz e se dizem que é mais rápido, mais eficaz e mais eficiente, que seja.

552. Afirma que não tem nenhum problema em adotar uma medida proposta pelo PSD, até porque parece que foi o PSD que, em 2017, descobriu uma coisa que o executivo já anda a tentar tratar há muito tempo, em 2016, com o PSD no executivo e também com o conhecimento da CDU, porque é uma matéria que é consensual, não havendo nenhum partido, nenhum elemento desta Assembleia, nem nenhum membro de nenhum executivo que não concorde em trazer um serviço de justiça para Vendas Novas, evitando que os munícipes de Vendas Novas tenham que ir a Montemor ou a Évora.

553. Portanto, refere que a situação é clara.

554. O executivo está cá para trabalhar, é pragmático na ação, afirmando que não quer saber do modelo que vai ser implementado pela Direção Geral, isso compete-lhes a eles.

555. Ao executivo compete pagar por um serviço e pagar a sua "fatia", porque esta há-de ser paga porque é bom para as pessoas apesar de não ser competência do Município e, se for necessária a cedência de uma sala, isso será feito, pois não há-de ser por falta de uma sala que as pessoas de Vendas Novas não têm o Julgado da Paz.

556. Refere que não quer saber qual o modelo adotado, é muito pragmático na ação e também não anda a "dormir" neste capítulo, pretendendo deixar isso bem claro.

557. Há coisas que não são sérias, nem justas, nem verdade e nesse capítulo informa a Presidente da Assembleia Municipal que sempre que o sentir, escusa-se de o comentar, porque não está na Assembleia Municipal para fazer debate político, pois isso cabe às Bancadas

558. Está para apresentar resultados, defender ideias do seu executivo, que tem muito orgulho em representar e também prestar contas à presente Assembleia, porque a respeita.

559. Tendo em conta que se está a chegar à meia-noite, a **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à votação mais um prolongamento, tendo sido **aprovado**, por **unanimidade**, o prolongamento do período da ordem do dia em 60 minutos.

560. O **Membro Valentino Cunha** refere que, de vez em quando, se entra no domínio do curioso quando se tem determinados partidos a defender uma coisa que se fosse por eles nunca tinha acontecido e a redução dos passes é um exemplo óbvio dessa situação, porque se os votos na Assembleia da República, para a redução dos passes no país inteiro dependessem do PSD, então nunca tinha havido redução de passes para nenhuma parte do nosso país.

561. Refere que Vendas Novas tem uma posição ingrata no que diz respeito ao PART, porque é um Município que está integrado na CIMAC, quando grande parte dos seus movimentos pendulares, em termos de transportes públicos, são com a Área Metropolitana de Lisboa.

562. Refere que, neste momento, Vendas Novas está a cerca de 500 m de uma região que paga quarenta euros por mês para chegar a Lisboa e em Vendas Novas e até aqui na Landeira, paga-se, de passe, muito mais do que isso para se chegar lá.

563. Os duzentos euros que se paga de passe não têm ainda uma redução devido à circunstância de que o PART não é, supostamente, para ser aplicado a Intercidades, até porque a linha do Alentejo é a única linha do país, que se recorda, que não tem um serviço regional.

564. Provavelmente também a linha do sul entre Pinhal Novo e Tunes, com a desvantagem de que a linha do sul tem poucas ligações dentro das próprias CIM's que atravessa.

565. Agora a linha de Vendas Novas é o contrário.

566. Não só tem, como ligação a Évora e a Lisboa, um único serviço Intercidades, nenhum serviço regional, como frequentemente esse serviço está esgotado com movimentos que, além dos movimentos esporádicos, também tem muitos movimentos diários de muitos passageiros e muitos cidadãos de Vendas Novas.

567. Ora aqui está o problema que se calhar a Câmara Municipal não consegue resolver sozinha e se depender exclusivamente da CP também não é de resolução simples, porque obviamente que a CP terá interesse em não perder a receita associada a estes passes, o Município não tem capacidade de financiar exclusivamente estes passes e então a verba terá de vir de algum lado, ou da CIMAC como é o que está a ser feito, ou do Governo Central.

568. A sua opinião pessoal, e que se calhar o PSD não partilha porque estava contra a redução dos passes, é que seria o Governo Central que teria de promover uma redução do preço de qualquer passe, em qualquer tipo de serviços, incluindo os passes de Intercidades de Vendas Novas para a Área Metropolitana de Lisboa, ou para Évora, independentemente da natureza ser Intercidades, ser regional ou ser urbano.

569. A partir daqui poderão ser constituídas várias propostas alternativas e apresentá-las ao Governo, ou à CP.

570. Uma delas será, obviamente, considerar que o Intercidades entre Vendas Novas e Pinhal Novo, ou Vendas Novas e Lisboa, faz um serviço regional, que de facto faz uma vez por dia.

571. Quando se tem de apanhar o comboio às 17h22, para se ir para Lisboa, tem de se parar entre todos os apeadeiros que estão entre Vendas Novas e o Pinhal Novo, sendo isso de facto um serviço regional e pode-se argumentar que um passageiro de Intercidades que apanhe o comboio em Vendas Novas e paga duzentos euros por mês, não tem de estar a parar em todos os apeadeiros até chegar ao Pinhal Novo.

572. Porque das duas, uma, ou a CP considera que o Intercidades pára nas principais estações e, nesse caso, deixa de parar nestes apeadeiros, ou então considera que o serviço Intercidades também é um serviço regional, pelo menos uma vez por dia e então aí tem de começar a aplicar o PART, pelo menos quando efetua esse serviço regional e dar-lhe outro nome, nem que seja inter-regional, para manter alguma coerência.

573. Portanto, refere que Vendas Novas vive nesta posição ingrata em que é membro da CIMAC, é do Distrito de Évora, a maior parte dos seus passageiros que entram e saem na sua estação deslocam-se para Lisboa e a fronteira da área metropolitana está a 7 km da sede de Concelho e não é possível Vendas Novas ter o navegante metropolitano, que a seu ver seria a opção mais vantajosa.

574. Era um navegante metropolitano com complemento como já existe, por exemplo, no Concelho da Azambuja, que também não é parte da Área Metropolitana de Lisboa.

575. Acha que se tem duas opções, uma que está a ser estudada pela Câmara Municipal e com a CIMAC e com o Estado Central e CP, que é aquela que provavelmente terá mais sucesso e depois há a situação que a seu ver seria a melhor, que seria uma redução transversal no país inteiro, de todo o tipo de passes, mas para isso também é preciso financiamento que, por enquanto, não existe.

576. Talvez numa próxima legislatura se possa dar mais um passo significativo nesse sentido e espera que aí se tenha o apoio, pela primeira vez, do PSD.

577. O **Membro Ricardo Videira** antes de mais, apenas para esclarecer o Membro Valentino Cunha, refere toda a intervenção que acabou de fazer, que não é tão profunda como aquilo que se tem estado a debater na presente sessão, concordando com a generalidade com o que acabou de ser dito, mas faz uma precisão, os TST aplicaram à Landeira a partir do momento em que foi aplicado o PART no Distrito de Setúbal, o mesmo valor que praticavam para Pegões, porque como o autocarro que sai de Pegões vai para Setúbal, eles aplicaram imediatamente os quarenta euros, o que foi uma vantagem para quem vive na Landeira.

578. Felizmente a questão do comboio não se aplica à Landeira, referindo que os autocarros beneficiaram imediatamente do desconto.

579. Diz ao Sr. Presidente que, para quem não defende a tutela da verdade, na sua intervenção parecia que a tinha, mas também não precisa de dar lições de moral ao Presidente, porque não as aceita, tal como ele próprio também não as aceita e respeitam-se como sempre se respeitaram.

580. Afirma que a questão é que são Membros da Assembleia Municipal e o Presidente é Presidente da Câmara Municipal e tem o dever que disse, e bem, de defender os interesses dos munícipes vendasnovenses, em todos os fóruns em que tem assento e é para isso que lá está, para fazer política, para negociar com os outros treze Presidentes de Câmara Municipal.

581. E se o Presidente lá está e foi eleito para o efeito, tem as suas "armas" para negociar, que não passam só pelas questões dos transportes, mas também passam.

582. Se a Câmara Municipal de Vendas Novas precisa que seja aplicado o PART aos comboios é porque provavelmente há uma percentagem menor da população que se desloca pela via rodoviária.

583. Pelo contrário, Montemor precisa de uma verba maior para afetar à via rodoviária, tendo sido esse o equilíbrio que o Presidente fez nessas reuniões e não precisa de ser um "mago", para saber que fez esse trabalho de casa.

584. Mais, refere que os movimentos pendulares estão estudados e constam do Instituto Nacional de Estatística e pode-se aceder a todos eles, não sendo necessário fazer nenhum estudo.

585. Refere que os estudaram, porque os mesmos estão disponíveis, não estando tão atualizados como gostariam, são de 2011, mas estão lá e é possível aferir o que lá está.

586. Pede ao Sr. Presidente que lhe diga sinceramente uma coisa.

587. O Sr. Presidente tomou uma posição de força em julho e disse na Assembleia que não tomava uma posição que ferisse os seus colegas da CIMAC, os outros Presidentes de Câmara Municipal, e muito bem, mas quando tomou uma posição de força em julho, não o viu a ferir ninguém.

588. Refere que o Presidente tomou uma posição de força a defender os vendasnovenses e a exigir, e bem, a aplicação do PART a um meio de transporte que é utilizado por dezenas de vendasnovenses, que continuam a pagar um valor muito alto.

589. Afirma que o que os Membros da Bancada do PSD estão a dizer e quando falam de ter "estado a dormir", é no sentido de que podia ter tido uma intervenção mais veemente, mais cedo, sendo nesse sentido a sua observação, não estão a dizer que o Presidente não fez o seu trabalho, mas que demorou muito tempo a fazê-lo e esse muito tempo custa dinheiro às pessoas.

590. O **Presidente da Câmara Municipal** refere que "cada macaco no seu galho".

591. Informa que a cronologia está feita, a história um dia reproduzir-se-á e diz apenas ao Membro Ricardo Videira que não era, nem elegante, nem correto que, antes de conseguir um compromisso com todos os Municípios, para que pudesse tomar uma posição de força, fazê-lo, porque nesse momento perdia a negociação e esta questão nunca se aplicaria a Vendas Novas, afirmando que seria pouco inteligente e se há coisa que ainda preza é a sua inteligência e do seu executivo.

592. Portanto, afirma que não assumiria uma posição de força por Vendas Novas, sem garantir que ela podia ser executada.

593. No dia em que o fizesse, bastava que um Município não o quisesse fazer, não servia de nada, sendo assim levou tempo, mas é efetiva e o PART aplicar-se-á a Vendas Novas graças a um bocadinho de inteligência, ponderação e de calma.

594. Refere que negociaram entre Câmaras Municipais, de partidos diferentes, mas com ambições comuns, de servir bem os seus munícipes.

595. Depois de assumido um acordo na CIMAC, o executivo tomou uma posição de força, junto do Governo, junto da CP, que é quem tem o poder para resolver.

596. Dá apenas um esclarecimento, pelo menos pelo feedback que tiveram, quer do Sr. Ministro, quer da própria administração da CP, esta não tinha no país um único caso como o de Vendas Novas e de Évora, porque quase toda a região norte e centro tem comboios regionais, inclusive o Vale de Santarém e Vendas Novas não tem e dá-lhe ideia que a própria legislação, que deixa em aberto a possibilidade de acordos com os operadores, nos dá essa margem de "manobra", afirmando que até lá chegar há um caminho a trilhar.

597. Ninguém "mete a carroça à frente dos bois", não se assumem posições de força sem se garantir que se tem os meios para lá chegar.

598. Porque no dia em que o fizerem, podem perder claramente a "carga da sua carroça" e o executivo não quer isso.

599. Portanto, afirma que o executivo fez de acordo com aquela que foi a estratégia que foi traçada internamente na Câmara Municipal, que foi, primeiro o compromisso assumido entre Municípios e depois a posição de força.

600. Refere que o PSD pode não concordar com a estratégia, é legítimo, mas a ser sim serve-lhe de muito pouco que não concorde.

601. O que quer é o PART aplicado aos comboios em Vendas Novas e isso está a caminho.

602. **A Assembleia Municipal tomou conhecimento das reuniões com a Direção da CP, sobre a aplicação do Programa de Apoio à Redução do Tarifário dos Transportes Públicos e com a Direção Geral de Política de Justiça – DGPJ, sobre a eventual criação de um Julgado de Paz no Alentejo Central remetida pela CIMAC.**

9.º Ponto – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DE VENDAS NOVAS PARA AS JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO, AO ABRIGO DO DECRETO-LEI N.º 57/2019, DE 30 DE ABRIL

603. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 9.º ponto da ordem de trabalhos, que é apenas para conhecimento, solicitando ao Presidente da Câmara Municipal que fizesse a introdução do referido ponto.

604. O **Presidente da Câmara Municipal,** refere que uma das transferências de competências que estava prevista na legislação, era entre os Municípios e as Freguesias, sendo que o pronúncio das Freguesias e Assembleias de Freguesias era prévio ao conhecimento da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, informando que as duas Juntas de Freguesias entenderam que para 2019 e 2020 não tinham as condições de assumir todas as competências do diplomas, vindo este facto apenas para conhecimento da Assembleia, que não vai haver transferências de competências nos domínios da higiene e limpeza urbana e outros que estão previstos neste diploma.

605. **A Assembleia Municipal tomou conhecimento da não aceitação por parte das Juntas de Freguesia de Vendas Novas e Landeira, da transferência de competências ao abrigo do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, para os anos 2019 e 2020.**

10.º Ponto - ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA E RESPECTIVO SUPLENTE PARA O XXIV CONGRESSO DA ANMP

606. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 9.º ponto da ordem de trabalhos, perguntando se alguma Bancada tem alguma proposta a apresentar.

607. A **Membro Ana Lança** saúda todos os presentes e em nome da Bancada do PS, propõe que o candidato efetivo seja a Presidente da Junta Freguesia de Vendas Novas, Paula Valentim e o candidato suplente, o Presidente da Junta de Freguesia de Landeira, Vítor Serrano.

608. A **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação a proposta apresentada, tendo sido **eleita,** por voto secreto, **a Presidente da Junta de Freguesia de Vendas Novas, para Delegado no XXIV Congresso da ANMP e para seu substituto o Presidente da Junta de Freguesia de Landeira,** com 17 votos a favor e 6 votos em branco.

10.º Ponto - INFORMAÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL

609. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 10.º ponto da ordem de trabalhos, dando a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para fazer a respetiva introdução.

610. Quase a concluir a sessão, o **Presidente da Câmara Municipal,** informa que a prestação de contas da atividade municipal está nos documentos, até ao final do mês de agosto, o ultimo mês de encerramento completo, tem a questão das atividades, a parte financeira, dívidas a fornecedores, ou seja, tem tudo aquilo que tem vindo a ser solicitado.

611. Em relação ao presente ponto, refere que não pode deixar de dar também um contributo, até porque lhe foi solicitado no período Antes da Ordem do Dia, por algumas Bancadas, em relação à questão da educação e à questão da demografia, que lhe parecem ser temas de uma importância tão grande que de facto não os podem escamotear, ou pelo menos não os podem "chutar para o canto".

612. Informa que a questão demográfica é obvia, afirmando que a discussão que decorreu na presente sessão devia inclusive ser alvo de um profundo debate, mais alargado até à comunidade, em relação àquele que é o caminho que Vendas Novas tem no futuro, sem que dependa do Município, e isso tem de ser claro, o encontrar de uma solução definitiva para esta questão.

613. No entanto, falou-se na presente sessão, de conceitos-chave: natalidade, emigração, crise, habitação, qualidade de vida, economia e emprego.

614. Conceitos-chave que geram atratividade, afirmando que tem muito orgulho, sem precisar de fazer autoelogios, de que o caminho que o executivo trilhou nos últimos seis anos, foi um caminho que, de alguma forma, tem trazido alguns resultados que devem ser destacados.

615. Na área económica, preza muito o facto de se ter pouco mais de 3 % de desemprego em Vendas Novas, afirmando que é de facto um indicador muito positivo, com quase todas as unidades fabris do Parque Industrial, todos os restaurantes de Vendas Novas e casas das bifanas a precisar de trabalhadores.

616. O que não falta neste momento é emprego em Vendas Novas, referindo que isso é um bom indicador.

617. É um indicador de transição de um período crítico, do ponto de vista económico, para um período de desenvolvimento económico e este indicador que se tem, baixo desemprego, procura de emprego, gera obviamente aquilo que já está a acontecer, que é migrações de Concelhos vizinhos para o nosso.

618. A questão da habitação não é uma questão menos importante nesta equação.

619. Recorda a década de oitenta, referindo que está presente na sala alguém que era Presidente da Câmara Municipal de Vendas Novas e lembra-se da estratégia de construir um Parque Industrial, construir habitação e atrair pessoas.

620. Mas afirma que não basta, Vendas Novas tem hoje um défice de habitação grave, não existem habitações disponíveis para a procura.

621. Foi feito o trabalho de falar com as imobiliárias e perceberam que qualquer casa para arrendar não dura mais de um dia ou dois no mercado e de que o arrendamento está esgotado.

622. Mesmo a compra de habitação, de alguma forma com a abertura que a banca neste momento já tem para atribuição de créditos, o executivo conseguiu perceber que neste momento não há oferta suficiente para a procura existente em Vendas Novas, ou a oferta que há não é adequada à procura que existe.

623. Ou seja, há habitações demasiado caras para a procura, ou demasiado degradadas para a premência da necessidade do investimento.

624. Portanto, afirma que sim, o trabalho na área da habitação, na captação de investidores é fundamental.

625. Terceiro patamar: natalidade.

626. Felizmente, pelos indicadores que a Câmara Municipal tem, e usando um seu indicador interno, o projeto "Nascer Cá", de 2017 para cá, tem-se verificado, finalmente, um aumento da natalidade, referindo que depois de anos a decrescer, voltou a subir, ainda de forma ténue, mas a subir, é positivo.

627. Portanto, temos tido aumento da natalidade nos últimos três anos, temos tido mais emprego gerado pelas nossas empresas e também pelo tecido comercial e da restauração em Vendas Novas, temos tido um aumento da qualidade de vida.

628. Afirma que Vendas Novas tem tudo para uma pessoa ser feliz por cá.

629. Tem creches, tem escolas de qualidade, tem oferta cultural, tem dinâmica desportiva, tem uma política de requalificação urbana, está a começar-se a fazer os grandes investimentos na área da requalificação urbana, da mobilidade, tem serviços públicos, alguns deles com muita qualidade.

630. Pede desculpa, mas refere que não é dizendo que na área da saúde precisamos de mais e de melhor, isso todos sabemos e todos queremos, e claramente valorizando também quem trabalha nessa área.

631. Portanto, afirma que Vendas Novas tem qualidade de vida, as pessoas sentem-se bem cá, querem atrair populações e tem de continuar a investir.

632. Diz sim ao investimento público que gere investimento privado, atração de investidores na área da habitação, criação de medidas de natalidade, afirmando que em nome do executivo municipal, acolhe com muito bons olhos a deliberação e a recomendação da Assembleia no presente dia, porque apesar do executivo ter dado passos significativos nos últimos seis anos, para inverter uma tendência, isso não basta.

633. Refere que o ciclo migratório do período de crise foi grande.

634. Muita gente saiu de Vendas Novas e temos também muita gente em Vendas Novas que não vota, nem paga os seus impostos em Vendas Novas e isto é óbvio.

635. Toda a gente conhece alguém que vive em Vendas Novas, ou trabalha em Vendas Novas e tem cá habitação, mas que ainda tem morada noutro lado, pelo que considera importante que seja feita uma campanha de sensibilização em conjunto com as Juntas de Freguesia, para que essas pessoas atualizem a sua morada, não sendo preciso mais do que isso, apenas atualizar a sua morada no cartão de cidadão.

636. Pagam cá os seus impostos, tem acesso aos benefícios que os contribuintes de Vendas Novas pagam e, portanto, trata-se de justiça social.

637. Afirma que demografia é um tema para debater, para refletir e para meter em marcha e este era o seu contributo para este tema, tal como foi solicitado pela Bancada do PS.

638. Em relação às escolas e à questão da competitividade, neste patamar tem uma informação para trazer da Atividade Municipal, informando que arrancou recentemente o novo ano letivo e arrancaram com natação, educação física, projeto "Mais Sucesso Escolar" com um alargado conjunto de medidas, para aumento da competitividade, palavra-chave que foi utilizada na presente sessão pelo membro Ricardo Videira, para aumentar a competitividade dos nossos alunos no futuro, com a requalificação das escolas com um programa que vem de 2014, que estava assente no Pacto de Coesão e Desenvolvimento Territorial, da CIMAC, que tinha garantido financiamento para um conjunto de escolas e que o executivo sabia que no presente ano iria ser renegociado.

639. Portanto, refere que este plano irá ter dinheiro para requalificar a Escola Básica de Landeira, o JI da Afeiteira e do Monte Branco.

640. Basicamente as escolas que faltam do Parque Escolar Municipal, sendo que o Centro Educativo já havia sido feito com Fundos Comunitários, pelo anterior executivo da CDU.

641. Este ano 2020, fica-se com todo o parque escolar reabilitado, afirmando que isso é um passo de "gigante", com projetos a serem feitos e com investimentos a serem programados.

642. Agora, cada coisa no seu lugar, referindo que sem dinheiro não se faz obra, o executivo teve de garantir os Fundos Comunitários.

643. Tinham um plano, mas este precisava de meios e os meios foram negociados no presente ano na CIMAC.

644. Afirma que esta informação era do conhecimento dos Presidentes de Junta, referindo que não estão na presente Assembleia Municipal eleitos como Membros, iguais a qualquer um dos outros.

645. São Presidentes de Juntas de Freguesia, sabem o que se passa na sua área territorial e é articulada uma estratégia com eles.

646. Refere que, na presente sessão, ouviu criticar o Membro Vítor Serrano, mas não, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia, Vítor Serrano, que sabe e tem conhecimento de mais informação do que qualquer um dos membros presentes nesta sessão, porque tem funções executivas e deve ser assim.

647. Tem funções executivas e, portanto, não é um privilegiado, trabalha diariamente com a Câmara Municipal para resolver os problemas das suas populações e isto não é novo para a Landeira.

648. Refere que há seis anos que a Landeira sabe que é assim.

649. Tem um Presidente de Junta em quem pode confiar, nele e no seu executivo, para pressionar a Câmara Municipal a resolver os problemas da freguesia, afirmando que não há sorriso que torne mentira o que está a dizer e as pessoas nesta freguesia sabem que nunca foram esquecidas pelo presente executivo.

650. Portanto, afirma que a Escola Básica vai ser requalificada tal como estava previsto desde 2014, porque um dos projetos-bandeira do executivo era a requalificação de todo o Parque Escolar, é só cada coisa no seu tempo.

651. Para o executivo não há alunos de primeira e de segunda, pelo que reafirma que a Escola de Landeira vai ser requalificada.

652. Refere que na presente sessão se falou numa pessoa por quem tem muita estima, pedindo à Presidente da Assembleia a permissão esta nota e este aparte na Atividade Municipal, porque é o único ponto em que pode falar com alguma abertura.

653. Durante quatro anos teve um "companheiro de viagem" que produziu muito por Vendas Novas e numa tentativa de assunção de valores, ou de culpas, que não percebeu muito bem, é aqui colocado em causa, mas refere que o Vereador Joaquim Soeiro, até em defesa da própria honra dele, esteve ao seu lado, da Vereadora da Educação e dos técnicos do Município.

654. Quando o referido plano foi talhado, o PSD estava na Câmara Municipal, portanto o PSD não pode dizer que não conhecia.

655. Devem falar com o ex-Vereador da Câmara, afirmando que é tão simples quanto isso, porque ele estava na Câmara Municipal e participou na elaboração dos projetos e planos.

656. Portanto, como o Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Landeira sabia que desde 2014 era plano da Câmara Municipal, a requalificação da escola assim que tivesse o dinheiro, o Sr. Vereador, seu colega de executivo, com muito orgulho, durante quatro anos, também sabia, pelo que afirma que não há aqui nada escondido e o executivo não pretende esconder nada.

657. Informa que sim, em 2014, o executivo previa intervenções menores do que aquelas que vão fazer, porque desconheciam quanto dinheiro iriam ter e foram elencar os maiores problemas que a escola tinha, sendo neste momento cerca de 225 mil euros, afirmando que têm algum otimismo de que esse valor já dará para fazer uma intervenção maior e é isso que estão a fazer agora em sede de desenvolvimento de projeto.

658. Reafirma que não há nada "na manga", não há nada a esconder às pessoas.

659. Pelo contrário, as pessoas da Landeira sabem, há seis anos, que podem contar com o executivo e mais do que fazer política com as matérias, o executivo quer resolver problemas.

660. E afirma que este problema da Landeira vai ser resolvido, com o PSD a "fazer barulho" ou não, porque é preciso e porque passou a ser prioritário assim que o executivo conseguiu o dinheiro.

661. Não diabolizando aquela que é uma ação que valoriza e na qual já esteve, em oposição, afirma que é necessário levantar os problemas obviamente e fazer chegar os problemas a quem os pode resolver e neste momento, em funções executivas, só o executivo da Câmara Municipal.

662. O PSD nunca poderá resolver um problema porque não tem funções executivas, mas já teve e quando isso aconteceu contribuiu para a planificação daquilo que é a ação do atual executivo, porque este não abandonou a estratégia, é a mesma.

663. Portanto, em caso de dúvida, afirma que é no PSD que devem procurar informação.

664. Neste sentido, informa que em relação às escolas, o ano arrancou com a normalidade que é esperada no arranque do ano letivo, referindo que é sempre um momento algo atribulado para pais, professores, auxiliares e alunos e espera que todo o ano corra bem.

665. Em relação à demografia, um assunto de extrema importância, que volta a frisar e a subscrever posições de todos os partidos da presente Assembleia.

666. No que diz respeito à Atividade Municipal, informa que está disponível para prestar esclarecimentos sobre o que for necessário.

667. O **Membro Tiago Aldeias** pergunta o que é que o Sr. Presidente da Câmara, os restantes Vereadores do Partido Socialista e as Bancadas acham da Câmara Municipal ter trabalhadores ao seu serviço, ou se calhar estão ao serviço da Junta de Freguesia embora sejam trabalhadores da Câmara, que andam nas ruas a trabalhar na limpeza urbana, assistentes operacionais, sem sapatos, sem farda, alguns também sem outros equipamentos de segurança, mas os que lhe chamaram à atenção é não terem sapatos, nem farda.

668. Curiosamente até um trabalhador, que por acaso se encontra na sala, fazer capa no Boletim Municipal, se calhar até era trabalhador do Centro de Emprego, não era da Câmara, nem da Junta de Freguesia, sem uma farda na capa do Boletim Municipal, considerando que é algo que não fica muito bem, não dignificando os trabalhadores, nem ficando bem ao Município.

669. O **Membro Ricardo Videira** dirigindo-se ao Sr. Presidente, afirma que, para quem apregoou a questão de que não faz politiquice e por aí fora, parece-lhe um pouco abusiva uma interpretação que fez relativamente à questão da intervenção dos Membros do PSD na área da saúde.

670. Em primeiro lugar refere que a própria intervenção que o Sr. Presidente fez de enquadramento, uma moção da Assembleia Municipal do PS, parece-lhe a si que não faz parte das competências da Câmara Municipal, ainda para mais quendo se está a falar da Atividade Municipal.

671. Não querendo obviamente cortar o raciocínio do Sr. Presidente e a liberdade de dar a sua opinião sobre o assunto da Assembleia Municipal, informa que os Membros da Bancada do PSD respeitam muito os trabalhadores da área da saúde em Vendas Novas.

672. Não é isso que está em causa.

673. O que está em causa é o que é importante melhorar as condições e os serviços de saúde que são prestados aos cidadãos vendasnovenses, para que eles sintam esse conforto de uma melhoria nos serviços, afirmando que não estão em desacordo e o Sr. Presidente não deve procurar desacordos onde eles não existem.

674. Diz também que o sorriso dos Membros da Bancada do PSD não tem a ver com a prestação do Sr. Presidente de Junta de Freguesia, Vítor Serrano, tem sim a ver com a necessidade que o Sr. Presidente teve de vir ao terreno defender uma posição que foi tomada pela sua Bancada e ninguém o ter feito na altura própria.

675. Informa que, da sua interpretação, há alguma coisa que está muito incorreta e pede à Presidente da Assembleia Municipal que tome boa nota do que vai dizer de seguida.

676. Refere que há um documento emitido pela Câmara Municipal de Vendas Novas, com data de 15 de março de 2019 que indica aquilo que é o programa de investimentos para as escolas do Concelho.

677. Se existiam alguns outros programas, concursos ou projetos em preparação, refere que na interpretação dos Membros da Bancada do PSD, eles deveriam constar dos documentos e o referido documento está assinado pelo Sr. Presidente, pelo que ou o Presidente omitiu informação, ou não a tinha.

678. Agora, refere que não há um Presidente de Junta que tem mais informação do que a Assembleia Municipal, porque os Membros da Assembleia Municipal têm de ter condições para fiscalizar o trabalho da Câmara Municipal.

679. Considera que há alguma coisa que não está a bater certo e pede à Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal que, enquanto reguladora desta Assembleia Municipal, tome boa nota do que está a ser dito, porque não concordam com a omissão de informação a esta Assembleia Municipal.

680. Continuando, refere que tal como chamam a atenção do Sr. Presidente quando não concordam com as suas intervenções, têm também de dizer ao Sr. Presidente e têm de o congratular e saudar, pelo facto de ter emitido nas redes sociais do Município de Vendas Novas, a sessão solene comemorativa da Elevação de Vendas Novas a Concelho e pelo facto de todos os discursos terem sido transmitidos, ao contrário do que tinha acontecido no 25 de Abril.

681. Tal como chamaram a atenção do Sr. Presidente no momento apropriado, aqui também o saúdam pelo referido facto.

682. Apresenta uma questão concreta sobre a Atividade Municipal, que tem a ver com as atividades de enriquecimento curricular, referindo que o ano letivo começou a meio de setembro, as atividades de enriquecimento curricular, ao que sabe, começam só na próxima semana, pelo que pergunta porque razão estas não começam ao mesmo tempo, no início do ano letivo.

683. A **Membro Clarisse Fernandes** saúda todos os presentes e refere que tem algumas perguntas muito simples a fazer.

684. Uma das perguntas é em relação à entrada de Vendas Novas, referindo que quem a conhece sabe que tem um tremendo orgulho em ser vendasnovense e fica super entristecida cada vez que entra em Vendas Novas, um bocado antes da placa que diz "Porta do Alentejo", e estar lá um monte de lixo, sempre que lá passa.

685. Desconhece se essa situação é da responsabilidade de Vendas Novas ou se não é, mas mesmo que não seja, pergunta se não há nada que se possa fazer para que aquele lixo deixe de estar à porta de Vendas Novas.

686. Aproveita também para dizer que perto do seu local de trabalho, existem uns contentores que todos os dias estão cheios de lixo, que chega a lá estar mais de 24 horas e já chegou a estar 48 horas.

687. Informa que inclusivamente já chegou a telefonar para os serviços da Câmara, não tem nenhum problema em assumir isso, nem fica minimizada por isso, por estar um espelho enorme no referido local e ter medo de alguma criança ou alguma pessoa com menos mobilidade ali passar e se cortar, porque o espelho esteve lá mais de 48 horas.

688. Refere também que, neste momento, se sente um mau cheiro na sua casa, e à noite nota-se mais, que já lhe disseram que vem da Afeiteira, mas também gostava de ser esclarecida.

689. Em relação à natalidade, nas consultas pré-natal que as mães têm, é um bom sítio para as enfermeiras irem chamando a atenção para não deixarem registar as nossas crianças fora de Vendas Novas, pois pelos documentos que vai tratando vai-se apercebendo desse facto, as crianças são registadas em Évora ou Lisboa.

690. Refere que um dia destes nasceu uma criança em Cabrela e foram registá-lo em Évora ou em Lisboa, apelando a que não se permita isso e dão dizendo porque quem está a registar as crianças nos hospitais não faz nenhuma questão que as crianças sejam da sua terra, faz questão que sejam de onde os estão a registar.

691. Tem lá muitas crianças pequenas que não estão registadas em Vendas Novas e só lhe falta bater nas pessoas, pois tratam-se de vendasnovenses que só vão nascer a outro lado porque Vendas Novas não tem maternidade.

692. Em relação aos processos que estão em curso e que ainda não transitaram em Julgado e que foram movidos contra a Câmara, o **Membro Custódio Vale de Gato** refere de entre todos, há um que lhe suscitou um pouco mais de curiosidade, não voyeurista mas de preocupação, porque não faz a mínima ideia de quanto pode representar em termos de materiais para a própria Câmara, estando a referir-se ao processo que tem a ver com a propriedade dos furos, da água e do subsolo e solicita que o Sr. Presidente desse uma ideia até onde é que vai o seu conhecimento relativamente ao andamento do processo e, se é que isso está inventariado, qual é o eventual impacto que isso possa vir a ter, se a Câmara vier a ser condenada.

693. O **Membro José Leitão** tem três questões a apresentar, uma delas não é questão, já é algo que é rotina e tem a ver com a falta de precisão da Informação à Assembleia Municipal, que faz questão de não deixar de referenciar.

694. Também em questão às questões jurídicas, refere que há duas ou três Assembleias atrás, a Bancada da CDU notou que havia um processo novo, que se encontra na página cinco dos processos jurídicos, é o 1/16, em que autor é a Autoridade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos e o réu é o Município e o pedido formulado é o seguinte: "Através da análise dos dados do módulo da Qualidade da Água do Portal ERSAR, constatou-se que a entidade gestora não cumpriu o prazo fixado … com coima de €1.250,00 a € 25.000,00…", afirmando que na altura o Sr. Presidente disse que esta questão estava tratada e não tinha problema nenhum.

695. No entanto, o referido processo continua na informação, ao fim de não sei quantos meses, perguntando se o mesmo está ou não tratado, se a Câmara irá ou não ser multada.

696. Uma outra questão, refere que foi solicitado à CDU a retirada do outdoor por causa das obras que se iriam realizar no espaço verde, junto ao Largo Dr. Luís Ricardo.

697. A CDU rapidamente disse à empresa para proceder à retirada do referido outdoor.

698. Afirma que ficaram espantados quendo depois se deparam que o PS em vez de retirar o outdoor instalou um novo, substituiu o anterior por outro e o outdoor que já estava do Pingo Doce mantem-se.

699. Na semana passada estiveram no aniversário de uma pessoa e o Sr. Presidente fez questão de ir ter consigo a dizer que iria tomar as medidas para retirar o outdoor.

700. Afirma que a verdade é que até ao presente dia, é sexta-feira e continua lá.

701. O que pretendia perguntar é se o Sr. Presidente irá ou não retirar o referido outdoor, se vai mandar retirar ou o que é que irá fazer, ou vai esperar que passem as eleições para retirar.

702. Por fim, na execução das Grandes Opções do Plano, na página 18, refere que ficou espantado quando viu o projeto 05 – Requalificação Urbana da Rua da EPA, com uma execução financeira global de 1,08 % e uma execução física global de 98,56 %, afirmando que há alguma coisa que não está bem.

703. Mais espantado ainda ficou quando, a Requalificação de Espaço Público e Criação de Espaço Verde junto ao Largo Dr. Luís Ricardo, que tem já uma execução física global de 84,54 %, afirmando que ainda não viu lá nada feito.

704. Por isso, deve ser ignorância sua, não percebe, afirmando que há qualquer coisa que está mal neste documento, admitindo que poderá haver um erro na introdução de dados, mas alguma coisa não está bem.

705. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a intervenção do Membro Tiago Aldeias e a sua questão sobre o fardamento dos trabalhadores, informando que se trata de um processo normal, nada de atípico, ou seja, as pessoas entram ao serviço, tem de se saber em primeiro lugar quem ganha os concursos, entrarem ao serviço e ver-se os tamanhos, depois é encomendar o material e o mesmo vir.

706. Neste momento, o Sr. Presidente da Junta também está presente, mas pensa que já tem a maioria do material de fardamento encomendado e os trabalhadores já envergam o fardamento da Junta de Freguesia, o que não é possível ser feito quando os trabalhadores chegam pois não se sabem os tamanhos.

707. Afirma que é essa a justificação e é normal.

708. Na Câmara acontece o mesmo com as pessoas, no período inicial, referindo que não se sabe, nem se tem fardamentos de todos os tamanhos, pelo que é normal, não sendo uma questão atípica.

709. Em relação às questões do Membro Ricardo Videira, em primeiro lugar, refere que nunca precisa de defender o Presidente de Junta de Freguesia de Landeira, é para si um exemplo e foi ele que o ensinou a si e não precisa de o defender.

710. Afirma que não consegue aceitar, não se sonega nunca informação solicitada pela Assembleia Municipal.

711. Agora há questões de trabalho diário, que é óbvio que o Senhor Vítor Serrano e o Senhor Luís Dias sabem mais do que qualquer outro Membro, referindo que é normal, têm mais informação porque é função executiva e planeamento de trabalhos.

712. O PSD teve acesso à informação quando a pediu e a mesma está correta, referindo que foi o planeamento que foi feito na altura.

713. Se agora irão fazer mais, informa que sim, felizmente conseguiram fazê-lo, têm mais dinheiro e vão usá-lo, pensando que estão todos de acordo, esse levantamento não é suficiente.

714. Sobre as AEC's e porque razão não iniciam logo, informa que estas não iniciam logo porque são alvo de um Acordo Programa entre a DGESTE e este ano, a Câmara Municipal.

715. Nem sempre assim é, já foi o Agrupamento, já foi uma IPSS e este ano é a Câmara Municipal.

716. Os acordos, antes de serem enviados têm de ir à Câmara Municipal. Foram recentemente.

717. Na última reunião de Câmara levaram os acordos, para agora serem aprovados pela DGESTE, com as entidades que vão executar as AEC's.

718. A saber, na Landeira é a Associação de Jovens de Landeira, depois os Pioneiros e o Teatro das Artes, em Vendas Novas.

719. Portanto, refere que são protocolos locais que são feitos e têm de ser aprovados pela Câmara, enviados para a DGEST, para depois vir a aprovação do programa, o que ainda não aconteceu.

720. Irá avançar-se sem vir ainda a aprovação, pelo que se tratam de fatores externos e não da Câmara Municipal.

721. E depois por causa da contratação dos professores, informando que a Câmara Municipal não pode contratar professores sem saber o número de alunos.

722. Ora os alunos só se inscrevem no início do ano, referindo que só na presente semana se fecha o número de alunos.

723. Portanto, só ao fim de duas semanas, que é o período que é dado para os pais pensarem se querem ou não a oferta da Câmara Municipal, pelo que somente agora se fecharam o número de aluno, que se podem formar as turmas e se podem contratar professores.

724. Pelo que informa que o atraso se deve precisamente a isso, porque as AEC's até então não eram promovidas pelo Município, foi decisão recente, fruto de uma parceria na área cultural com as Associações do Concelho, pelo que não era possível, em termos de *timings*, contratar pessoas sem saber o número de alunos por turma, a inscrever-se nas AEC's, sendo só essa a razão.

725. Relativamente à Sessão Solene, julga que assumiu logo na Assembleia quando foi levantada a questão, que para si não era uma questão de princípio e tem a humildade suficiente para dizer que não foi correto e assumiu na altura, pelo que não se esperava outra coisa e espera que o Membro Ricardo Videira o conheça suficientemente bem para saber que quando reconhece um erro, não o volta a cometer.

726. Sobre as questões da Membro Clarisse Fernandes, refere que gostou da sua intervenção e revê-se em todos os pontos.

727. Começando pela natalidade e com o seu próprio filho há sete anos atrás, afirma que não foi sequer perguntar, tendo sido quase que forçado para que ele fosse inscrito em Évora, até que disse que não, que o seu filho iria ficar registado em Vendas Novas e fazem-no com a noção do que estão a fazer, daí a pressão.

728. Pelo que regista, subscreve, assina por baixo, mas não sabe como se faz para lá chegar, afirmando que os pais têm de saber muito bem o que querem.

729. Possivelmente com quem dá o curso de preparação para o parto, pontualmente, com o Centro de Saúde, poderia tentar-se alertar para esse facto, para que estejam alerta.

730. Em relação à entrada de Vendas Novas, de quem vem do Montijo, no alto do Distrito, afirma que existe um problema, quando se vira do cruzamento das Piçarras para Vendas Novas, em direção a Bombel, mesmo ao lado direito, e esse problema já existiu há muitos anos, que foi resolvido em 2015, quando se pediu às Infraestruturas de Portugal para retirar a papeleira que lá estava, tendo estado em tempos um contentor maior.

731. Afirma que a partir do momento em que há um sitio para depositar lixo, o lixo nasce e o civismo não é o mesmo em todas as pessoas.

732. Pelo que informa que o que está a acontecer naquele local é alvo de vandalismo acentuado, da responsabilidade das Infraestruturas de Portugal, a quem a Câmara Municipal já pediu por diversas vezes, não para tirar o lixo, mas para retirar a papeleira.

733. Porque aquele era um local de paragem, onde as pessoas não depositavam lixo e durante anos não o fizeram, assim que surgiu uma papeleira com um saco, este enche, ninguém recolhe e acumula-se e assim que lá está lixo, lixo gera lixo, comportamento desviante gera comportamento desviante, acontecendo o mesmo com os contentores da cidade.

734. A Câmara Municipal tem a nova lógica, do "Vendas Novas Mais Limpa" em ação, está a trabalhar por zonas, para ver se, de alguma forma, os serviços se adaptam àquela que é uma nova visão, que irá agora comunicar às pessoas.

735. Refere que primeiro os serviços têm de começar a identificar erros, correções que podem implementar, antes de comunicar e irão comunicar às pessoas.

736. Mas afirma que assiste a isso, referindo que não se tem a noção do perigo que muitas vezes se causa.

737. Dá um exemplo, no centro da cidade, nos contentores entre a Rua dos Bombeiros Voluntários e a Alameda Ennes Ferreira, na transversal, em plenas Festas do Concelho, num sábado, ocorreu uma mudança de um munícipe e foram despejadas toneladas de cartão, com livros e com utensílios de cozinha e com tudo e mais alguma coisa que não quiseram levar na referida mudança e foi ao pé do contentor, em plenas Festas do Concelho que depositaram.

738. Refere que não é muito fácil combater isto, são comportamentos que só com educação ambiental é que lá vamos, mas, como assumiu na Assembleia, também com multas.

739. Agora irão ser comunicadas as regras.

740. Para as varreduras o Município tem os meios, monos e verdes tem as carrinhas e o pessoal.

741. Irá ser implementada a nova lógica e comunicada às pessoas as novas regras e a seguir vem a fiscalização, porque não pode deixar de ser assim.

742. Pensa que atacando nos dois sentidos, consegue-se minimizar o problema.

743. Porque é normal que se uma equipa tem essa zona de recolha, a uma segunda feira de manhã, lá passou e à tarde lá colocam esse lixo e a equipa só lá volta na sexta-feira, é impossível.

744. Ficará lá uma série de dias, porque não se tem o dom de estar em todo o lado ao mesmo tempo, só quando os serviços são alertados e, nesse caso, tentam ao máximo ir.

745. No cruzamento da rua que referiu, colocaram um conjunto de sofás, que lá ficaram uma tarde e colchões, afirmando que se trata de falta de civismo, de educação ambiental e falta de consciência que isso tem para o ambiente e para as pessoas, sendo um trabalho a longo prazo.

746. Relativamente ao cheiro da ETAR de Bombel, refere que a Câmara Municipal emitiu um comunicado.

747. Informa que houve uma contaminação da referida ETAR, com um reagente que anulou todas as partículas de oxigénio na água, o CQO que indica Carência Química de Oxigénio e o este reagente foi identificado à entrada da ETAR e matou as lagoas, tendo sido identificado no final de julho, que já estava a entrar nas duas lagoas mortas.

748. Refere que aquilo não é imediato, a biodiversidade da lagoa da ETAR tem um conjunto de resistências que aguentam um determinado tempo.

749. Quando há um agente agressivo continuado, acabam por morrer e a lagoa fica com a água putrefacta e é isso que lá está.

750. Neste momento, temos três grandes lagoas da nossa ETAR, que era considerada das melhores ETARES do sistema da AGDA, com biodiversidade, com patos, com tudo.

751. No ano passado, fez uma visita ao local e garante que o que disse, era das ETAR's mais bonitas que já viu, com espécies de aves, que ali viviam.

752. Neste momento não tem nada, a água ficou contaminada e é água putrefacta, informando que o cheiro vem daí.

753. Desde então, a Câmara Municipal está a fazer um trabalho que é moroso, que é identificar de onde vem o problema, para atacar na origem do mesmo.

754. Já pode dar a informação, não podia dar até há pouco tempo, que a origem do problema é no Parque Industrial de Vendas Novas.

755. Refere que é na elevatória que existe no Parque Industrial, com análises recolhidas pela AGDA e pela própria Câmara Municipal, que está o problema.

756. Agora tem de se ir mais perto da sua origem, mais a montante.

757. Se é na elevatória do Parque Industrial de Vendas Novas, já se restringiu a zona e levou dois meses a fazer, porque as análises levam muito tempo a vir.

758. Portanto, com as análises da AGDA e da Câmara Municipal, comprovou-se que era dali e está a restringir-se a esfera de ação e agora vai-se ver quais são as empresas que possivelmente podem emitir reagentes que provoquem a carência química de oxigénio.

759. Refere que não sendo químico, nem existindo nenhum engenheiro químico na Câmara Municipal, o executivo muniu-se da assessoria necessária da própria AGDA para ajudar nesta questão e neste momento está a tentar-se identificar qual é a fábrica.

760. Não mentindo, falando verdade, refere que neste momento o executivo tem suspeitas, tem análises feitas que indicam qual é a empresa.

761. Sendo agora cuidadoso refere que não havendo prova definitiva, não colocará nunca uma empresa, ou o Parque Industrial de Vendas Novas, nas bocas do mundo, com esta má publicidade, ainda que a perda política seja óbvia para o executivo, mas pior, que as populações se sintam desconfortáveis, mas tem de pesar as duas coisas.

762. Portanto, afirma que só com prova definitiva e ação direta se pode resolver este problema, até lá vai ter de se suportar este cheiro nauseabundo, que se sente em Vendas Novas e que a Landeira também

tem pontualmente, porque é um problema da Landeira, noutra perspetiva, com as lamas que são colocadas nos terrenos para fertilizar, em Palmela, que quando o vento chega à Landeira é o mesmo cheiro.

763. Um problema que já existe há muitos anos na Landeira, sem que se possa fazer nada, é permitido por lei e os landeirenses têm há muitos anos o problema que está a acontecer agora em Vendas Novas, com esta questão da ETAR e têm de ser muito cuidadosos antes de dizer o que quer que seja para fora.

764. Pede que lhe permitam as reservas de não mencionar nomes de empresas, referindo que o executivo tem mais de uma suspeita, porque obviamente são muitas empresas que emitem coisas para os esgotos, tem análises recolhidas e está a tratar agora desta matéria com o máximo de urgência para que se pare com o problema, para que as lagoas comecem a recuperar, porque se trata de um processo moroso.

765. Quando parar a emissão deste químico reagente que está a matar a ETAR, as lagoas começam o processo de recuperação, que leva tempo, informando que a AGDA está neste momento a injetar peróxido de hidrogénio nas lagoas, para minimizar os cheiros e tentar criar organismos vivos na própria água, que sem oxigénio não existem.

766. Afirma que este é um processo que irá levar, pelo menos mais um mês ou dois, depois de se estancar o problema.

767. Diz isto com alguma cautela, pois o Parque Industrial é fundamental para o desenvolvimento de Vendas Novas.

768. Já se falou do emprego na presente sessão, pelo que não se irá alargar muito, estando o executivo a fazer tudo o que é possível e obviamente já a trabalhar no terreno com o Sepna-GNR e com a APA.

769. Afirma que assim que o executivo tiver a noção certa da origem do problema fará, obviamente, uma comunicação às pessoas, que têm o direito da informação.

770. Já foi feita uma informação prévia a dizer de onde vinha o cheiro, para as pessoas se acalmarem um pouco, porque já se dizia tudo e mais alguma coisa, que era na Afeiteira por causa dos fertilizantes para a agricultura, que andavam a limpar o açude de Carvalhais e o executivo emitiu essa informação para informar as pessoas da origem do problema porque acha que é um direito que as pessoas têm, de ser informadas.

771. Até ter provas concretas, o executivo obviamente não irá dizer mais nada porque o Parque Industrial não precisa de má publicidade e precisa-se muito dele para o desenvolvimento de Vendas Novas e tem de se ter algum cuidado nisso.

772. Relativamente aos processos em Tribunal sobre os furos, informa o Membro Custódio Vale de Gato que se trata de um processo que o executivo herdou, que vem de há uns anos atrás e muito complexo.

773. Informa que na próxima segunda-feira, a Câmara Municipal tem audiência das suas testemunhas no processo.

774. Tem a ver com a ocupação, no após 25 de Abril, da zona onde está a ser captada a água, historicamente, e houve alguém que comprou aquele terreno muito mais tarde e que conseguiu um documento do dono primário a dizer que lhe cedia o direito de todos os bens existentes na parcela de terreno, ou seja, a água, e que basicamente, vem pedir à Câmara Municipal uma indemnização por todos os anos de exploração da água daquele espaço.

775. Ainda por cima, a Câmara Municipal tem testemunhas, com um papel ativo naquele processo, naquela altura, com a União de Cooperativas, que foi quem ocupou aquele espaço, a dizer que tinham autorização para fazer os furos.

776. Portanto, achando o executivo que não vale tudo e acreditando na justiça, esperam que corra bem, porque o valor que está a ser pedido é de uma exorbitância incalculável, pela renda de ocupação do espaço onde são os furos e não sabem quanto é que poderá valer a água, ou se algum dia alguém poderá quantificar a água não tratada que sai da nascente dos lençóis freáticos que existem ali.

777. Trata-se efetivamente de um processo muito complicado, que já vem nos documentos há muitos anos, ainda o atual executivo estava também na oposição na Assembleia Municipal, mas de facto neste momento desenvolveu.

778. Os Tribunais estão mais ágeis e mais rápidos.

779. Tiveram audiências das testemunhas do outro lado e na próxima segunda feira será a audiência das testemunhas da Câmara Municipal e resta esperar que corra bem.

780. Quanto à questão do Membro José Leitão, sobre o processo da ERSAR, refere que na altura disse que tinha sido já respondido e que esperava que corresse bem, mas ainda não veio resposta, o que se encontra nos documentos é a dizer que não houve decisão final.

781. O processo foi respondido pelo advogado da Câmara Municipal, em relação à não resposta e apelando obviamente, com a informação que tinham na altura e estão a aguardar a decisão, desconhecendo qual irá ter, mas têm a expectativa que se defenderam nesse aspeto e esperam que corra bem, porque de facto o atraso de um dia no envio da informação para a ERSAR não deve ser motivo para multar uma Câmara Municipal, apesar de terem conhecimento que se trata de uma informação importante, mas pensam que haverá bom senso na análise.

782. Relativamente ao outdoor da CDU e ao Jardim dos Combatentes, refere que o procedimento técnico da Câmara Municipal, foi ter enviado um oficio quando houve a abertura do concurso público, que designou qual era a empresa que iria construir o Jardim dos Combatentes.

783. Foi enviado pelos serviços, um oficio aos três proprietários dos outdoors daquele recinto, dando um prazo de quinze dias para a retirada dos mesmos e a CDU, e muito bem, retirou o seu outdoor, fazendo a sua parte.

784. A Câmara Municipal também dizia no ofício "caso não retirem" e como se precisa do espaço para começar a obra, mais dia menos dia, a própria Câmara Municipal retirará, informando que ficou aliás previsto, no Caderno de Encargos, esse custo para a empresa que vai fazer a obra.

785. Agora, o executivo apela, quer ao bom senso da Resulta, quer ao Partido Socialista, para que os retirem.

786. Como explicou, não gosta de partilhar conversas privadas, que é deselegante, são conversas privadas que têm no foro pessoal, mas já que o Membro José Leitão a partilhou, refere que também disse naquela altura que a informação que o Partido Socialista lhe tinha dado é que, quando mandou substituir a imagem, mandou substituir o sítio e que a empresa privada que o veio fazer, não o fez.

787. Portanto, independentemente do valor disso, tratam-se de conversas privadas e acha que foi muito deselegante, mas não se sente afetado, até porque já se conhecem há muitos anos e sabe que o Membro José Leitão não o fez com segundas intenções, mas informa que se o PS não retirar o referido outdoor, retirará a Câmara Municipal.

788. Isso é garantido e não irão esperar pelo fim da campanha eleitoral, neste caso nem se pode colocar isso e na próxima segunda-feira será retirado, referindo que o Vereador Bruno Gomes está ao seu lado com essa indicação de que caso não seja retirado este fim de semana por eles, será retirado pela Câmara Municipal.

789. Pedia só o favor para que não se faça política com isso, de ver os trabalhadores da Câmara Municipal a mexer num outdoor de um partido político, afirmando que a Câmara Municipal não está a trabalhar para o partido, estão a retirá-lo e neste momento toda a gente tem conhecimento disso, e só ainda não o fez porque, de facto, há sempre esse receio da parte da Câmara Municipal, já tendo sido penalizados em Tribunal com queixas e não o querem fazer.

790. Em relação às execuções, informa que a explicação está na página 32, referindo que se tratam de conceitos contabilísticos que humildemente assume que não domina, sabendo que há na Assembleia quem os domine melhor mas, de facto, a execução física global está descrita o que é, basicamente, a contabilização da data de início do projeto até ao momento atual e a execução financeira global, é o que foi gasto no ano em curso com o projeto.

791. Refere que, é normal que projetos que arrancaram agora, em obra, tenham gastos do ano passado, por exemplo, ou seja, desde o início daquele projeto já houve despesas.

792. Portanto, já contando para a execução física global, sendo que a financeira este ano ainda não porque se gastou pouco.

793. Refere que é a diferenciação entre este ano e o global, esperando não estar a dar informação errada, voltando a dizer que não é especialista nesta matéria, estando apenas a ler o que se encontra na explicação técnica de final de mapa.

794. A **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à votação mais um prolongamento, tendo sido **aprovado**, por **unanimidade**, o prolongamento do período da ordem do dia em 30 minutos.

795. O **Membro Ricardo Videira** recomenda ao Sr. Presidente, em nome da Bancada do PSD, que se tente reformular o procedimento das AECs, para tentar que no próximo ano letivo se consiga começar mais cedo, sugerindo que eventualmente se estime o número de alunos que vão frequentá-las, com base nos que estão inscritos no ano anterior.

796. Refere que há aqui algumas metodologias que poderão ser seguidas, mas o facto é que lhes chega a informação de que alguns pais ficam com alguns constrangimentos de agenda, durante estes primeiros quinze dias do ano letivo, porque não têm o apoio que as AECs lhes dão.

797. Se o Sr. Presidente sente a questão na pele, mais razão lhes dará, parecendo-lhes importante que o processo seja revisto, para que no próximo ano ele corra pelo melhor.

798. Afirma que não poderiam terminar a Assembleia Municipal sem trazer o tema que têm trazido a todas as Assembleias Municipais e permita-lhe a franqueza e não é muito frequente, mas a verdade é que concorda com o Membro José Leitão, quando fala na escassez de informação sobre algumas questões relevantes.

799. Afirma que se "enche" a documentação que é fornecida à Assembleia Municipal com muita informação, o numero de ofícios, o número de documentos pedidos e por aí fora, mas aquilo que é verdadeiramente importante e aquilo que são questões que todos os vendasnovenses questionam, inclusive, os Membros da Assembleia Municipal, a Câmara Municipal oferece pouca informação, que são os casos do Campo de Futebol em Piso Sintético e da Entrada Sul.

800. Está a falar-se de uma obra consignada em novembro de 2018, que tinha um prazo de execução previsto de 120 dias, tendo já sido consumidos 326 dias.

801. Como o Sr. Presidente da Câmara Municipal se recorda, quando os Membros da Bancada do PSD fizeram uma intervenção a propósito desta questão, em abril do corrente ano, chamaram-lhe a atenção para a sua posição que era política, não era uma posição técnica e que teria de colher consequências disso mesmo, nem que fosse perante a Assembleia Municipal.

802. Ora, passaram vários meses e os munícipes continuam sem poder usufruir do Campo de Futebol em Piso Sintético e da Entrada Sul.

803. A pergunta que faz é, qual é o ponto de situação à data de hoje.

804. O **Presidente da Câmara Municipal** informa que foi decidido pela Câmara Municipal que já era tempo suficiente e que iriam parar com as prorrogações, tendo avançado com um procedimento de embargo de obra, que se efetivaria em setembro, basicamente, data a partir da qual a Câmara Municipal não daria mais prorrogações de prazo.

805. Refere que a referida pressão resultou junto da empresa, como se viu e em pouco tempo despoletou-se um processo que fez andar as obras, mas não o suficiente.

806. Afirma que não há ninguém na presente Assembleia que queira mais o campo que ele próprio, por todos os motivos e mais alguns, mas em primeiro lugar porque vai servir os vendasnovenses e em segundo lugar por questões políticas.

807. Portanto quer acabar aquela obra, como quer acabar todas, quer fazer tudo ao mesmo tempo, normalmente os Presidentes são assim, querem atacar todas as frentes ao mesmo e querem fazer tudo.

808. Informa que o ponto de situação neste momento é que está pedida pela empresa, a vistoria final de obra, para dia 30, segunda-feira.

809. Faltam fazer, não muitas coisas, mas basicamente colocar a vedação exterior, informando que no presente dia esteve cá a empresa para colocação dos prumos e têm de fazer ajustes porque as dimensões não batiam certo com o que estava no projeto.

810. Supostamente tem de se concluir que não irá estar pronta dia 30, mas foi a empresa que pediu e estão a ser aplicadas multas desde que terminou o prazo para a Câmara Municipal e não são poucas, perfazendo já trinta e tal mil euros de multas a aplicar à empresa.

811. Em relação à obra, informa que falta a vedação externa do campo, falta alguma sinalética nas estradas e falta a colocação da borracha final, por cima da areia que segura a relva e as balizas.

812. Portanto, em termos práticos para a obra estar terminada, falta a borracha que é a camada de cima do campo, as balizas e a vedação.

813. Atendendo a todo o processo, afirma que não acredita que a empresa consiga acabar a obra num fim-de-semana, mesmo que trabalhe 24 horas, mesmo com subempreiteiros é impossível.

814. Assume perante a Assembleia, está em querer que segunda feira vai realizar-se a vistoria e a Câmara Municipal não tem condições de aceitar a obra, pois enquanto donos da obra não vão aceitar uma obra incompleta.

815. Depois daí para a frente seguem-se os procedimentos normais legais.

816. Reafirma que, no presente dia a informação é que falta a vedação externa, a borracha de desgaste do campo e as balizas.

817. Em termos de tempo, refere que efetivamente não é o que leva mais tempo a fazer, mas tem um histórico e disse na presente Assembleia que nunca mais assumiria um compromisso de datas de conclusão do processo.

818. O que está a dizer é processual, afirmando que na segunda-feira haverá uma vistoria de final de obra, porque foi pedida pelo empreiteiro, com o "aperto" que levou, obviamente.

819. Se se irá ou não receber a obra, está em crer que não, mas neste momento a situação é a que referiu, já não falta muito, já se esteve muito mais longe, o campo está praticamente concluído.

820. Há depois questões de pormenor, que não estavam neste projeto, carecem de uma segunda fase e de intervenções, obviamente.

821. Refere que, à volta das ruas é preciso passeios, iluminação, que é um outro projeto, é a segunda fase da Requalificação da Entrada Sul, financiada, em princípio, por Fundos Comunitários.

822. Nesta fase está praticamente concluído, mas sem garantias de prazo.

823. O **Membro Ricardo Videira** afirma que, realmente a questão do prazo já foi exaustivamente debatida e o Sr. Presidente emendou à mão nesse aspeto e parou de citar datas, umas atrás das outras.

824. Refere que, conforme o Sr. Presidente referiu no presente dia, e conforme referiu à saída de uma reunião da Câmara Municipal, em entrevista à rádio, a ação de propor a resolução do contrato surtiu algum efeito e cita o que foi dito pelo Sr. Presidente que "o efeito desta resolução contratual, porque as obras de repente começaram a andar a sério", afirmando que é verdade, tendo sido uma decisão de força da Câmara Municipal, depois de se ter dado três vezes o benefício da dúvida.

825. Se o Sr. Presidente bem se recorda, em abril, nesta mesma Assembleia, o PSD recomendava essa posição de força e a Bancada do Partido Socialista falava que "é um assunto para gerir com delicadeza", tendo sido este um assunto que também foi referido, inclusivamente, também para a rádio.

826. Refere que, depois de todo este processo, um processo com 326 dias, o facto é que no atual dia, e para que conste, os vendasnovenses continuam sem poder usufruir do campo de futebol, o empreiteiro continua a poder usar o estado porque não se rescindiu mais cedo, continuando a poder concorrer a outras obras, noutros Municípios, a Câmara Municipal incorre em custos, nomeadamente, os custos de fiscalização da obra e pior, o custo da obra cresce sucessivamente, para além, obviamente, dos munícipes não poderem beneficiar, que é o principal problema.

827. O Sr. Presidente considera hoje, que depois dessa posição de força a empresa avançou, pelo que pergunta se o Sr. Presidente tivesse tomado a decisão e a posição de força, em abril quando os Membros da Bancada do PSD disseram que era importante fazê-lo, a obra já estaria pronta.

828. Para encerrar este capítulo de uma vez por todas, o **Presidente da Câmara Municipal** informa que não faz futurologia, pelo que afirma que não concorda.

829. No patamar em que se estava, refere que não acha, porque o que despoletou o avanço desta obra não teve só a ver com a pressão da Câmara Municipal, pois essa pressão é exercida desde sempre.

830. Afirma que tem a ver, claramente, com a entrada de liquidez na empresa e com outras obras que a referida empresa ganhou e efetuou.

831. Refere que não é só o PSD que vai ao Base.gov ver as obras das empresas que estão em Vendas Novas.

832. É um trabalho que todos fazem e quando o executivo sabe que se tratam de colegas seus Presidentes de Câmara, independentemente do partido, liga.

833. Informa que no presente dia, a Câmara Municipal pagou 500 mil euros e o executivo sabia que ia aumentar a liquidez e foi por essa razão que pressionaram e deram o patamar final.

834. Mas também afirma que, garantidamente, um processo destes, se em abril seguissem o conselho do PSD, a empresa "levantava âncora" e este ano o campo não estava pronto, nem em dezembro.

835. Afirma que não está a fazer futurologia, os timings legais dizem isso.

836. Porque um processo de abandono de obra, implica revisão de projeto, ir novamente a Tribunal de Contas, nova vinda à Assembleia Municipal, novo concurso público, afirmando que, com os prazos legais, seria impossível estar pronto.

837. A obra estaria parada de abril a dezembro e o executivo fez essas contas temporais.

838. Confirma que a Câmara Municipal deu três vezes benefícios de dúvida, três prorrogações de prazo, referindo que à terceira e com a informação que felizmente tiveram, "apertaram" e felizmente correu bem até agora, mas não está concluída e ainda não acabou, pelo que ninguém ainda pode nem "atirar o foguete", nem "atirar a toalha ao chão".

839. Agora, está a falar-se de uma obra, que efetivamente em obra, a montagem do estaleiro, começou em janeiro, tratando-se de uma obra que não causa prejuízos a ninguém, até porque em Vendas Novas há mais campos de futebol em piso sintético, com capacidade de serem rentabilizados e pagos pelo erário público.

840. Portanto, refere que o campo de futebol vai fazer muita falta quando estiver terminado, afirmando que não é uma ligação de água para as pessoas beberem.

841. É preciso pesar a importância dos investimentos, ou do tempo de execução dos mesmos, reafirmando que o campo é importante e quando estiver pronto vai ser uma grande mais-valia para o desenvolvimento desportivo em Vendas Novas.

842. Até ao presente momento ninguém ficou prejudicado pelo campo não estar feito, até porque em Vendas Novas há mais campos, o Estádio Municipal está a ser mais usado e há o campo da Afeiteira, que foi financiado com recursos do erário público, referindo que patrocinaram 50 % na taxa de esforço do referido campo, com o compromisso de ser utilizado por qualquer coletividade do Concelho de Vendas Novas e pelo Município quando fosse necessário.

843. Os clubes da terra tinham uma alternativa na terra, quer a Municipal, que a da Afeiteira, pelo que pesando isso, o tempo que se perdeu não é prejuízo direto para o desenvolvimento da prática desportiva, até porque praticamente três meses foi paragem.

844. No entanto, é óbvio que queria o referido campo pronto há mais tempo.

845. O **Membro Ricardo Videira** refere que não contava intervir, mas apenas quer informar o Sr. Presidente que desde o princípio que têm uma discordância de princípio, na gestão deste processo.

846. Informa também, que na interpretação dos Membros da Bancada do PSD, há um sinal que é dado ao mercado, o sinal de arrastar o processo é um sinal para os outros empreiteiros que poderão vir a concorrer a obras em Vendas Novas, sendo um mau sinal e que o reiteram, não é a primeira vez que o dizem.

847. Dizer que ninguém saiu prejudicado, refere que não diria isso por essa palavras, porque a expectativa que esta Câmara Municipal criou na população foi de que este campo estaria pronto em datas sucessivas e que já foram ultrapassadas, pelo que afirma que as pessoas foram prejudicadas, pelo menos as expectativas foram goradas e os clubes da terra que contavam usufruir deste campo, não estão a poder fazê-lo.

848. Informa o Sr. Presidente que o facto é que a Câmara Municipal, desde janeiro do corrente ano, que despende recursos e gasta dinheiro, sem que possa rentabilizá-los e isso para os Membros da Bancada do PSD é suficiente, é dinheiro dos cidadãos, para dizer que a Câmara Municipal está prejudicada e os cidadãos também.

849. Para encerrar o assunto, o **Presidente da Câmara Municipal** afirma que obviamente estão em desacordo, mas lá estarão para o inaugurar e o Membro Ricardo Videira será convidado e nesse momento estarão em acordo.

850. Em relação ao gorar expectativas, refere que as expetativas do executivo também foram goradas, pois quando não corre bem é isso que acontece.

851. Agora daí a dizer que gorar as expectativas dos vendasnovenses é prejudicá-los, afirma que não é prejudicá-los.

852. Informa que não foi gasto nem mais um cêntimo do erário público, não sendo uma questão.

853. Aliás, estão abaixo do preço de previsão do projeto, com multas para receber.

854. Reafirma que não pagaram nem mais um cêntimo até ao momento e essa é uma preocupação para si acima de tudo, porque aí incorreria com o Tribunal de Contas a fiscalizar a obra e isso é grave.

855. A questão do valor, como referiu, é uma não questão e a questão do prejuízo, refere que também não, pois há alternativas em Vendas Novas por isso não se prejudicou ninguém, como também já teve oportunidade de referir.

856. Afirma que nenhum clube deixou de jogar em Vendas Novas em piso relvado por não haver oferta, referindo que temos o campo municipal de piso relvado natural, que foi sobrecarregado durante três meses, até ao final da época passada, para que isso se garantisse e tiveram um campo com muitas horas vagas para treinos, que não foi usado porque não se quis, pelo que ninguém pode dizer isso e foi apresentada.

857. Por isso não venha agora o PSD dizer que o investimento público na Afeiteira não é suficiente.

858. Informa o Membro Ricardo Videira que é obvio, o campo relvado de relva natural não aguenta, é um ser vivo e com duzentos miúdos a pisá-lo diariamente aguentou três meses, não aguentaria mais um e é um investimento que tem de ser preservado porque tem uma manutenção altíssima.

859. Refere que o campo é feito porque há neste momento miúdos a precisar dele, para preservar os equipamentos desportivos que já se tem e que são importantes.

860. Portanto, na rentabilização dos dois é que está o ganho, preservando um que é muito bom e que é um grande orgulho para o executivo e permitindo a prática num novo com todas as condições.

861. Pergunta novamente quem é que foi prejudicado nisto se houve sempre resposta, pedindo que alguém lhe diga o contrário e que o prove.

862. **A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

863. A **Presidente da Assembleia Municipal** dá início ao período de intervenção do público.

864. O **Sr. João Sá** em primeiro lugar, agradece o facto da Assembleia Municipal ter voltado à Landeira, mas afirma que também está de acordo com o Membro Tiago Aldeias, da CDU, que a presente sessão podia ter sido divulgada e a massa humana presente na sessão seria certamente maior.

865. Em relação ao seu pedido da palavra, informa que há dois anos, numa Assembleia de Freguesia em que o Sr. Presidente esteve presente, precisamente em setembro de 2017, falou da necessidade da limpeza das valetas que acompanham as estradas da freguesia.

866. Refere que na altura o Sr. Presidente deu-lhe razão e respondeu-lhe que a máquina que fazia esse trabalho estava avariada.

867. Estranha muito é que, passados dois anos, ou a máquina está avariada, mas em relação às valetas, em alguns sítios até já deixaram de existir, o que faz com que as bermas estejam mais altas que a estrada, se chover, o que infelizmente tem sido pouco, a água não sai da estrada.

868. Outra das situações é em relação aos sinais de trânsito, que foram retirados há cerca de ano e meio de algumas ruas da Landeira, referindo que nunca mais foram repostos, o que faz com que as pessoas que saem dessas ruas encarem o cruzamento como de iguais categorias e os que vêm da outra rua têm sinalética que lhe dá prioridade, parecendo-lhe que em caso de acidente, a Câmara vai-se ver em "maus lençóis".

869. Outra das situações e esta é fácil de resolver, estando a apresentar a mesma à Câmara, como a poderia apresentar à Junta de Freguesia, é da obra que foi feita no lavadouro que, sem dúvida, está boa, melhorou muito as condições.

870. No entanto, há uma situação que é de fácil resolução e tem a certeza que no dia seguinte o Vítor Serrano irá resolver.

871. É que se entrar uma senhora muito atrapalhada na casa de banho, que não tenha tempo de trancar a porta por dentro, está sujeita a que, passados dez segundos, lá entrar também um senhor, por uma única e simples razão, foram feitas obras na casa de banho, mas não foram identificadas as mesmas, qual era a dos homens e das mulheres.

872. Ainda uma outra situação nas casas de banho é que foram colocados azulejos, betumaram-se os mesmos, mas o pó ficou lá todo.

873. Quem se encostar aos mesmos, de certeza que sairá de lá branco.

874. O **Sr. Azevedo Branco Serôdio** agradece a todas as pessoas de Vendas Novas que estão presentes e refere que em 1953 inaugurou a escola da Landeira, a primeira escola, que precisa de ser arranjada, mas daqui por quatro ou cinco anos a mesma desaparece.

875. Refere que se se descer pela avenida abaixo, constata-se que 30 % das casas estão a cair, oferecendo perigo à população, às pessoas que passam a pé.

876. Afirma que algumas pessoas até têm lá casas abandonadas e estão a receber ajuda médica, dinheiro do subsídio médico, enquanto até podiam vender aquilo ou uma coisa qualquer.

877. Refere que o Sr. Teresa Ribeiro o conhece bem, afirmando que é um homem frontal e não tem medo de dizer as coisas.

878. Refere que a Landeira tem um salão dos Bombeiros que foi completamente abandonado.

879. Tem também o salão onde se encontram, que foi feito com o dinheiro dos contribuintes e a Presidente quando iniciou a sessão agradeceu ao Sr. Filipe Diogo, afirmando que não, o salão foi feito com o dinheiro dos Fundos Comunitários, é do povo da Landeira, foi roubado pelo Sporting Clube de Landeira e o Sr. Filipe Diogo tem lá toda a documentação.

880. Agora se a Presidente se ri e pensa que está a mentir, poderá mostrar-lhe toda a documentação.

881. Afirma que praticamente não conhece as pessoas das fotografias que se veem na parede.

882. Informa que há vários anos não entrava na sala onde se encontram e soube que se iria realizar uma Assembleia, que é muito raro acontecer, não tinha informação absolutamente nenhuma, não sabia que se iria realizar esta sessão neste espaço e tiveram de o ir buscar a casa, não sabe como isto aconteceu.

883. O **Presidente da Câmara Municipal** antes de mais agradece ao Sr. João Sá e ao Sr. Azevedo pelas intervenções que fizeram na presente sessão, referindo que também é para eles que a Assembleia aqui está e está disponível para responder sempre.

884. Em relação às questões do Sr. João Sá, refere que a questão dos sinais, irá inteirar-se do que se passa porque não sabe que mudanças é que ocorreram, mas irá analisar.

885. Relativamente às bermas, informa que duas vezes por ano é feito o desbaste das herbáceas, mas o que o Sr. João Sá disse, é aprofundar as valetas.

886. Para a limpeza das valetas é contratado um serviço externo para proceder a esse trabalho, até por causa da prevenção dos incêndios e não estava a perceber ao que o Sr. João Sá se estava a referir.

887. O que estava a dizer é outra coisa, que é aprofundar as valetas e em relação a isso, terá de ver o que tecnicamente se pode fazer.

888. Sobre a questão do wc, afirma que já tinha reparado, pois na passada quinta-feira esteve no atendimento à população e foi ao wc e chamaram-lhe à atenção sobre essa questão e, de facto, esteve a reparar num esquecimento daqueles que pode dar um azar.

889. Afirma que fica já tomada nota de colocar lá os símbolos identificativos da casa de banho dos homens e das mulheres.

890. Em relação à intervenção do Sr. Azevedo sobre as casas degradadas, informa que de facto há um plano e há incentivos municipais para recuperar o património.

891. Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida, votada e aprovada, por **unanimidade**, a minuta da ata, tendo a Presidente da Assembleia Municipal dado por encerrada a sessão quando eram 01 horas e 34 minutos do dia 28 de setembro de 2019.

A Presidente da Assembleia: _____

O 1.º Secretário: Hugo Miguel Serôdio Fernandes

Anexos

Anexo 11/19

Bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Vendas Novas

Moção de saudação ao 7 de Setembro

A luta foi difícil e muitos Vendasnovenses sonharam até ao fim dos seus dias pela autodeterminação e constituição do concelho de Vendas Novas, mas em vão. Morreram muitos com o sonho por concretizar até que, a 7 de Setembro de 1962, o que muitos já julgavam como impossível aconteceu: Vendas Novas era concelho.

Desde então o 7 de Setembro sempre foi o nosso dia, o dia em que celebramos o ser de Vendas Novas, em que os que de cá são e os que para cá vieram partilham o orgulho tremendo em ser deste jovem concelho, se reúnem e brindam com os seus mais próximos, se juntam noite adentro num convívio longo e demorado sob o agitar das bandeiras da nossa autonomia.

Mas as celebrações das festas do concelho nem sempre assim foram. Não há muitos anos esta data passava esquecida no calendário, quase que com o receio de perturbar outras festas, ou na antiga sede de concelho, ou mais a ocidente, na margem sul. Desde 2014 que a visão tem sido outra: esta é a nossa data, é a nossa festa. Milhares de pessoas ao longo destes anos têm demonstrado que a celebração do ser de Vendas Novas é algo que lhes diz muito, e a afluência às festas do concelho é cada vez maior, tornando exígua a grande parada D. Pedro V.

Este ano, além do já tradicional convívio que tanta gente atraiu – muitos de fora das fronteiras do concelho –, a sessão solene do 7 de Setembro decorreu no Salão Nobre do Regimento de Artilharia n.º 5 – a nossa querida antiga Escola Prática de Artilharia – num reconhecimento do Município pela excelente relação institucional, de cooperação e o impacto histórico que esta instalação militar tem tido.

O 7 de Setembro, como muitos no passado queriam, já não é só mais um dia, um apontamento de mais uma noite de Verão. O 7 de Setembro é o nosso dia, o dia maior de Vendas Novas, o dia em que tivemos voz e recordamos todos aqueles que lutaram para que, finalmente, houvesse uma manhã em que de Lisboa chegava a boa nova: nasceu o concelho de Vendas Novas.

Viva Vendas Novas!

Landeira, 27 de Setembro de 2019

A bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Vendas Novas

João Marmeleira

Catarina Fernandes

Rubem Alves

Sophie Veiga Simões

Anexo 12/19

PSD
PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA
VENDAS NOVAS

RECOMENDAÇÃO

7 DE SETEMBRO NA LANDEIRA

Vendas Novas celebra o seu Feriado Municipal, também designado por dia do Concelho, em cada 7 de setembro.

A relevância e consequência desta data para a história do município de Vendas Novas afiguram-se incontestáveis: comemora-se a elevação de Vendas Novas a Concelho.

É assim uma data cheia de significados para todos os Vendasnovenses, residentes nos territórios do novo Concelho.

Destes podemos destacar os residentes na área geográfica da freguesia da Landeira, que certamente, anseiam em poder testemunhar a realização da sessão solene comemorativa desta efeméride na sua terra, em alternativa à sede de concelho.

Por outro lado, a deslocalização destas sessões, cria condições para a valorização e promoção dos territórios mais rurais.

Neste contexto, e no seguimento do apelo já lançado, pelo Partido Social Democrata nesse mesmo dia 7 de setembro do ano de 2018, a Bancada do Partido Social Democrata propõe à Assembleia Municipal de Vendas Novas, reunida em 27 de setembro de 2019, precisamente, na Landeira, que delibere recomendar à Câmara Municipal de Vendas Novas:

1. A promoção de todas as diligências necessárias que visem a realização da próxima sessão solene comemorativa de elevação de Vendas Novas a Concelho, na Landeira.

Landeira, 27 de setembro de 2019

A Bancada do PSD na Assembleia Municipal de Vendas Novas

Anexo 13/19

Bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Vendas Novas

Recomendação à Câmara Municipal

Demografia – um dos maiores desafios para o futuro do Concelho de Vendas Novas

As problemáticas da quebra demográfica, bem como o do envelhecimento das nossas populações, são hoje questões em debate nacional e internacional que motivam e geram fóruns reflexões profundas sobre o caminho a seguir nas nossas comunidades, sobretudo no mundo ocidental.

Há também a necessidade de reconhecer que Vendas Novas não fica à margem desta situação e que, sobretudo desde 2005, o problema se tem acentuado.

O ritmo de vida que temos, a questão do decréscimo da taxa de natalidade, os ciclos emigratórios, típicos dos períodos de recessão económica, levaram, como não pode deixar de ser, à perda de população ativa, à redução do número de nascimentos e ao envelhecimento da população, bem como à redução do número de eleitores, em decréscimo acentuado na última década.

Reconhecendo que este não é obviamente um problema único e exclusivo do nosso Concelho, mas sim um problema conjuntural da Região Alentejo, do nosso Pais, bem como de praticamente todo o mundo ocidental, não devemos no entanto cruzar os braços.

Sabemos e reconhecemos que o trabalho feito pelo executivo municipal nos últimos anos para a criação de emprego, a requalificação e regeneração do nosso Concelho, o investimento no ambiente e sustentabilidade, o aumento das dinâmicas culturais, desportivas e associativas, a melhoria do nosso sistema educativo, contribuem de forma decisiva para o aumento da qualidade de vida das nossas populações, para o sentimento de bem-estar e a atração de novas populações.

No entanto, há ainda muito trabalho a fazer!

Neste sentido, a Assembleia Municipal de Vendas Novas, reunida a 27 de setembro de 2019, na Freguesia de Landeira, recomenda ao executivo municipal, bem como às Juntas de Freguesia aqui representadas, a adoção de medidas para:

1. A realização de um estudo da situação demográfica atual, assente no trabalho de uma equipa multidisciplinar, que deverá ter membros integrantes de diferentes entidades locais, nomeadamente para efetuar um levantamento exaustivo das pessoas que residem no Concelho e que continuam com morada fiscal noutros Concelhos.
2. O incentivo à natalidade das nossas famílias;
3. A diferenciação positiva das famílias mais numerosas;
4. A adequação dos programas municipais, que conferem benefícios sociais, apenas aos contribuintes de Vendas Novas, ou seja, a quem é eleitor em Vendas Novas, valorizando e apoiando aqueles que detenham morada fiscal no Concelho de Vendas Novas e, por conseguinte, sejam eleitores nas nossas Freguesias;
5. A continuidade na atração de empresas que gerem mais emprego;
6. O estabelecimento de contactos para atração de investidores no setor imobiliário, que leve à construção de mais habitações disponíveis para acolher mais famílias em Vendas Novas (reconhecendo-se este como um dos principais problemas do Concelho).

A Bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal de 27 de setembro de 2019

Anexo 14/19

Bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Vendas Novas

Voto Confiança

Diálogo, Compromisso e Oportunidade – A aposta na educação veio para ficar

Desde que o Partido Socialista assumiu os destinos do nosso Municipio que a educação faz parte central da sua agenda politica. De lembrar, por exemplo, que há alguns anos atrás nem todas as escolas dispunham de um espaço para os almoços, obrigando os alunos a efectuarem deslocações de autocarro diariamente, retirando-lhes tempo de recreio e brincadeiras. Esta foi a primeira e mais básica necessidade sentida e, por isso, foram criados os espaços de refeição em falta. Desde este primeiro sinal de compromisso que a aposta na educação em Vendas Novas e Landeira nunca mais parou.

Em 2014 todos os alunos do 1º ciclo do Concelho de Vendas Novas passaram a receber gratuitamente os manuais escolares e as intervenções nas escolas tiveram inicio. Para além de criar espaços, era necessário requalificar os edifícios.

Passados 5 anos, temos todas as escolas de 1º ciclo com mais população escolar requalificadas e a garantia que haverá financiamento para intervencionar os espaços escolares de pré-escolar e 1º ciclo que acolhem menos alunos: a escola básica de Landeira e os jardins-de-infância de Afeiteira e Monte Branco.

Diálogo tem sido a palavra de ordem. Diálogo ao nível intermunicipal, onde se conseguiu reforçar verba no pacto com os outros Municípios. Diálogo ao nível governamental, nunca possível antes de 2015, dado que os decisores dessa altura, ainda que com um vereador PSD no Executivo Municipal, nunca foram sensíveis à necessidades de Vendas Novas. Começamos agora a ver alguma intervenção e investimento do Estado no nosso Concelho. Para já, na substituição da cobertura da Escola Secundária e do único blocos da Escola Básica, mais conhecida por C+S.

Mas uma escola inclusiva e onde se pretende que seja dada igual oportunidade a cada um dos seus jovens não vive apenas de obra física.

Se no ano letivo anterior se deu início ao projeto + sucesso escolar e à oferta curricular de atividade física para o 1º ciclo, além da natação, este ano vimos anunciado um projeto de educação cultural e artística que tinha sido assumido como uma prioridade para este mandato.

As atividades de enriquecimento curricular serão o veículo para despertar nos alunos o seu lado artístico e para os enriquecer com ensinamentos culturais, tão fundamentais à construção da sua identidade e, quem sabe, da identidade de toda uma comunidade.

Tudo isto evidencia não só sensibilidade, como um trabalho de planificação e gestão constantes do executivo municipal socialista. Apesar das tentativas externas de provocar desconcentração, retirar o foco, reclamar necessidades já identificadas e proclamar a auto promoção com os louros de que as coisas só acontecem porque alguém as recomendou, estamos certos de que não há manobras de distração que perturbem a aposta na educação.

Onde estava o PSD das recomendações até 2017? Lembramos que antes dessa data já existia a Landeira e a sua escola, assim como todas as escolas do nosso concelho. Lamentamos que em tempos idos a preocupação com as instalações do Agrupamento de Escolas não tenha sido demonstrada por todas as forças políticas como o é agora. Talvez tivesse ajudado mais Vendas Novas entre 2011 e 2015 e as escolas que só agora tiveram cobertura nova, já estivessem neste momento completamente renovadas.

Foi de facto preciso um despertador gigante, mas quem pediu a Vendas Novas para acordar, dormiu mais um pouco e só acordou agora! Mas, nem todos estiveram a dormir desde 2011.

Estamos em 2019, numa era em que, graças a uma solução governativa, todos os alunos até ao 12º ano podem ter acesso a manuais escolares gratuitos. Praticamente à porta da elaboração do orçamento municipal para 2020, estamos certos de que toda a ação na área da educação em Vendas Novas será sempre para manter e se possível reforçar.

Sabemos que o caminho se faz passo a passo. Queremos mais e melhor para a educação no nosso Concelho, mas confiamos na estratégia que tem vindo a ser seguida e sabemos que esta dará mais frutos se o caminho continuar a ser o do diálogo, compromisso e oportunidade.

Continuaremos a exigir do executivo municipal socialista esse diálogo, esse compromisso e a oferta de cada vez mais oportunidades para os jovens do nosso Concelho!

A Bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal de 27 de setembro de 2019

Anexo 15/19

PSD
PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA
VENDAS NOVAS

RECOMENDAÇÃO

PARQUES INFANTIS INCLUSIVOS!

A inclusão representa a busca da igualdade entre os diferentes indivíduos e, na sua procura, devem desenvolver-se políticas e ações que permitam que todos os cidadãos tenham o direito de integrar e participar na sociedade, independentemente da respetiva condição física e capacidade sensorial.

Durante a infância, o ato de brincar surge como a forma mais eficaz de promover o desenvolvimento das crianças sendo, inclusivamente, uma importante ferramenta no combate ao sedentarismo e promoção de estilos de vida saudáveis.

É também através das brincadeiras que se constroem e fixam memórias. Quantos de nós, por exemplo, não recordam com saudade as noites de Verão passadas no parque infantil do Jardim Público Municipal? Infelizmente, devido a constrangimentos de mobilidade, algumas crianças vêem-se privadas dessas experiências.

É fundamental corrigir tal desigualdade sendo, portanto, necessária a conceção e adaptação dos parques infantis para que possam servir a todas as crianças por igual.

Considerando que no concelho de Vendas Novas:

1. É essencial a existência de parques infantis e equipamentos que permitam a utilização e usufruto de todas as crianças, incluindo as que têm necessidades especiais;
2. Existe escassez de oferta de equipamentos para crianças com mobilidade reduzida;
3. O Município vem promovendo a requalificação e construção de Parques Infantis;
4. Deve ser missão da Câmara Municipal de Vendas Novas promover a inclusão.

A Bancada do Partido Social Democrata propõe à Assembleia Municipal de Vendas Novas, reunida em 27/09/2019, no salão do Sporting Clube da Landeira, que delibere recomendar à Câmara Municipal de Vendas Novas:

1. A melhoria das acessibilidades e instalação de baloiços inclusivos adaptados a crianças com mobilidade reduzida em futuras intervenções de requalificação ou construção de novos Parques Infantis.

Vendas Novas, 27 de setembro de 2019

Pela Bancada do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal de Vendas Novas